



CLIPPING CAPITAL

27/6/2017



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

ANO XXI
EDIÇÃO 116



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário
Estevam Galvão: 2º Secretário
Chico Sardelli: 3º Secretário
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1º Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary: 2º Vice-Presidente
Milton Vieira: 3º Vice-Presidente
Jooji Hato: 4º Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 118 • São Paulo, terça-feira, 27 de junho de 2017

www.imprensaoficial.com.br

MANDATO EM PAUTA



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Pedro Tobias** (PSDB). PÁG. 2

Diário Oficial estreia novo projeto gráfico

DA REDAÇÃO

FOTO: RAPHAEL MONTANARO

A partir de hoje, o Diário Oficial do Poder Legislativo conta com um novo projeto gráfico.

O jornal passará a ser colorido e terá todo o seu layout atualizado com mudanças na tipografia e na diagramação.

Desde o dia 1/6, a publicação está disponível apenas na internet. Depois de 126 anos, o governo do Estado de São Paulo parou de publicar as edições impressas do informativo. A iniciativa está alinhada com a nova realidade de consumo de informações pelo meio digital, que permite um acesso com mais agilidade e dinamismo.

Histórico

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo sempre se preocupou em difundir o trabalho desenvolvido pelos parlamentares, quer em âmbito interno desta Casa, quer na atuação junto à comunidade paulista.

Criada em 1835, a Assembleia Provincial, em sua primeira lei, aprovou a criação de um diário em que fossem “transcritos todos os actos officiaes”. Além deste informativo, outros jornais da época, de circulação diária, transcreviam os debates desenvolvidos em plenário pelos deputados. Assim, a população paulista tinha acesso ao processo parlamentar vigente.

Em 1891, com a criação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, foi elaborado um



Edições de 1891, 2001 e a última impressa em 2017

Diário centralizando todas as notícias oficiais estaduais. Naquela época, as matérias da área parlamentar apresentavam-se como um “caderno” do Diário do Executivo.

Por muito tempo, o Diário do Poder Legislativo concentrou-se na apresentação das informações referentes ao processo legislativo e aos atos administrativos. Percebendo a necessidade de criação de um boletim que refletisse a diversidade política existente na Casa e o debate em torno das questões vitais aos cidadãos paulistas, a Divisão

de Imprensa da Alesp criou, em 1996, um informativo interno denominado “Jornal da Assembleia”.

Mudanças

Em 2001, a publicação passou por uma grande transformação: o informativo de notícias foi incorporado ao corpo do Diário Oficial, que passou a ser muito mais dinâmico. Criou-se um projeto de diagramação e a fotografia foi introduzida. Além disso, passou a ser impresso de forma autônoma ao Diário do Executivo.

Ao longo do tempo, foram realizadas várias mudanças no projeto original do caderno de notícias, sempre procurando dar mais visibilidade ao debate realizado na Assembleia e ao trabalho desenvolvido pelos deputados em seu mandato. Em 2017, por exemplo, foi acrescentada a coluna “Mandato em Pauta”, trazendo entrevistas diárias com cada deputado, a fim de explicitar sua trajetória política e apresentar seu trabalho parlamentar.

Se, por vários anos, o Diário foi rodado pela Imprensa

Oficial e distribuído por todo o Estado, agora este veículo será apresentado exclusivamente de forma virtual e a nova mudança será realizada em seu projeto visual: será acrescentada a cor, enriquecendo a apresentação das notícias.

Foi um longo trajeto, mas o Diário Oficial da Assembleia sempre se pautou por dar ao cidadão a possibilidade de conhecer o trabalho desenvolvido pelos parlamentares e de participar efetivamente dos debates existentes na Casa.

MANDATO EM PAUTA

Entrevista com o deputado Pedro Tobias

LARISSA LEÃO - FOTO: ROBERTO NAVARRO

“Vida política agitada” com foco e preocupação na saúde e na educação. Assim define o médico e deputado Pedro Tobias (PSDB) a sua trajetória na vida pública. Em seu quinto mandato na Assembleia Legislativa, o parlamentar conta sua vida no exterior e fala da sua ideologia.

Tobias ingressou na política aos doze anos de idade. Em seu país de origem, Líbano, ele diz que se envolveu de forma “agressiva”. Naquela época, ele fundou em sua aldeia um partido de esquerda, denominado PPS. Ele conta que em sua cidade havia os cristãos que apoiavam a direita e que, uma noite, os partidos fortes da região foram até o local para combatê-los. “Nós sequestramos o prefeito e os vereadores e os levamos para outra cidade para estabelecer um acordo. O objetivo era tranquilizar as relações entre os partidos”, diz. Agora, “sou pacifista”, destaca o deputado.

Sobre sua formação, lembra que na década de 1960 foi para a França (onde permaneceu por quinze anos), quando formou-se em medicina. Ele fala que o país vivia um período de democracia, revoltas e reivindicações.

Em 1978, veio para o Brasil e pediu a naturalização. Após três meses, foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em Bauru. “Toda minha vida foi na política”. Ele elegeu-se vereador no município em dois mandatos.

Em 1998, foi eleito deputado estadual pela primeira vez, com 44 mil votos. Em seu quinto mandato consecutivo, priorizou as políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e educação.

Médicos sem Fronteiras

Durante seus anos na França, Tobias participou da fundação da organização Médicos sem Fronteiras, que oferece ajuda médica e humanitária para pessoas que estão em situações de emergência.

O deputado conta que o grupo original não está mais atuando na organização. Ele diz que a ideia inicial era trabalhar como voluntário. “Agora virou algo profissional, transformou-se em Cruz Vermelha.” Tobias destaca que é positivo, mas o objetivo era outro. “O voluntário envolve-se com o projeto. Essa era a finalidade”, explica.

Ele conta que já trabalhou na Síria e no Vietnã. “Nós que pagávamos as nossas passagens”. Segundo ele, a maioria das pessoas acredita que o voluntário não sobrevive sem dinheiro. “Na vida há mudanças e diversas transformações”.

Atuação no Legislativo

Para Tobias, o Legislativo fracassou na educação. “Nós gastamos o dinheiro e não vimos o resultado. Metade dos alunos é analfabeta; a outra, semianalfabeta”. O deputado destaca que é preciso uma discussão de como melhorar a educação. Acredita que não pode ser uma discussão partidária. “Isso não leva a nada”. Além disso, frisa que o papel da Assembleia é intermediar sociedade e governo, “e não apenas fazer projetos”.

Sobre a dificuldade de aprovação das propostas, ele explica que é necessário analisar sua legalidade. “Infelizmente, há um acerto e acabamos aprovando apenas um projeto por deputado a cada ano”, diz.

Tobias diz que o país é muito burocrático. “O Brasil possui leis atrás de leis que engessam o cidadão. Se houvesse cerca de 80% menos, facilitaria a vida deles.” O deputado compara a Constituição da França com a dos brasileiros. “A França possui meia dúzia de páginas. A nossa uma enciclopédia. Se fosse como é lá, o Brasil diminuiria os seus custos e teria mais resultados positivos”, diz.

O deputado lembra-se de um colega francês, que considerou as pessoas do terceiro mundo como bajuladoras. “Na França, a instituição que é bajulada. No Brasil, as pessoas conhecem os homens políticos, mas não os seus projetos”, diz Tobias.

Saúde

Há mais de trinta anos atuando no Sistema Único de Saúde (SUS) como mastologista e ginecologista, Pedro Tobias falou sobre a pilula do câncer. “Foram gastos R\$ 10 milhões em algo que já se sabia não ter efeito”. Segundo ele, os políticos aproveitam-se dos pacientes. “Há questões em que o Legislativo

“O papel da Assembleia Legislativa é intermediar a sociedade e o governo.”



não pode atuar. Somente o meio científico pode dizer algo a respeito.”

Sobre projetos voltados para a área, o deputado aprovou a Lei 12.060/2005, que cria leitos psiquiátricos nos hospitais do Sistema Único de Saúde. Segundo a Lei, o procedimento de internação hospitalar psiquiátrica será utilizado como último recurso terapêutico e objetivará a mais breve recuperação da pessoa acometida de transtorno mental.

PEC nº5/2016

Para Tobias, a PEC nº5/2016, que altera o teto dos salários do servidor público, quebrará o Estado. “A proposta é aumentar a remuneração. Privilegiará mais de cinco mil funcionários”.

Ele diz que não vê manifestações da imprensa e da sociedade sobre a PEC. “Hoje 90% dos deputados estão a favor dessa proposta, que trará consequências futuras ao Estado. Oito milhões a mais no orçamento da Assembleia”. Segundo o deputado, “o país está quebrado e enfrentando o desemprego, e quer aumentar salários para R\$ 24 mil. Quem está pagando são as pessoas de baixa renda”, diz.

Sobre a Reforma da Previdência, Tobias diz que é contra. “Tiraram os privilegiados e ficou só o pobre, que será prejudicado”.

Futuro

Pedro Tobias diz que não pretende mais se candidatar ao cargo de deputado estadual. Para ele, é preciso abrir espaço para a renovação dos políticos. “Tudo na vida tem começo, meio e fim”.

Bombeiros são homenageados na Assembleia

DA REDAÇÃO - FOTO: RAPHAEL MONTANARO

Em comemoração ao Dia do Bombeiro, 115 profissionais, entre oficiais e praças, foram homenageados na manhã desta segunda-feira (26/6), no Hall Monumental da Assembleia Legislativa. As medalhas foram entregues aos bombeiros que se destacaram entre 2016 e junho deste ano, por relevantes serviços prestados.

Foram condecorados o tenente coronel Valdir Pavão; os capitães da Polícia Militar, Karina Gonçalves Silva; Fernanda Regina Lopes de Freitas; Cynthia Montanheiro de Godoy Cicerelli e Valdinei Canas Kempe, os primeiros-tenentes da PM, Willian da Silva Ribeiro; Débora Santos de Oliveira; Danilo Augusto Passaretti; Nilo André Lemos e Érica Ramalho de Macedo, além de 105 praças.

O dia do Bombeiro Brasileiro é celebrado em 2 de julho.

Participaram da solenidade os deputados Coronel Camilo (PSD); Gil Lancaster (DEM) e Coronel Telhada (PSDB); Sérgio Turra Sobrane, secretário adjunto da Segurança Pública, representando o governador Geraldo Alckmin; Nivaldo Cezar Restivo, comandante geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo; os coronéis da PM,



Deputados cumprimentam homenageados

Cássio Roberto Armani, comandante do Corpo de Bombeiros; Wagner Bertolini, subcomandante do Corpo de Bombeiros;

Mauro Lopes dos Santos, coordenador operacional do Corpo de Bombeiros; Max Mena, comandante de Bombeiros

Metropolitano e Carlos Ricardo Gomes, chefe da Assessoria Policial Militar da Assembleia Legislativa.

Alesp aprova restrições ao uso de animais em escolas e universidades

DA REDAÇÃO

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou na última quinta-feira

(22/6) um projeto de lei que restringe o uso de animais na área do ensino. Pela proposta, as escolas e universidades poderão usar animais vivos somente

em estudos de observação em campo, de diagnose e terapia de pacientes reais e em aulas de semiologia. Cadáveres e materiais obtidos de maneira ética

também poderão ser utilizados.

“Há métodos substitutivos para o ensinamento. Um aluno sente-se muito mais seguro em aprender com um cadáver do que com um animal vivo. Muitas universidades já abandonaram essa prática que, além de desumana, é um crime”, declarou o deputado Feliciano Filho (PSC), autor do projeto (706/2012).

A professora Odete Miranda leciona na Faculdade de Medicina do ABC (FMABC), primeira instituição a restringir a prática no país. Ela acredita que mais de mil vidas já foram poupadas desde que esse método foi dispensado. “Isso permitiu que muitos alunos continuassem estudando aqui. Vários saíram por não concordarem com a utilização de animais nas universidades”, disse. Segundo ela, a aprovação dessa lei é um grande avanço para o Brasil. “Isso é uma realidade, não devemos mais usar animais para o ensino, não há necessidade e é um retrocesso, uma tradição que deve ser largada”.

Para tornar-se lei, o projeto ainda precisa da sanção do governador Geraldo Alckmin.



Parlamentares no Plenário JK

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875



JULIO MESQUITA (1864 - 1927)

Terça-feira 27 DE JUNHO DE 2017 R\$ 4,00 ANO 138 Nº 45178

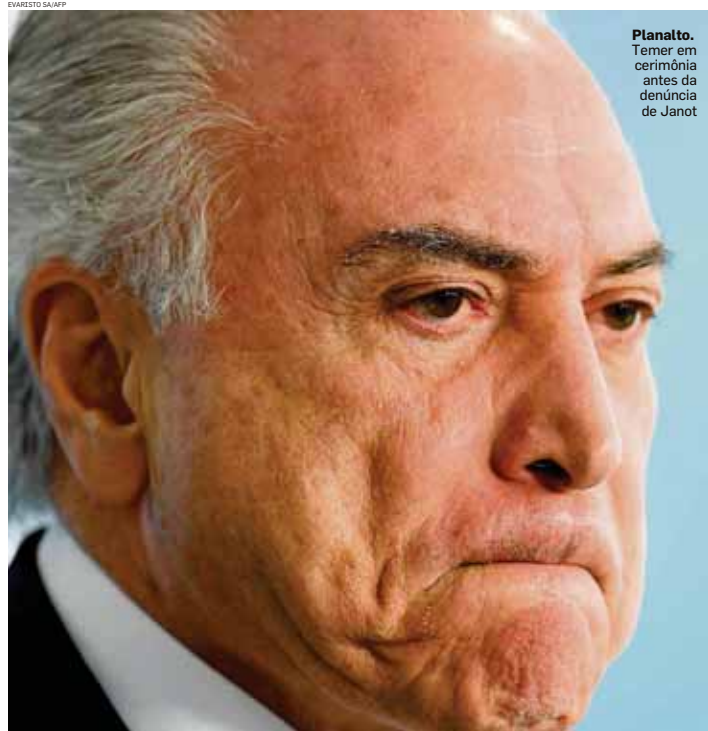
EDIÇÃO DE 1H15

estadão.com.br

Procurador denuncia Temer ao Supremo por corrupção passiva

● Pela primeira vez na história da República, um presidente é acusado de crime no exercício do mandato ● Rodrigo Janot ainda pode pedir novo inquérito para apurar suposta obstrução de investigação ● Defesa diz que 'denúncia não está calçada em fatos concretos'

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou criminalmente ontem ao STF o presidente Michel Temer por corrupção passiva com base na delação dos executivos do Grupo J&F. É a primeira vez na história da República que um presidente é acusado de crime no exercício do mandato. Em 1992, Fernando Collor foi denunciado quando já estava afastado do cargo. O ex-assessor especial de Temer Rodrigo Rocha Loures também foi alvo de acusação. Janot indicou que vai faturar a acusação relacionada aos crimes. Temer também poderá ser denunciado por obstrução a investigação de organização criminosa. A PF imputa a mesma conduta criminosa ao ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB) e ao empresário Joesley Batista. Entre os pedidos encaminhados ao STF, a PGR cobra de Temer reparação por danos no valor de R\$ 10 milhões e, de Rocha Loures, multa de R\$ 2 milhões. Janot tem cinco dias para decidir se oferece nova denúncia. Na visão da PF, o presidente cometeu crime ao incentivar a "manutenção de pagamentos ilegítimos" a Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Para o advogado de Temer, Antônio Cláudio Mariz, "a denúncia não está calçada em fatos concretos". **POLÍTICA / PÁGS. A4, A6 e A8**



Planalto. Temer em cerimônia antes da denúncia de Janot

Base pressiona por escolha de relator da acusação

Governistas querem que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), interfira na indicação de um parlamentar alinhado com o Palácio do Planalto para a relatoria da denúncia contra Temer. A acusação tramita primeiro na CCJ antes de seguir para o plenário. Ontem, o Solidariedade decidiu tirar o deputado Major Olimpio (SP), crítico do governo, da vaga de titular da comissão. O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que cada deputado vai "votar com a sua consciência". **PÁG. A6**

Análises

Eliane Cantanhêde Loures e Temer; Palocci e Lula O ex-deputado Rocha Loures está na antessala do presidente Michel Temer assim como o ex-ministro Palocci está na de Lula. **PÁG. A6**

Eloísa Machado de Almeida Repetidas denúncias Uma Câmara desprestigiada terá condições de barrar repetidas denúncias contra um presidente tão ou mais enfraquecido? **PÁG. A6**

● **Decreto dos Portos será apurado** A PGR também pediu a abertura de inquérito contra Temer e Loures para investigar o Decreto dos Portos, sob a suspeita de crimes de lavagem de dinheiro, corrupção ativa e corrupção passiva. **PÁG. A8**

“Nada nos destruirá, nem a mim, nem aos nossos ministros”

MICHEL TEMER, PRESIDENTE

Moro condena Palocci a 12 anos de prisão e cita 'ameaça'

O juiz Sérgio Moro condenou Antonio Palocci, ex-ministro dos governos Lula e Dilma, a 12 anos, 2 meses e 20 dias de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso envolvendo a Petrobrás. Também foram confiscados US\$ 10,2 milhões de suas contas. Outras 12 pessoas foram

condenadas, entre elas Marcelo Odebrecht e os marqueteiros João Santana e Mônica Moura. Segundo Moro, as declarações de Palocci durante depoimento, em abril, de que "teria muito a contribuir", sugerindo possível acordo de delação premiada, "soaram mais como uma ameaça". **POLÍTICA / PÁG. A9**

Trump poderá barrar viajante de 6 países islâmicos

A Suprema Corte dos EUA liberou decreto do presidente Donald Trump que veta, por 90 dias, a entrada de pessoas de seis países de maioria muçulmana. A medida também barra o ingresso de refugiados por 120 dias. **INTERNACIONAL / PÁG. A11**

Caderno2

Toulouse-Lautrec
Masp inaugurará dia 29 grande mostra com 75 obras do pintor francês



Viagem



Esse reino é seu
As novidades, o que ver e fazer em Orlando, a cidade mais mágica do mundo.

● **Multimídia**
A cada semana, vamos mostrar um lado diferente de Orlando em estadão.com.br/especialorlando

Gilles Lapouge
A esquerda europeia lamba as feridas na Alemanha, na França e na Itália. **INTERNACIONAL / PÁG. A12**

Mario Vargas Llosa
Para o escritor espanhol Juan Goytisolo, a literatura em língua espanhola era uma só. **CADERNO2 / PÁG. C5**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Serenidade e responsabilidade

É mais que hora de as autoridades se atarem à Constituição, em obediência ao princípio da legalidade. Cada Poder deve ter muito em conta sua missão institucional. **PÁG. A3**

O que dizem as pesquisas
Nem Lula da Silva está pensando em 2018. Seu objetivo no momento é evitar a cadeia. **PÁG. A3**

MIBTO
Papel certificado e parte de fontes responsáveis
FSC® C112209

Esta publicação é impressa em papel certificado FSC® garantia de manejo florestal responsável, pelo S.A. O Estado de S. Paulo

Nós já éramos uma ponte financeira antes de a Golden Gate Bridge ser construída. Golden Gate Bridge, inaugurada em 1937

Mais importante do que tudo que se passa é como se passa por tudo.

Construindo pontas financeiras seguras por onde atravessam gerações.

Para mais informações, consulte nossos gerentes ou ligue para 0300 105 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h30, exceto feriados.

Safra Private Banking
Tradição Secular de Segurança

Central de Atendimento Safra: 0300 105 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h30, exceto feriados. Atendimento aos portadores de necessidades especiais, auditivos e de fala / SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 772 3755, atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ouvidoria - caso já tenha ocorrido ao SAC, não está satisfatório: 0800 770 1238, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.

ESTA PUBLICIDADE É UM MATERIAL ITENS DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A ATIVIDADE DE PRIVATE BANKING. A VINCULAÇÃO DO SELO NÃO IMPLICA POR PARTE DA ANBIMA GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

edu **LIKE**

Mergulho de cabeça
Julho é tempo também de aprofundar o aprendizado de outras línguas

Tempo em SP 24' Máx. 12' Min.

Pela 1ª vez na história da República brasileira um presidente é acusado de crime durante o mandato; procurador-geral poderá apresentar nova acusação por obstrução de investigação

Janot denuncia Temer por corrupção passiva

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou criminalmente ontem ao Supremo Tribunal Federal o presidente Michel Temer por corrupção passiva com base na delação dos acionistas e executivos do Grupo J&F, que controla a JBS. O ex-assessor especial do presidente e ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures também foi alvo de acusação formal. É a primeira vez na história da República brasileira que um presidente é acusado de crime durante o exercício do mandato. Em 1992, Fernando Collor de Mello foi denunciado quando já estava afastado do cargo.

Janot indicou que vai mesmo fatar a acusação relacionada aos crimes apurados. Temer também poderá ser denunciado por obstrução à investigação de organização criminosa. O relatório da Polícia Federal foi encaminhado ontem ao Supremo. A PF imputa a mesma conduta criminosa ao ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB) e ao empresário e delator Joesley Batista. A partir de hoje, Janot terá cinco dias para decidir se oferece a nova denúncia.

Navisão da PF, o presidente cometeu crime “por embarçar investigação de infração penal praticada por organização criminosa, na medida em que incentivou a manutenção de pagamentos ilegítimos” ao deputado cassado e ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) – que está preso em Curitiba – por Joesley, “ao tempo em que deixou de comunicar autoridades competentes de suposta cor-

rupção de membros da Magistratura Federal e do Ministério Público Federal que lhe fora narrada pelo mesmo empresário”.

Em mais uma frente contra o presidente, a Procuradoria-Geral da República também pediu ontem a abertura de um novo inquérito contra Temer e Loures para investigar os fatos relativos ao “Decreto dos Portos”, sob a suspeita de crimes de lavagem de dinheiro, corrupção ativa e corrupção passiva.

Antes de ser formalmente acusado, o presidente disse em cerimônia no Palácio do Planalto que o Brasil está na “rota de superação” e nada o destruirá. “Nem a mim, nem aos nossos ministros.”

O relator do caso no Supremo, ministro Edson Fachin, vai definir o rito que dará à denúncia antes de encaminhá-la para a Câmara. No Legislativo, a acusação tramita primeiro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário. São necessários os votos de 172 dos 513 deputados para derrubá-la. Se aprovada por no mínimo 2/3 da Casa, retorna ao STF. Caso a Corte aceite a acusação, o presidente é obrigado a se afastar do cargo por 180 dias.

Líderes governistas pressionam o presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), para influenciar na escolha do deputado que vai relatar a denúncia. O Planalto quer uma tramitação rápida, mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que cada deputado vai votar com sua consciência e é preciso ter “paciência”.

UESLEI MARCELINO/REUTERS

“*(Michel Temer e Rocha Loures) Ainda aceitaram a promessa de vantagem indevida no montante de R\$ 38 milhões.*”

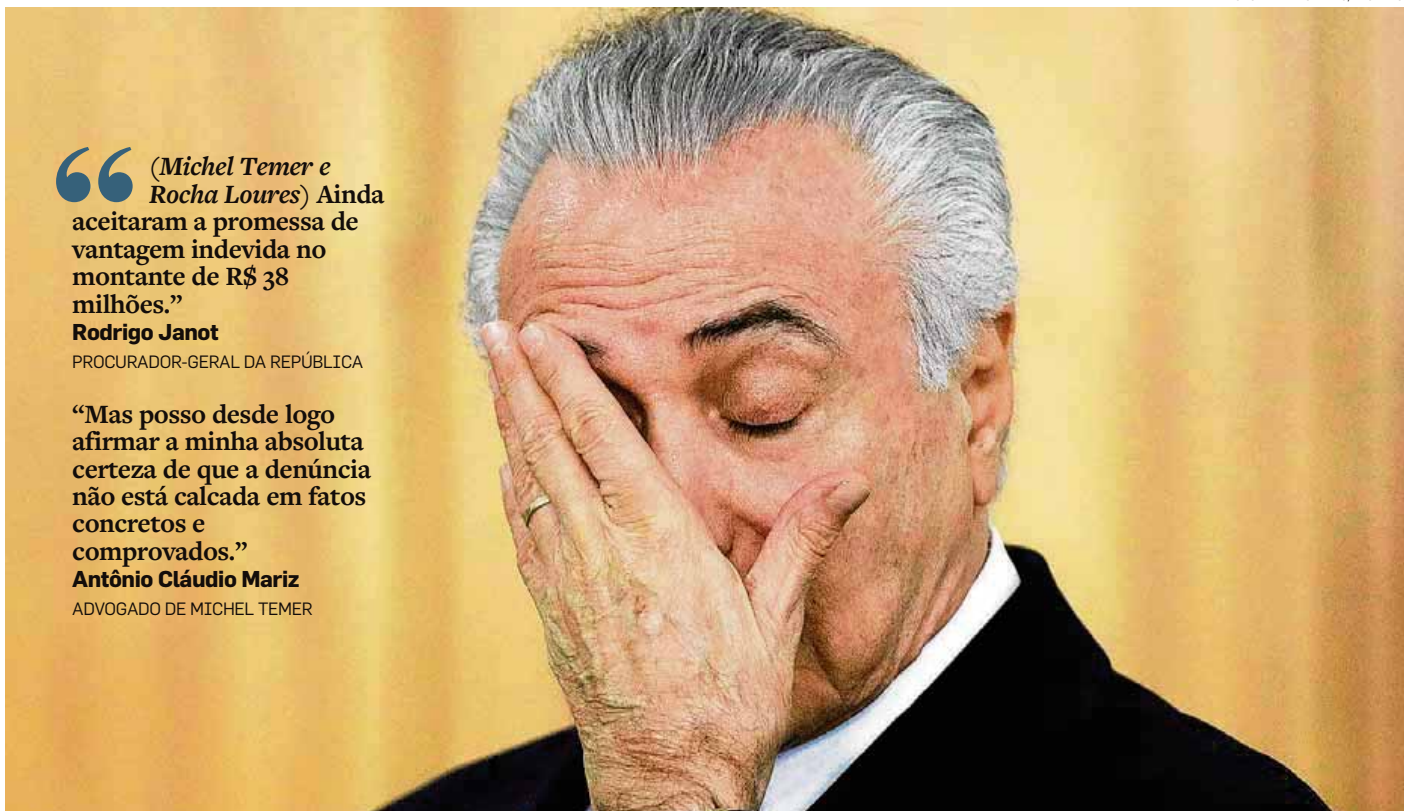
Rodrigo Janot

PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

“Mas posso desde logo afirmar a minha absoluta certeza de que a denúncia não está calcada em fatos concretos e comprovados.”

Antônio Cláudio Mariz

ADVOGADO DE MICHEL TEMER



Cerimônia. Temer durante evento no Palácio do Planalto, antes de a denúncia de Janot ser apresentada ao Supremo





Procurador cita 'esquema espúrio' entre presidente e 'seus comparsas'

Para Janot, Temer obteve 'vantagem indevida' de R\$ 500 mil; defesa diz que denúncia não tem base 'em fatos concretos'

Fabio Serapião
Breno Pires / BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou em denúncia apresentada ao Supremo Tribunal Federal que o presidente Michel Temer, "valendo-se de sua condição de chefe do Poder Executivo e liderança política nacional", recebeu por intermédio de seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures, "vantagem indevida de R\$ 500 mil ofertada por Joesley Batista".

Além dos R\$ 500 mil entregues em mala de dinheiro, Janot afirma que Loures e Temer "ainda aceitaram a promessa de vantagem indevida no montante de R\$ 38 milhões".

Ainda segundo o procurador-geral da República, existe "um esquema espúrio que envolve Michel Temer e seus comparsas há alguns anos" e "nesta ocasião específica (entrega dos R\$ 500

mil), Rodrigo Loures figurou como representante de Temer, substituindo outros que serviam como intermediários para recebimentos de propina pretéritos."

Para justificar a necessidade da denúncia contra Temer, Janot se baseia nas informações angariadas na delação dos executivos do grupo J&F e nas investigações conduzidas no âmbito da operação Patmos. Na denúncia, Janot aborda o encontro realizado no Palácio do Jaburu no qual Joesley gravou sua conversa com Temer. De acordo com a denúncia, o encontro serviu para tratar de "temas não republicanos".

"As circunstâncias deste encontro – em horário noturno e sem qualquer registro na agenda oficial do presidente da República – revelam o propósito de não deixar vestígios dos atos criminosos lá praticados", afirma.

Após a gravação se tornar pública, Temer afirmou receber vários empresários durante a noite, mas, segundo Janot, não há relato desses encontros nas agendas oficiais. De acordo com a acusação, as conversas gravadas mostram que a ideia dos denunciados era manter encontros secretos sem registros oficiais. "A

Acusação pede dano moral de R\$ 10 mi

● **Entre os pedidos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal na denúncia contra o presidente Michel Temer (PMDB), a Procuradoria-Geral da República solicita que o peemedebista e o ex-assessor da Presidência Rodrigo Rocha Loures sejam condenados por dano moral coletivo.**

Ele pediu na acusação a perda do cargo público e reparação por danos no valor mínimo equivalente a R\$ 10 milhões para Temer e multa de R\$ 2 milhões para Rocha Loures. Para Janot, o presidente e seu ex-assessor "desvirtuaram as importantes funções públicas que exercem, visando, apenas, ao atendimento de seus interesses escusos". / F.S. e B.P.

conversa no Palácio do Jaburu foi apenas o ponto de partida para as solicitações e recebimentos de vantagens indevidas."

Janot detalha os encontros posteriores entre Rocha Loures e Joesley e cita as reuniões reali-

zadas entre o ex-assessor de Temer e o diretor de Relações Institucionais da JBS, Ricardo Saud.

Segundo a denúncia, as conversas e a investigação instaurada mostram que Rocha Loures atuou para que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) concedesse uma decisão favorável à Empresa Produtora de Energia de Cuiabá, do Grupo J&F. Nesse caso, Janot cita a ligação do ex-deputado para o presidente do Cade Gilvândro Araújo durante um encontro com Joesley, em 13 de março.

No entendimento de Janot, foi nesse encontro que ficou definida a propina de 5% sobre valor do lucro estimado com a operação e que resultou na entrega da mala de R\$ 500 mil com a qual Rocha Loures foi flagrado correndo em operação controlada da PF.

Defesa. Questionado sobre a denúncia, o advogado Antônio Cláudio Mariz, que representa o presidente, afirmou que vai se manifestar "mais profundamente" quando tiver acesso à denúncia. "Mas posso desde logo afirmar a minha absoluta certeza de que a denúncia não está calçada em fatos concretos e comprovados, uma vez que o presidente da República não cometeu nenhuma conduta que pudesse ser enquadrada no tipo penal da corrupção passiva."

O Palácio do Planalto informou que não iria se manifestar.

'Nada nos destruirá, nem a mim, nem aos nossos ministros', afirma Temer

Antes de denúncia, presidente fala em tom confiante a empresários; após pedido, Planalto reúne ministros para definir estratégia de 'guerra'

Carla Araújo
Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Antes de a denúncia da Procuradoria-Geral da República ser apresentada ao Supremo Tribunal Federal, o presidente Michel Temer disse ontem, para uma plateia de empresários no Palácio do Planalto, em tom confiante, que "nada" vai destruí-lo. No entanto, horas depois, a decisão de Rodrigo Janot de "fatiar" a denúncia levou preocupação ao Planalto em razão do desgaste político ao presidente.

"Nossa agenda de modernização do Brasil é a mais ambiciosa de muito tempo. Tem sido implementada com disciplina, tenacidade, com sentido de missão. Não há plano B. Há de seguir adiante. Nada nos destruirá, nem a mim, nem aos nossos ministros", disse Temer aos empresários no Planalto.

Durante o evento, o presidente cometeu mais uma gafe ao dizer que na semana passada conversou com empresários "soviéticos" em uma referência à sua viagem à Rússia.

A tarde, depois de participar

da solenidade de apresentação de credenciais de 13 embaixadores, Temer foi questionado se seguiria o conselho do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que em artigo publicado ontem no jornal *Folha de S. Paulo* sugeriu ao peemedebista encurtar o próprio mandato e comandar a antecipação das eleições. O presidente apenas sorriu e respondeu: "Olha o sorriso". Auxiliares disseram que o gesto foi para mostrar que Temer não está preocupado com as declarações do tucano.

Sob a tutela do jurista Antô-

nio Cláudio Mariz de Oliveira, o advogado Gustavo Guedes, responsável pela defesa de Temer no Tribunal Superior Eleitoral, foi o escalado pelo presidente para se dedicar a rebater a denúncia de Janot. Segundo auxiliares do presidente, Guedes vai tentar comprovar inconsistência da denúncia.

Tensão. O fato de Janot ter antecipado uma denúncia ontem, quando poderia ter apresentado uma única acusação, incomodou auxiliares de Temer. Na avaliação do Planalto, há postura "poli-

tizada" do procurador-geral.

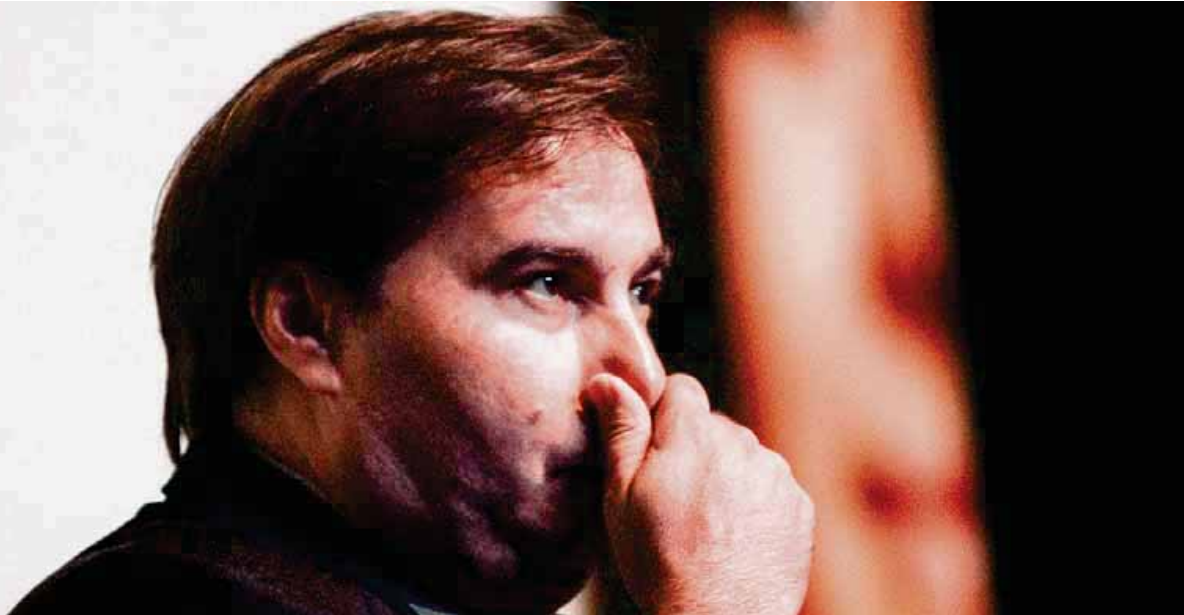
Embora a estratégia do Planalto seja a de criticar Janot, interlocutores do presidente reconhecem que a apresentação da denúncia pode afetar a governabilidade e ampliar o desgaste de Temer, expondo-o ainda mais.

No momento da divulgação da denúncia, Temer estava reunido com a ministra-chefe da Advocacia-Geral da União, Grace Mendonça, que tem dito que não interfere na defesa do presidente. A Secretaria de Imprensa foi orientada a deixar sob a responsabilidade de Mariz de

Oliveira qualquer pronunciamento sobre o caso.

O presidente reuniu ministros do núcleo político logo após a apresentação da denúncia. Estiveram no Planalto Torquato Jardim (Justiça), Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo), Moreira Franco (Secretaria-Geral) e Eliseu Padilha (Casa Civil). Participou do encontro também o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Interlocutores de Temer disseram que foram debatidas estratégias da "guerra" contra Janot. Temersó deixou o Planalto às 23h20.

Gravidade. Em evento em SP, Rodrigo Maia, presidente da Câmara, disse que é preciso ter paciência na análise de denúncia



Líderes governistas pressionam por escolha de relator de denúncia

Aliados articulam com presidente da CCJ decisão sobre relatoria; Maia diz que cada deputado votará com sua 'consciência'

Daiene Cardoso
Carla Araújo | BRASÍLIA

bém que não sabe qual será a decisão da Câmara. "Cada deputado vai votar com a sua consciência", afirmou. O deputado disse que Temer tem maioria no Congresso, mas que é preciso esperar e ainda admitiu que as acusações são "graves".

Na Câmara, as movimentações já começaram. Uma troca na CCJ foi realizada ontem, quando o Solidariedade decidiu tirar o deputado Major Olímpio (SP) da vaga de titular. Com um forte discurso de oposição, Major Olímpio foi substituído pelo líder da bancada, Aureo (RJ).

A CCJ é o colegiado responsável por votar a admissibilidade da denúncia na Câmara dos Deputados. Pacheco, que vem demonstrando independência em relação ao governo na condução dos trabalhos, avisou que quer um perfil técnico, com conhecimento jurídico e assíduo na comissão. "Minha posição é de independência, de não permitir influência do governo, nem de ninguém", disse Pacheco ao **Estado/Broadcast**.

Fontes relatam que Pacheco já foi procurado por líderes par-

• **'Independência'**
"Minha posição é de independência, de não permitir influência do governo, nem de ninguém."

Rodrigo Pacheco (PMDB-MG)
PRESIDENTE DA CCJ

tidários e que o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, se dispôs a assumir as conversas para que seja escolhido um parlamentar com perfil "chapa-branca". Os governistas não querem ter "surpresas" na relatoria da denúncia. Padilha negou a interferência, mas o favorito dos governistas hoje para a função é Jones Martins (PMDB-RS), ex-prefeito de Gravataí e suplente do deputado licenciado Osmar Terra (PMDB-RS), hoje ministro de Desenvolvimento Social e Agrário.

Martins é um nome próximo de Padilha e apontado por alguns aliados como afilhado político do ministro da Casa Civil. "Jones é um constitucionalista. Seria uma boa escolha", disse o

vice-líder da bancada do PMDB, Carlos Marun (MS). O deputado, que já sondou Pacheco e ouviu dele que fará uma escolha "meticulosa", disse confiar na responsabilidade do presidente da CCJ. "Não é o momento para fazer pirotecnia."

Trocas. Com a mudança, Major Olímpio vai para a suplência e não poderá ter seu voto contabilizado na análise da admissibilidade, a menos que um titular da bancada falte na sessão. Major Olímpio não só vinha fazendo críticas pesadas ao governo, como já havia anunciado que votará à favor da denúncia.

Segundo a bancada, o pedido de troca foi protocolado no dia 14 deste mês. O partido negou que a mudança esteja relacionada à denúncia. "O deputado Major Olímpio continua sendo membro da comissão e contribuindo efetivamente com as discussões do colegiado", disse nota da bancada.

Já o PSB não deve fazer alterações nos quadros da comissão, mas a direção do partido estuda fechar questão a favor da denúncia contra Temer. Como Danilo Forte (PSB-CE) e Fábio Garcia (PSB-MT) são governistas, a direção deve pedir para que eles deixem de votar. / **COLABORARAM DANIEL WETERMAN, ANDRÉ ÍTALO ROCHA e PEDRO VENCESLAU**

- ▶ Líderes governistas pressionam o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), para influenciar na escolha do deputado que vai relatar a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer. Os governistas querem não só uma tramitação rápida do pedido, como esperam a indicação de um parlamentar alinhado com o Palácio do Planalto.

Ontem, no entanto, antes da apresentação da denúncia, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou, em evento em São Paulo, que cada deputado vai votar de acordo com sua consciência e é preciso ter "paciência". Ele disse tam-

PF aponta obstrução de investigação

Segundo relatório, Temer 'embaraçou' apuração de crimes praticados por organização criminosa; para defesa, documento não tem 'valor jurídico'

Breno Pires
Fabio Serapião / BRASÍLIA

A Polícia Federal concluiu que o presidente Michel Temer cometeu crime de obstrução à investigação de organização criminosa, em relatório encaminhado ao Supremo Tribunal Federal ontem, no qual também vê a mesma conduta criminosa por parte do ex-ministro de governo Temer Geddel Vieira Lima e do empresário e delator Joesley Batista, dono da JBS.

O crime está previsto na Lei das Organizações Criminosas, de 2013. A pena é reclusão, de três a oito anos, além de multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

O relatório cita o ex-presidente da Câmara e deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que aparece na gravação da conversa entre Joesley e Temer, no Palácio do Jaburu, no dia 7 de março deste ano.

A atribuição de conduta criminosa a Temer se dá, de acordo com a PF, "por embaraçar investigação de infração penal praticada por organização criminosa, na medida em que incentivou a manutenção de pagamentos ilegítimos a Eduardo

Cunha, pelo empresário Joesley Batista, ao tempo em que deixou de comunicar autoridades competentes de suposta corrupção de membros da magistratura federal e do Ministério Público Federal que lhe fora narrada pelo mesmo empresário".

Esta é a conclusão encaminhada ao Supremo no relatório final do inquérito que investiga Temer e o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), ex-assessor especial do presidente. O Supremo, por meio do ministro Edson Fachin - relator do inquérito contra o presidente -, já enviou à Procuradoria-Geral da República o documento para que o Ministério Público decida se oferece ou não denúncia contra Temer. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, tem cinco dias para apresentar ou não a acusação.

Cunha. A conclusão da PF é baseada no diálogo entre Temer e Joesley, em que, diante da afirmação do empresário de que estava "cuidando" de Cunha, Temer teria concordado, de acordo com os investigadores.

O ex-ministro Geddel Vieira Lima também foi apontado como tendo praticado o crime de obstrução à investigação, porque "manifestou interesse na manutenção de pagamentos a Funaro", segundo a PF, numa referência ao corretor financeiro Lúcio Funaro, apontado pelos investigadores como "operador de propina" de Cunha.

Quando Joesley, o relatório afirmou que agiu para "embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa ao manter pagamentos ilegítimos a Eduardo Cunha e a Lúcio Funaro, enquanto presos, a pretexto de mantê-los em silêncio ou de não se ver envolvidos em eventuais revelações de fatos comprometedores a si próprio e ao grupo empresarial que comandava".

Em relação ao crime de participação em organização criminosa, a PF recomendou que os fatos sejam incluídos em inquérito que já existe no STF para apurar a suposta organização criminosa composta por peemedebistas da Câmara.

RITO

Denúncia



O presidente Michel Temer foi denunciado ontem ao Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva com base na delação do Grupo J&F, que controla a JBS

O ministro Edson Fachin pode enviá-la diretamente ao Congresso ou dar prazo de 15 dias para a manifestação da defesa do presidente, o que retardaria o processo



Inquérito

Janot tem, a partir de hoje, 5 dias para decidir se

oferece ou não nova denúncia contra Temer com base em relatório da PF que aponta obstrução de investigação de organização criminosa

O que prevê o regimento da Câmara



1 Após envio da denúncia à Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça tem até dez sessões para debater



2 Um relator é escolhido automaticamente para estudar o caso



3 Os advogados do presidente têm até 10 dias para apresentar manifestação

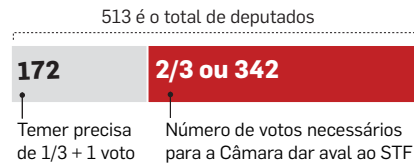


4 Relator na comissão tem cinco sessões para apresentar o voto



5 Após a CCJ, o pedido de autorização é votado em plenário

A votação no plenário



Autorização

Caso os deputados deem autorização, o STF julga a denúncia. Se a acusação for aceita, o presidente é afastado do cargo por 180 dias

Arquivamento

Rejeitada a denúncia pelo STF, o processo é arquivado

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

TRECHO

“Houve embaraço à investigação de infração penal praticada por organização criminosa, na medida em que (Temer) incentivou a manutenção de pagamentos ilegítimos...

... a Eduardo Cunha, pelo empresário Joesley Batista, ao tempo em que deixou de comunicar autoridades de suposta corrupção de membros da magistratura federal e do Ministério Público Federal que lhe fora narrada pelo empresário.”

Laudo sobre áudio não vê 'indicativo de adulteração'

Em laudo de 123 páginas, os peritos criminais do Instituto Nacional de Criminalística (INC) concluíram que "não foram encontrados elementos indicativos" de que a gravação da conversa entre o empresário Joesley Batista e o presidente Michel Temer "tenha sido adulterada em relação ao áudio original".

O áudio foi citado pela Polícia Federal para afirmar, no relatório final entregue ao Supremo ontem, que houve o cometimento do crime de obstrução à investigação de organização criminosa por parte de Temer, do ex-ministro Geddel Vieira Lima e do empresário e delator do grupo J&F Joesley Batista.

Para chegar às conclusões sobre a gravação realizada no dia 7 de março deste ano, no Palácio do Jaburu, os peritos realizaram quatro tipos de análise: "perceptual e contextual", "for-

mato e estrutura de áudio", "quantitativas" e do "equipamento gravador". Embora tenha apontado para "descontinuidades", o laudo afirma que "não foram observados elementos que, de algum modo, indiquem a existência de adulterações."

Ainda segundo o laudo, os trechos "contínuos sucessivos ao longo do áudio questionado apresentam aparente encadeamento lógico de ideias e assuntos que remetem a um diálogo travado entre dois interlocutores, com início, meio e fim". /B.P. e F.S.

Temer e Loures já haviam sido apontados como tendo praticado corrupção passiva, em relatório parcial da PF. Com base nesse documento, Janot denunciou ontem o presidente.

O advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, que defende Temer, reiterou que o relatório não é "peça acusatória". "Acusa-se com base em uma coleta de provas unilateral e parcial,

que visa sempre corroborar uma suspeita da própria autoridade policial. Seu valor jurídico é nenhum." As defesas dos outros citados no relatório da PF não foram localizadas.

PELO MUNDO

Le Monde



Site do jornal francês fala de "acusação histórica" contra o presidente Michel Temer. A página informa que a denúncia precisa de aprovação da Câmara dos Deputados para processo ser aberto no Supremo Tribunal Federal.

BBC



Página digital de cadeia britânica de comunicação destaca denúncia contra o presidente Michel Temer e impopularidade "profunda" do peemedebista, que deve enfrentar nova denúncia nas próximas semanas, diz o site.

The Washington Post



Site do jornal americano afirma que o presidente Michel Temer é o "primeiro presidente em exercício do maior país da América Latina" a enfrentar acusação formal.

The New York Times



Jornal americano publica em seu site que o presidente Michel Temer é acusado de "suborno". O texto chama o peemedebista de "impopular" e relembra o impeachment de Dilma Rousseff.

Oposição e base aliada se unem por fundo eleitoral

Difícilmente outros pontos da reforma política terão consenso na Câmara e no Senado para começar a valer já nas eleições de 2018

BRASÍLIA

A pouco mais de três meses do prazo para fazer mudanças para 2018, as duas Casas do Congresso parecem caminhar para o consenso em, pelo menos, um ponto: a criação de um fundo eleitoral. Na Câmara, o relator da reforma política, deputado Vicente Cândido (PT-SP), propõe fundo com recursos públicos para o ano que vem de R\$ 3,5 bilhões, e R\$ 2,2 bilhões, em 2020. Já no Senado, o líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR) deve apresentar hoje uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com fundo de R\$ 3,5 bilhões.

Segundo senadores da oposição consultados pelo Estado, embora ainda haja discordâncias em relação à divisão do fundo, estimado em R\$ 3,5 bilhões, há consenso sobre a necessidade de se aprovar uma nova fórmula para financiar as candidaturas. Pelas regras atuais, apenas doações de pessoas físicas são permitidas nas eleições.

Um dos pontos que a oposição deve tentar alterar é a divisão considerando também as bancadas no Senado. Para a partilha do fundo, só bancadas na Câmara são levadas em conta.

Os presidentes do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), devem discutir a proposta em encontro hoje com e líderes partidários.

Fiesp. Maia esteve presente em um evento sobre o tema na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ontem. O presidente da Câmara disse que as Casas vão construir calendário conjunto para reforma política, mas também afirmou que vai ser difícil ter maioria para aprovar. “Não é fácil. A gente sabe que não é simples construir maioria em um tema tão complexo”, disse. Na defesa de um fundo para campanhas, o relator da reforma na Câmara, que também esteve na Fiesp ontem, disse que seus cálculos apontam para redução de 20% nos custos das campanhas, em relação aos valores de hoje. Além disso, pessoas físicas poderiam fazer doações para candidatos que somariam entre R\$ 600 milhões e R\$ 1 bilhão. Com o fundo e as doações, o custo total de campanhas ficaria em torno de R\$ 3 bilhões, “dentro do razoável”.

● Mudanças

R\$ 3,5 bi

é o quanto teria no fundo para as campanhas eleitorais em 2018, caso a PEC seja aprovada.

12

é o número de partidos que restaria no Congresso, se a cláusula de barreira for aprovada, segundo Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Cândido disse que não vê maioria no Congresso para aprovar as grandes mudanças da reforma política. Assim, ele defendeu uma transição no sistema, em que já passe a valer em 2018 um fundo público para financiamento de campanha e medidas que diminuam o número de candidatos. Para ele, o financiamento público de campanhas hoje não é possível pelo número de candidatos que há. “Hoje é muito difícil construir maioria. Nós temos um monte de general sem tropa. Os presidentes e líderes não têm mais os domínios e comandos de suas bancadas. São poucas as bancadas que conseguem fechar questão. Resta a negociação individual e isso é muito difícil”, disse o relator.

Para que eventuais mudanças possam valer a partir da eleição de 2018, o Congresso tem de aprová-las com pelo menos um ano de antecedência, ou seja, no máximo até setembro.

No evento de ontem, Maia avaliou que há possibilidade de a cláusula de barreira e o fim das coligações passarem ainda neste ano, pois já têm “acordo avançado” nas duas Casas. De acordo com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que propõe as duas mudanças, a cláusula valeria para 2018 e o fim das coligações para 2020. Autor da PEC, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), também esteve no evento da Fiesp, e avaliou que o texto, que já tra-

mitou no Senado, tem condições de ser aprovado na Câmara. “Hoje temos 34 partidos registrados e outros nove em vias de registro. Como vamos

construir uma agenda objetiva e racional com 42 ou 43 partidos?”, questionou o senador, que disse que, com a criação da cláusula, o número de partidos

com atuação parlamentar seria reduzido para 12. / THIAGO FARIA, JULIA LINDNER, ISABELA BONFIM, ANDRÉ ÍTALO ROCHA E DANIEL WETERMAN

Janot pede novo inquérito sobre Porto de Santos

BRASÍLIA

Além da denúncia apresentada ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a abertura de um novo inquérito contra o presidente Michel Temer e o ex-assessor especial da Presidência Rodrigo Rocha Loures para investigar os fatos rela-

tivos ao “Decreto dos Portos”, sob a suspeita de ter cometido crimes de lavagem de dinheiro, corrupção ativa e corrupção passiva.

A PGR esclarece que, no decorrer das investigações sobre os fatos apontados contra Temer e Loures, incluindo na Operação Patmos, as provas de busca e apreensão e de escuta tele-

fônica “revelaram outros fatos penalmente relevantes, os quais merecem ser devidamente apurados em inquérito próprio”.

“No decorrer das investigações, foram interceptadas ligações telefônicas de Rodrigo Loures que indicam a promulgação de, pelo menos, um ato normativo recente que beneficiaria diretamente a Rodrimar S.A.,

empresa na qual atuam Ricardo Conrado Mesquita, diretor, e Antônio Celso Grecco, sócio e presidente. Foi o chamado ‘Decreto do Portos’”, destaca Janot no pedido de novo inquérito.

O procurador-geral pediu que sejam ouvidos Grecco, João Baptista Lima Filho, coronel e amigo pessoal do presidente Temer, Gustavo do Vale Ro-

cha, subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, e José Yunes, ex-assessor especial da Presidência.

Para Janot, as informações obtidas até o momento indicam que Mesquita, Grecco, o empresário Edgar Rafael Safdié, João Batista Lima Filho e Yunes intermediaram repasses de valores ilícitos em favor dos denunciados.

A PGR também disse que precisa de mais tempo para formar a opinião sobre se houve o co-

metimento de crime de obstrução de investigação a organização criminosa.

Janot afirmou que deverá ser analisada futuramente a possível prevenção do ministro Marco Aurélio Mello para ser relator deste novo inquérito contra Temer, devido ao fato de que Mello já foi o relator de uma investigação que tratava dos Portos na qual Temer já havia constatado como investigado mas o ministro havia entendido por arquivar a citação a ele. /F.S. e B.P.

Juiz autoriza leilão de bens de Sérgio Cabral

RODRIGO MENEZES/AGÊNCIA O DIA-1/2/2017

Casa do ex-governador em Mangaratiba avaliada em R\$ 8 mi e lancha de R\$ 4 mi estão entre os itens que serão vendidos

Mariana Sallowicz / RIO

O juiz Marcelo Bretas, da 7.^a Vara Federal Criminal do Rio, autorizou o leilão de bens do ex-governador Sérgio Cabral

(PMDB) e da ex-primeira-dama Adriana Ancelmo, alvos de desdobramentos da Lava Jato.

A casa de veraneio em Mangaratiba, no litoral sul do Rio, e a lancha Manhattan Rio estão entre os itens que serão vendidos. O imóvel é avaliado em R\$ 8 milhões e a embarcação, em torno de R\$ 4 milhões. Ao todo, os bens somam R\$ 12,5 milhões.

Também serão leiloados um jipe Freelander (R\$ 120 mil), um jipe Discovery (R\$ 240 mil),



Imóvel. Casa de Cabral em Mangaratiba que será leiloadada

um Hyundai Azera (R\$ 76 mil), uma moto aquática (R\$ 45 mil) e um jet boat (R\$ 50 mil). O Ministério Público Federal também pediu a alienação de joias do casal, mas a avaliação desses itens ainda não foi feita. O leilão será autorizado se Bretas concordar com o valor de avaliação.

O leilão antes da divulgação da sentença foi autorizado com base na lei de lavagem de dinheiro. Nela, é previsto que a alienação antecipada pode ocorrer em casos nos quais os bens estejam sujeitos a grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para manu-

tenção. “Automóveis e embarcações são bens facilmente depreciáveis, perdendo valor de mercado”, disse Bretas.

Em relação à casa, o magistrado declarou que a medida é autorizada pela lei pela dificuldade de manutenção, uma vez que o casal proprietário está preso. Adriana cumpre prisão domiciliar e Cabral está na Cadeia Pública José Frederico Marques, em Benfica, zona norte.

“O objetivo da alienação antecipada é o de salvaguardar a restituição aos cofres públicos de eventual produto/proveito de crime”, afirmou o juiz.

Palocci é condenado a 12 anos de prisão

Moro sentencia ex-ministro da Fazenda por corrupção e lavagem de dinheiro

O ex-ministro Antonio Palocci (governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) foi condenado ontem a 12 anos, 2 meses e 20 dias de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A sentença é do juiz Sérgio Moro, que conduz a Operação Lava Jato na primeira instância.

Esta é a primeira condenação de Palocci no caso de corrupção envolvendo a Petrobrás. Nesta ação penal, outras 12 pessoas também foram condenadas, incluindo Marcelo Odebrecht, herdeiro da construtora, o casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e o ex-diretor de Serviços da estatal petrolífera Renato Duque.

Na sentença, Moro também confiscou US\$ 10,2 milhões das contas pessoais e das empresas de Palocci. O valor, segundo o juiz, é equivalente às propinas que o ex-ministro teria autorizado a Santana e Mônica. As propinas seriam referentes a contratos firmados pelo Estaleiro Enseada do Paraguaçu – de propriedade da Odebrecht – com a Petrobrás, por intermédio da empresa Sete Brasil. O dinheiro teria sido pago a Santana.

Para Moro, os crimes cometidos por Palocci estão inseridos em contexto “mais amplo”. O juiz cita uma “conta-corrente geral” para pagamentos de propinas “de até R\$ 200 milhões.” Palocci está preso em Curitiba desde setembro de 2016, quando foi alvo da Operação Omertà, 35.ª fase da Lava Jato.

A força-tarefa cobrava os R\$ 32 milhões a título da suposta propina paga pela empreiteira Odebrecht por contratos de afretamento de sondas com a

Petrobrás, objeto desta ação penal. Os pagamentos teriam sido efetuados pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, no qual Palocci era identificado como “Italiano”.

Os pagamentos estão registrados em planilha apreendida no Grupo Odebrecht de título “Posição Programa Especial Italiano”. Os delatores disseram que Palocci era “Italiano”, e que era responsável pelo “caixa geral” de acordos de propinas entre o grupo e PT. Os pagamentos, que totalizaram US\$ 10 milhões, foram feitos sob supervisão de Palocci, entre 2012 e 2013, para João Santana.

‘Ameaça’. As declarações do ex-ministro durante depoimento em abril de que ele “teria muito a contribuir”, sugerindo um possível acordo de delação premiada, não foram bem recebidas por Moro. Na sentença, o juiz afirmou que as declarações “soaram mais como uma ameaça” do que “propriamente como uma declaração sincera de que pretendia naquele momento colaborar com a Justiça”.

“O condenado é um homem poderoso e com conexões com pessoas igualmente poderosas e pode influir, solto, indevidamente contra o regular termo da ação penal e a sua devida responsabilização”, disse o juiz.

A defesa do ex-ministro, que já havia entregue as alegações finais do processo a Moro, afirmou que vai recorrer da decisão. “Continuaremos sustentando a inocência do ex-ministro quanto aos fatos que justificaram, na ótica do digno magistrado de piso, sua condenação”, disse o advogado Alessandro Silverio, que defende Palocci.

Ainda no âmbito da Lava Jato, Palocci responde a outra ação penal, por propinas da Odebrecht, ao lado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A defesa de Lula também já apresentou as alegações finais em uma das ações penais que responde em Curitiba. Trata-se do



INFORMAÇÃO/ESTADÃO - FOTO: RODOLFO BUHNER/REUTERS/2016/2016

caso do triplex do Guarujá (SP). Segundo a acusação, o ex-presidente recebeu vantagens da construtora OAS por meio do imóvel. A pena prevista é de até 22 anos de prisão, se condenado. Na sentença de Palocci, o nome do ex-presidente Lula é citado dez vezes por Moro.

Moro sentenciou o casal de ex-marqueteiros do PT João Santana e Mônica Moura a um ano e seis meses em regime fechado. O casal é acusado de lavagem dos US\$ 10,2 milhões que teriam sido pagos pela Odebrecht como caixa 2 das campanhas petistas, em 2013.

Os valores são oriundos de contratos entre a construtora e

a Petrobrás. Já o assessor de Palocci Branislav Kontic foi absolvido por falta de provas, além do ex-executivo da Odebrecht Rogério dos Santos Araújo.

Duque. Condenado a mais de 50 anos de prisão em processos na Lava Jato, o ex-diretor da Petrobrás Renato Duque conse-

guiu, com a confissão dos crimes na Justiça, o benefício de ter sua pena de prisão em regime fechado limitada a 5 anos – ele está detido desde abril de 2015. Duque foi sentenciado ontem a 5 anos e 4 meses de prisão por corrupção passiva. /RICARDO BRANDT, FAUSTO MACEDO, LUIZ VASSALLO e JULIA AFFONSO

Condenação com base em delatores, diz PT em nota

● A presidente nacional do PT, a senadora Gleise Hoffmann, afirmou, em nota, que a condenação do ex-ministro Antonio Palocci e do ex-tesoureiro João Vaccari Neto tem como base “palavras de delatores”, que “utilizam de subterfúgios para incriminar quem quer que seja, desde que tenham suas penas reduzidas”.

Poucos membros do PT quise-

ram se manifestar sobre assunto. Um dos poucos foi o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Ele diz não enxergar a condenação de Palocci pode atingir ou provocar a condenação de Lula.

“O juiz Moro faz sentenças sem nenhuma prova, levando em conta indícios e convicções, sem nenhuma base legal. Então, nesse sentido. Podemos esperar tudo”. Em relação a uma defesa mais enfática do PT em relação ao ex-ministro Palocci, Zarattini diz que “até onde eu sei, a acusação tem a ver com as atividades privadas e não partidárias de Palocci.”



NA WEB

Sentença. A decisão do juiz Sérgio Moro

estadao.com.br/e/moropalocci

Doria quer Aécio fora do comando do PSDB

Prefeito diz em entrevista a rádio pernambucana que presidente afastado da sigla deveria 'concentrar tempo na própria defesa'

Anderson Bandeira

ESPECIAL PARA O ESTADO / RECIFE

O prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), defendeu ontem a saída definitiva do senador afastado Aécio Neves (PSDB-

MG) do comando da legenda. Alvo de nove inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF), Aécio está licenciado do comando do partido após vazamento de gravações em que ele supostamente teria pedido propina no valor de R\$ 2 milhões ao dono da JBS, Joesley Batista.

Em entrevista à Rádio Jornal de Pernambuco, Doria afirmou que o tempo do correligionário no comando nacional do partido passou e Aécio precisa deixar o cargo.

“Tenho respeito por Aécio, mas ele tem de concentrar o tempo dele na própria defesa e deixar que o partido seja conduzido por outro nome, eleito”,

● **Apoio**
“Tenho muito respeito por Alckmin e o governador tem toda a preferência e o meu apoio (para 2018).”

João Doria (PSDB)

PREFEITO DE SÃO PAULO

disse o tucano, considerando que o mesmo rigor com que a legenda tem criticado o PT deve ser aplicado no combate às irregularidades internas tucanas.

Questionado sobre a recente defesa de eleições diretas feita pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Doria divergiu. Afirmou que a antecipação de uma eleição só agravaria a situação do País.

À rádio pernambucana, o prefeito de São Paulo defendeu a permanência do partido na base

aliada do presidente Michel Temer sob o argumento de que “o apoio do PSDB é ao Brasil e não a Temer”. “Os fatos são graves, mas não apresentam abandono ao governo Temer”, afirmou.

Eleição. Na entrevista à rádio, Doria também comentou a recente pesquisa do Datafolha, divulgada ontem, que coloca o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em primeiro lugar na disputa de 2018.

Após ter declarado que queria ver o petista derrotado nas urnas, Doria avaliou que as pesquisas revelam um momento, o que pode ser alterado. “O PSDB

pode trazer algo novo para 2018. Eu mesmo comecei a campanha em São Paulo com 2% e ganhamos em primeiro turno”, disse o tucano.

Na sua avaliação, embora despoje na primeira posição, o petista tem alta rejeição, sobretudo no eixo Sul-Sudeste.

Da ala tucana, ele voltou a defender o nome do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), seu padrinho político, para a disputa de 2018. “Tenho muito respeito por Alckmin e o governador tem toda a preferência e o meu apoio. Ele será o candidato”, afirmou o prefeito de São Paulo.

Pacote de R\$ 55 bi influi em apoio de prefeito e Alckmin a Temer

Para tucanos, sucesso de planos de desestatização da Prefeitura e do Estado depende da estabilidade econômica

Adriana Ferraz

Não é só a disputa presidencial de 2018 ou a importância dada às reformas que explica a posição do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e do prefeito da capital, João Doria, pela permanência do PSDB na base aliada do presidente Michel Temer. Em ambos os casos, um fator extra tem sido levado em consideração: tanto o Estado como a Prefeitura têm como foco de suas gestões programas de desestatização que dependem da estabilidade econômica e também política do País para atrair investidores. Juntos, governo e Prefeitura ofertam hoje uma cartela de negócios de cerca de R\$ 55 bilhões.

Uma eventual segunda troca de presidente em pouco mais de um ano poderia afugentar investidores e reduzir as chances de fechar bons negócios a tempo de mostrar ao menos parte dos resultados antes da corrida

eleitoral. Com a arrecadação em baixa, os tucanos têm colocado todas as suas fichas nas possibilidades de parcerias com a iniciativa privada para engordar o caixa.

Há um mês, Alckmin e Doria cumpriram uma agenda extensa em Nova York e Washington, com o intuito de apresentar seus projetos a empresários brasileiros e estrangeiros. Doria, especialmente, já fez três viagens internacionais desde janeiro com essa mesma pauta: tentar vender os 55 ativos listados por sua gestão no plano municipal de desestatização. Na relação, estão o Estádio do Pacaembu, o Autódromo de Interlagos e o Complexo do Anhembi, além de parques, mercados e cemitérios.

A relação de Alckmin é ainda mais ousada. Inclui, por exem-

● **Segurança jurídica**
“Então, ele (investidor) não está enxergando o Brasil deste ou do ano que vem. O segundo ponto a se destacar é que São Paulo oferece segurança jurídica.”

Geraldo Alckmin (PSDB)
GOVERNADOR DE SÃO PAULO

plo, concessões de rodovias estaduais, linhas de trem e metrô, sistemas de abastecimento de água e ainda habitações de interesse social. Na análise do governador, que já alcançou bons resultados neste ano ao conceder estradas – o leilão da Rodovia dos Calçados, na região de Franca, por exemplo, obteve ágio recorde de 438% e rendeu R\$ 1,2 bilhão em outorga –, a instabilidade política pode prejudicar seus planos.

“É claro que sempre atrapalha um pouco”, disse Alckmin. O que pode minimizar os efeitos da crise no governo Temer, segundo o governador, é que o investimento, neste caso, é de médio e longo prazo, já que os contratos de concessão são de 20 a 30 anos.

“Então, ele não está enxergando o Brasil deste ou do ano que vem. Esse é um ponto importante. O segundo ponto a se destacar é que São Paulo oferece segurança jurídica. Nossas concessões são da década de 1990 e temos agências reguladoras profissionalizadas. Isso nos ajuda”, afirmou Alckmin.

Cronograma. O governador disse também que vai manter o cronograma estabelecido para



Evento. Alckmin durante encontro sobre etanol em SP

os leilões. No próximo dia 5, por exemplo, ele participa do leilão da Linhas 5-Lilás e 17-Ouro do Metrô na Bolsa de Valores de São Paulo. O lance inicial para os dois ramais é de R\$ 189 milhões, mas com previsão de alta. Ao todo, o programa estadual es-

tá avaliado hoje em US\$ 14,6 bilhões, ou cerca de R\$ 48 bilhões. Para aumentar a concorrência e atrair empresas estrangeiras, o governo estadual alterou as regras das concessões paulistas, retirando uma exigência técnica que limitava a participa-

ção a empreiteiras. Neste ano, até abril, Alckmin ainda fechou a concessão de 570 km de rodovias no centro-oeste do Estado e de cinco aeroportos de aviação executiva.

“Temos de transformar as necessidades do Brasil na área da infraestrutura em oportunidades. Com boas reformas, o País vai crescer, o emprego vai ser retomado, assim como o consumo e a renda. A razão de o PSDB ter permanecido é essa: as reformas. O nosso compromisso não é com o governo”, afirmou.

Doria segue o mesmo discurso. Para o prefeito, a continuidade das reformas e a manutenção da política econômica da gestão Temer, que, na sua análise, vem sendo bem realizada, dão o caminho de que é possível ainda a investidores nacionais e internacionais confiarem no manejo econômico do País e em uma razoável estabilidade política para permitir que alguns investimentos sejam realizados.

“Pior seria se tivéssemos instabilidade plena, o enfraquecimento do governo e sua paralisação quase que por completa diante de uma saída do PSDB. Felizmente, preservou-se o bom senso e o equilíbrio, mas dentro de um aval que não é incondicional”, afirmou Doria, sobre a decisão tomada pela executiva nacional da legenda no início deste mês.

Zeladoria. Dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação mostram o pior desempenho em reparo de vias no 1º quadrimestre desde 2010; Prefeitura alega que herdou ‘buraco orçamentário’. População relata problemas em todas as regiões da capital paulista

Nº de buracos tapados é de 24 por hora em SP, mas serviço vem caindo ano a ano

Fabio Leite

A história do taxista Marcos Paulo Alves, de 44 anos, com os buracos de rua de São Paulo, é antiga. Por seis anos, ele trabalhou em uma empresa terceirizada da Prefeitura tapando buracos na região de Santo Amaro, zona sul paulistana. Trocou o serviço pelo táxi e há 15 anos dirige pelas ruas tentando desviar deles.

“Aqui na Aclimação é uma bucaqueira só. Tem na Topázio, na Brás Cubas, na Pedra Azul, na Guimarães Passos”, lista Alves. A dupla experiência o leva a uma única e incômoda conclusão: “o serviço sempre foi malfeito, você tapa o buraco e logo depois ele volta.” A falta de reparos no asfalto, aliás, pode ser vista em todas as regiões da cidade, como nas Avenidas Deputado Cantídio Sampaio, zona norte, Sapopemba (leste), Mofarrej (oeste) e na Rua Senador Queiroz (centro).

Além dos buracos que voltam, há queixas em relação à execução de serviços pela Operação Tapa-Buraco da Prefeitura. E, realmente, o número tem caído ano a ano. Dados da Prefeitura desde 2010, solicitados por meio da Lei de Acesso à Informação, mostram que o número de buracos fechados pelas prefeituras regionais da capital paulista chegou a uma média de 24 por hora entre janeiro e abril deste ano (69.431), mas é 72% menor do que o executado, em igual período, há sete anos (246.366), e 4% inferior ao do primeiro quadrimestre de 2016, quando foram tapadas 72.496 fissuras no asfalto.

Considerando a média mensal de buracos tapados pela Prefeitura, o número alcançado pela gestão João Dória (PSDB) até abril (17.357) é ligeiramente superior à média do último ano da gestão Fernando Haddad (PT), de 16.653 reparos fei-

tos ao mês, ou 199.840 no ano todo.

A Prefeitura alega ter herdado “buracos orçamentários da ordem de R\$ 7,5 bilhões” da gestão do ex-prefeito Fernando Haddad (PT) que comprometeram serviços de zeladoria urbana, mas que elevou em 50% a quantidade de buracos tapados em relação ao último quadrimestre de 2016. Os dados mostram que, de setembro a dezembro de 2016, foram 69.431 no primeiro quadrimestre deste ano.

A Secretaria afirmou também que aumentou de 31 para 60 o número de equipes de tapa-buraco das prefeituras regionais e “retomou o ritmo de serviços” executado antes da queda registrada no ano passado.

Levantamento feito pelo Estado no sistema de execução orçamentária da Prefeitura, porém, constatou que as 32 prefeituras regionais liquidaram, entre janeiro e abril, apenas 14% dos R\$ 231,7 milhões previstos em manutenção de vias e áreas. Nem os reparos indicados pelos vereadores têm sido executados. Balanço feito pelo gabinete de um parlamentar da base de Dória, que pediu para não ser identificado, constatou que somente um em cada sete pedidos de tapa-buraco é atendido.

A reportagem procurou a assessora da gestão Haddad, que destacou que “problemas de cobertura asfáltica de São Paulo são históricos, bem como a polêmica sobre a qualidade do asfalto”. “Tivemos a preocupação de deixar em caixa R\$ 5,5 bilhões para que a nova gestão pudesse enfrentar problemas de continuidade. Houve ainda redução brutal na dívida com a União, de R\$ 92 bilhões para R\$ 27 bilhões. Não há portanto que se falar em rombo financeiro.”

Transtorno. E não faltam queixas nas ruas. Na Aclimação, bairro da zona sul paulistana por onde o taxista Alves circula diariamente, os acidentes causados pelos buracos fazem parte da rotina de moradores e comerciantes. “Cansei de ouvir barulho de



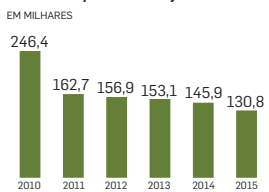
Mais um. Buraco na Rua Pedra Azul no bairro da Aclimação; moradores se queixam de má execução dos serviços

ASFALTO VELHO

● Ações de manutenção de ruas e avenidas caem na gestão Doria

Tapa-buracos

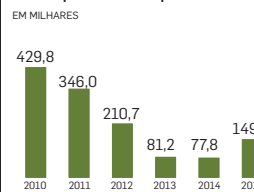
Buracos tapados entre janeiro e abril



ATÉ MAIO
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DAS PREFEITURAS REGIONAIS

Recapeamento

Metro quadrado recapeado no ano



META 286 MIL ATÉ DEZ/2017

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

batida aqui na frente, por causa dos motoristas que tentam desviar do buraco. Teve um motoqueiro que caiu feio e foi parar na calçada”, conta a aposentada Ironi Maria Porto, de 64 anos, que mora na frente de um buraco aberto há três meses na Rua Brás Cubas.

Na quadra abaixo, a poucos metros da banca do jornaleiro

Walter Santos, de 56 anos, um velho conhecido reapareceu no cruzamento das Ruas Ônix e Pedra Azul. Há uma semana, agentes do Departamento de Operação do Sistema Viário (DSV) colocaram um cavalete sobre o buraco aberto na via. “Em vez de reconstruir a galeria que fica aqui embaixo, eles vêm e jogam asfalto em cima. É só chover

que começa a sair tudo de novo”, diz Santos.

Origem. Liedi Bariani Bernucci, coordenadora do Laboratório de Tecnologia de Pavimentação do Departamento de Engenharia de Transportes da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), afirma que o histórico proble-

ma dos buracos de rua na cidade decorre da falta de manutenção das vias, que permite que pequenas fissuras no asfalto virem grandes buracos com o passar do tempo. “Tapa-buraco deveria ser uma ação de emergência para que o problema não estagie final de deterioração, ou seja, o problema no asfalto já existia, mas foi negligenciado.”

Ela explica que a massa asfáltica deve ser preparada corretamente e a cobertura do buraco bem-feita (com temperatura correta e em forma geométrica) para que o problema não volte a ocorrer. “É preciso garantir que o asfalto fique impermeável até porque o solo da cidade já é muito sensível à penetração da água.”



NA WEB Galeria. Veja mais imagens dos buracos na capital

estadao.com.br/e/buracospp

Multas e parcerias são aposta para recapeamento

No caso de recapeamento, que envolve a pavimentação de uma longa extensão da via e não apenas a cobertura de um

buraco, o serviço não saiu de zero nos quatro primeiros meses da atual gestão. No mês passado, teve início o programa

chamado Asfalto Novo, cuja meta é recapear 286 mil metros quadrados neste ano, valor que supera a soma dos dois últimos anos da gestão Haddad (225 mil metros quadrados), para o qual a atual gestão “vai investir R\$ 210 milhões oriundos do Fundo de Multas.”

De acordo com a gestão João

Dória (PSDB), o Asfalto Novo já recapeou 7,5 mil metros quadrados da Rua Joana Pedroso dos Santos, em Pirituba, zona norte, e 42% da Avenida 9 de Julho, que liga o centro ao bairro de Itaim-Bibi, na zona oeste da capital. “Nessa primeira etapa do programa, serão 286 mil metros quadrados de vias recapea-

das, por meio de parceria com 27 empresas”, diz a Secretaria das Prefeituras Regionais.

Parceria. O governo diz também que, ainda no segundo semestre de 2017 “será firmada uma parceria com as concessionárias de serviço público, como Sabesp e Comgás, que prevê re-

capeamento de mais 400 mil m² neste ano. Por fim, há a possibilidade de repasse de verba federal e estadual para os mesmos serviços, incluindo o recapeamento da Paulista. Ou seja, serão, pelo menos, mais de 686 mil m² de recape, número muito maior do que nos anos anteriores”, diz a nota oficial. /F.L.

Verba. Presidente do banco informou ontem que será oferecida uma linha de R\$ 1,5 bi para loteamentos, e que mais R\$ 2,9 bi estão sendo negociados com governos estaduais e municipais; anúncios chegam no momento em que a crise política ganha mais força

Caixa vai liberar mais recursos para setor de construção e para Estados

Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Em meio ao recrudescimento da crise política, com o presidente da República sendo denunciado pela Procuradoria-Geral por corrupção, a Caixa anunciará a liberação de novos recursos para tentar estimular a economia. O banco deve lançar nos próximos dias uma nova linha de R\$ 1,5 bilhão para financiamento de loteamentos. Além disso, também vai liberar empréstimos para Estados e municípios que ainda têm capacidade de endividamento.

De acordo com o presidente da Caixa, Gilberto Occhi, esses financiamentos podem contribuir para que a retomada da economia não seja interrompida. “O Brasil precisa ter um pouco de tranquilidade e não dá pra interromper este processo”, afirmou. Segundo Occhi, no caso dos loteamentos, os recursos serão do próprio banco, e não do FGTS. Segundo ele, a Caixa já mapeou mais de 500 empresas que poderiam tomar o crédito.

A liberação de recursos viria em um momento de fortes incertezas para a economia. Com a crise política, medidas consideradas essenciais para a reto-



DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO - 22/7/2010

Imóveis. Caixa também informou que vai passar a adotar taxas de juros personalizadas

mada da confiança e, consequentemente, do nível de atividade, como a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, passaram a correr mais risco. Os analistas já vêm reduzindo suas projeções de crescimento do PIB tanto deste ano

quanto de 2018 (ver página B4).

Para os Estados, segundo Occhi, os recursos poderão ser usados para bancar obras de infraestrutura e também reforçar o caixa. Na lista dos contemplados estão o Piauí (R\$ 700 milhões), Goiás (R\$ 600 milhões), Ala-

goas (R\$ 500 milhões) e Paraná (R\$ 100 milhões). A Prefeitura do Rio de Janeiro está negociando um empréstimo de cerca de R\$ 1 bilhão.

Em situação financeira delicada, os Estados têm pressionado há tempos o governo para libera-





ção de recursos. E um agrado aos governadores, no momento em que batalhas pesadas precisarão ser travadas no Congresso, pode ser uma forma de angariar mais apoio político.

Lotes. Segundo o presidente do Secovi-SP (Sindicato da Habitação do Estado de São Paulo), Flavio Amary, a linha para financiar os loteamentos está sendo estudada pelo banco com o setor há três meses. “Financiar o lote urbanizado é fundamental para diminuir o déficit habitacional no País, assim como programas de habitação popular, como o Minha Casa Minha Vida”, afirmou.

José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cibic), afirmou que o setor carece de uma linha de financiamento para viabilizar investimentos de infraestrutura nos lotes, como terraplenagem, esgoto, iluminação e água. De acordo com Martins, esse tipo de crédito poderia aumentar o número de investidores nesse negócio, o que reduziria o preço do valor do terreno, responsável em média por 50% do custo da venda do

● **Crédito**

R\$ 1 bi

é o valor que está sendo negociado pela prefeitura do Rio. Piauí (R\$ 700 milhões), Goiás (R\$ 600 milhões), Alagoas (R\$ 500 milhões) e Paraná (100 milhões) também seriam contemplados

imóvel.

“Não é qualquer um que tem fôlego para tocar um loteamento, que precisa muito de capital inicial e demora de três a quatro anos apenas para aprovar as licenças necessárias”, afirmou. “Se a linha for desenvolvida para atender a essa necessidade, rapidamente se transformará em obras e gerará novas vagas.”

Juros. A Caixa informou que deve colocar em prática taxas de juros personalizadas para o crédito imobiliário, de acordo com o risco do cliente e da carteira. A ideia é cobrar juros com base no perfil de risco de cada cliente, que pode variar de acordo com o montante do empréstimo, tamanho da entrada e prazo de pagamento.



NILTON FUKUDA/ESTADÃO - 2/6/2017

Meirelles descarta FGTS no lugar do seguro-desemprego

Segundo ministro da Fazenda, medida não chegou sequer a ser apresentada no 'nível ministerial'

Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem que o governo descartou a ideia de reter o FGTS para o pagamento dos primeiros meses do seguro-desemprego. Questionado por jornalistas se o presidente Michel Temer teria vetado a proposta, Meirelles disse que essa ideia — em estudo pelas áreas técnicas do governo — nem mesmo chegou a ser apresentada no nível ministerial. “O estudo sobre essa medida não foi apresentado nem a mim. Soube pela imprensa e conversei sobre isso com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. A avaliação preliminar é que essa medida não se justifica neste momento”, afirmou.

Na sexta-feira, Meirelles tinha confirmado que o uso do FGTS para economizar nas despesas públicas estava em estudo por técnicos do governo. A proposta seria usar o FGTS para pagar o seguro-desemprego por alguns meses. A proposta provocou polêmica. Em nota, a CUT

disse que a medida seria uma “perversidade”. “Esse dinheiro não é do governo. É dos trabalhadores”, afirmou. Economistas compararam a proposta com os malabarismos feitos pelo ex-secretário do Tesouro Arno Augustin, durante o governo de Dilma Rousseff, para tapar o rombo das contas públicas. O seguro-desemprego é bancado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mas, quando fica deficitário, o Tesouro é obrigado a cobrir o resultado negativo. Para este ano, a expectativa é que sejam injetados R\$ 17 bilhões.

Na antevéspera do julgamento das contas do governo de

● **Polêmica**

“O estudo sobre essa medida não foi apresentado nem a mim. Soube pela imprensa e conversei sobre isso com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. A avaliação preliminar é que não se justifica neste momento.”
Henrique Meirelles
MINISTRO DA FAZENDA

2016 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Meirelles se reuniu ontem com o presidente do órgão, Raimundo Carrero, para dizer que está disposto a ouvir

qualquer recomendação do tribunal sobre as finanças federais e sobre medidas adotadas pela equipe econômica. “Sempre esperamos os pareceres do TCU para adotarmos medidas. Isso aconteceu por exemplo com a ajuda financeira ao Rio de Janeiro no ano passado para garantir a segurança na Olimpíada”, disse Meirelles após o encontro, no qual foi acompanhado pela secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi.

Segundo o ministro, Carrero voltou a enfatizar a necessidade de uma melhora na gestão na Previdência. Na semana passada, o presidente do TCU comentou que era necessário um cho-

que de gestão no INSS. “Combinamos uma estrutura de trabalho comum nesse aspecto e vou pedir que a secretária da Previdência entre em contato com o TCU para desenvolver um trabalho e utilizar as recomendações do tribunal”, completou.

Antes do anúncio da denúncia pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra Michel Temer, o ministro disse que o governo continuava trabalhando, mesmo com a possibilidade de o presidente ser acusado de crimes. “Apresentamos no TCU nossas perspectivas para a retomada do crescimento da economia e para a queda do desemprego no segundo semestre. O trabalho do governo continua intenso no sentido de fazer com que a economia se recupere”, disse.

Mercado reduz previsão para a inflação e o PIB

Segundo analistas ouvidos no boletim Focus, do BC, IPCA deste ano ficará em 3,48%, enquanto a economia deve crescer 0,39%

Fabrizio de Castro / BRASÍLIA

Em meio aos esforços do governo de Michel Temer para superar a crise política, os analistas do mercado financeiro voltaram a reduzir suas projeções para a inflação e o Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 e 2018. No Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, a expectativa para o IPCA – o índice oficial de inflação – este ano foi de 3,64% para 3,48%. Já alta de preços esperada para o próximo ano passou de 4,33% para 4,30%.

O recuo nas projeções de inflação reflete em grande parte a leitura de que a atividade econômica seguirá fraca. No Focus, a projeção para o PIB em 2017 passou de alta de 0,40% para avanço de 0,39%, no terceiro recuo seguido. Para 2018, a expectativa para o PIB caiu de 2,20% para

2,10%. Alguns profissionais, como o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luis Otávio De Souza Leal, enxergam o PIB do próximo ano a caminho dos 2%.

“A projeção de PIB caiu de 2,20% para 2,10% por conta da crise política. Esses recuos ocorrem há cinco semanas, e coincidem com o período após as denúncias (do empresário Joesley Batista) envolvendo o presidente Michel Temer”, disse. “O mercado estava convergindo para uma alta de 2,5% no PIB e, agora, converge para 2%.”

No mercado financeiro, as principais dúvidas sobre o futu-

● Recuo

2,10%

é a projeção para alta do PIB em 2018. Na semana passada, número era de 2,20%

ro da economia giram em torno do andamento das reformas no Congresso – em especial, a da Previdência. Com o governo Temer acuado pelas delações da JBS, o receio é de que a reforma da Previdência seja desfigurada na Câmara e no Senado, ou mesmo não passe pelas Casas.

Com a atividade fraca e a inflação sob controle, os economistas seguiram projetando uma Selic (a taxa básica de juros) de 8,5% ao ano no fim de 2017 e também no encerramento de 2018. As expectativas apontam que a Selic, atualmente em 10,25% ao ano, sofrerá corte de 0,75 ponto percentual em julho, quando ocorre o próximo encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

Alguns profissionais, porém, não descartam a possibilidade de a taxa básica ser reduzida novamente em 1 ponto percentual. / COLABOROU GUSTAVO PORTO

Confiança do consumidor tem queda, diz FGV

Vimicius Neder / RIO

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) caiu 1,9 ponto em junho na comparação com maio, informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que divulgou a Sondagem do Consumidor. Foi o primeiro indicador de confiança da FGV a apontar possíveis efeitos das incertezas provocadas pelo agravamento

da crise política, após a revelação da delação premiada de executivos do grupo JBS, que envolve o presidente Michel Temer.

Segundo a FGV, a “piora da confiança pode ser reflexo do aumento da incerteza política após 17 de maio”. Viviane Seda, coordenadora da Sondagem do Consumidor, disse que o efeito da crise política fica mais evidente quando se olha para o comportamento do Índice de Expectativas (IE), componente do ICC que mede as perspectivas no horizonte de seis meses.

O IE, que havia se recuperado em maio, recuou 2,9 pontos, pa-

ra 91,7 pontos, informou a FGV. O outro componente do ICC, o Índice da Situação Atual (ISA), registrou sua terceira queda consecutiva, ao passar de 70,5 para 70,1 pontos. “As expectativas caíram principalmente por causa da situação financeira das famílias”, disse Viviane.

O indicador que mede as perspectivas em relação à situação financeira das famílias foi o que mais influenciou na queda do ICC em junho, com queda de 5,6 pontos em relação ao mês anterior, para 89,9 pontos. Isso aconteceu, segundo Viviane, porque o mercado de trabalho segue negativo.

Eletrobrás abandona 43 projetos

Parte das 177 sociedades com iniciativa privada tem custo financeiro superior ao retorno e continuidade das obras não se justifica, diz presidente

Fernanda Nunes / RIO

Em resposta ao vazamento de conversa com sindicalistas, durante a qual afirmou que “vagabundos” e “safados” ocupam cargos de chefia na Eletrobrás, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, disse que “exagerou”, mas que tem uma agenda a enfrentar. “É preciso mudar a cultura da empresa, que não é voltada para a meritocracia”, afirmou. Ele admitiu ainda o abandono de 43 projetos, alguns com custo financeiro quatro vezes superior ao retorno que a empresa teria se optasse por concluir a obra.

Esses 43 projetos são Sociedades de Propósito Específico (SPE), um modelo de negócio que proliferou nos últimos anos, no qual empresas estatais se associam à iniciativa privada. Como não são projetos 100% estatais, não têm suas contas vasculhadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como os demais.

● Desculpas

“De fato, exagerei. As pessoas não são vagabundas. Me arrependo disso e me desculpei em seguida.”

“O fascínio que eu tenho aqui é implantar esse programa (de reestruturação).”

Wilson Ferreira Júnior

PRESIDENTE DA ELETROBRÁS

Mas são investigados pela Polícia Federal, na Operação Lava Jato, que avalia possível interferência do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) em negócios fechados por Furnas.

Segundo Ferreira, não há entre as SPEs contratadas nos últimos anos “nenhuma cuja taxa de retorno seja superior a 5%” ao ano, enquanto, pelo mesmo projeto, a Eletrobrás paga juros de financiamento de 20% ao ano. Os números foram divulgados pelo presidente da Eletrobrás na televisão interna da empresa, no vídeo em que se desculpa por ter chamado funcionários de vagabundos, ao mesmo tempo que tenta engajar os empregados a aderir à reestruturação proposta por ele.

Ao todo, a Eletrobrás participa de 177 SPEs, das quais 43 foram abandonadas, 24 estão em construção e 110, em operação. Nesse grupo, estão grandes projetos, como a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que tem conclusão prevista para dezembro de 2019.

Já a construção da usina nuclear Angra 3, um projeto 100% estatal, também alvo da Lava Jato, deve ser retomada em 2019 e concluída em 2023. Nesse caso, a Eletrobrás considerou que vale investir mais R\$ 2 bilhões para concluir 37% da obra do que perder os R\$ 8 bilhões já investidos. Para isso, deve contar com a parceria minoritária da iniciativa privada, que poderá ser de chineses, russos, franceses ou coreanos. Todos demonstra-



FABIO MOTTA/ESTADÃO

Sociedade. Segundo Ferreira, últimas SPEs contratadas têm taxa de retorno menor que 5%

ram interesse no negócio, apesar das denúncias de corrupção na obra.

Segundo Ferreira, no passado, “a holding (controladora) não foi efetiva” o suficiente para evitar a interferência política nas controladas da Eletrobrás. O presidente admitiu que o Ministério de Minas e Energia continua indicando chefias para o

grupo, mas afirma que qualquer um que assumir cargo de chefia na empresa é obrigado a se adequar às exigências internas de qualificação técnica e ética para o cargo.

Assim, como acontece na Petrobrás, o enxugamento de pessoal e custos da atual gestão é pautado pela meta de redução do compromisso do caixa com

o pagamento de dívidas. Em 2016, a empresa lucrou R\$ 3,4 bilhões, o primeiro resultado anual positivo desde 2011.



Facebook.
Curta a página da
Economia

facebook.com/economiaestadao

**GILLES
LAPOUGE**


EMAIL: GILLES.LAPOUGE@WANADOO.FR

Esquerda na berlinda

A esquerda europeia não vai bem das pernas. Ela acaba de fazer um brilhante e inesperado retorno graças ao trabalhista britânico Jeremy Corbyn, mas essa exceção é explicada pelo mar tempestuoso que o Reino Unido do Brexit atravessa e pelo governo errático da primeira-ministra, Theresa May. Na Europa Ocidental continental, porém, aquela de Alemanha, França e Itália, a esquerda lambe as feridas.

Na França, o Partido Socialista foi nocauteado. Caiu morto, ou quase, reduzido a pele e osso. Há cinco

anos, estava em plena glória e o presidente François Hollande era “o bom”. Hoje, o PS não passa de um João-ninguém. Provavelmente, vai renascer algum dia, pois os países precisam de uma esquerda. Mas quando? Em um mês? Um ano? Dez anos?

O SPD alemão está se saindo melhor. Continua sendo o segundo partido da Alemanha e, se é provável que Angela Merkel, da direita, vá renovar seu longo reinado em setembro, o SPD continuará governando, apesar de tudo. Nos últimos anos, optou por entrar no governo Merkel como força de apoio. Nesse desempenho, contu-

do, teve de ratificar medidas pouco esquerdistas – a ponto de, no fim, seus militantes o acusarem de comprar sua sobrevivência vendendo a alma.

Já na Itália, a coisa é mais complicada. Os contornos de seus partidos são fluidos e suas doutrinas, colagens. Eles bebem ora na direita, ora na esquerda, como o Movimento 5 Estrelas, do palhaço Beppe Grillo, que entrou com estardalhaço no jogo alguns anos atrás. O 5 Estrelas chegou a conquistar as prefeituras de Roma e Tu-

Apesar do êxito de Jeremy Corbyn, a esquerda lambe suas feridas em outros países

rim, mas seu desempenho medíocre nessas cidades acabou prejudicando Beppe Grillo.

As eleições locais de domingo na Itália opuseram a esquerda – o Partido Democrata – à direita. E a direita ganhou. Tomou dos democratas alguns

de seus bastiões eleitorais históricos, como a grande cidade de Gênova. Ali, um candidato que se proclamava firmemente de direita, Marco Bucci, ganhou de lavada.

Não muito longe, La Spezia, outra cidadela da esquerda, passou também para a direita. A lista continua, com Sesto San Giovanni, na Lombardia, e Pistoia, na Toscana. Mesmo a vila mártir de L'Aquila, arrasada por um terremoto há oito anos, elegeu Pierluigi Biondi, do partido Irmãos da Itália, organização neofascista.

Na maioria dos casos, o candidato de direita se apresentou como tal. A tática evocou fortemente aquela que permitiu a Silvio Berlusconi obter seu primeiro sucesso eleitoral e entrar de supetão na política, em 1994.

A Itália viveu domingo à noite um espetáculo irreal. Nas telas de televisão, sucederam-se rostos encanecidos, mas restaurados pela maquiagem, que se acreditava desaparecidos e pareciam sair de uma fenda do tem-

po no fundo da qual esperavam sua hora. Eles explicaram que a Itália precisava recuperar o juízo e fazer alianças semelhantes às que garantiram ao país os belos anos 2000.

E Berlusconi? Um velho, derrubado. Mas não é o que ele acha. “Como se pode ver, estou de volta”, declarou, modestamente. Nos últimos meses, Berlusconi vem defendendo a ideia de um pacto de governo que reuniria “centro-esquerda e centro-direita”. Ontem, ele reiterou que apresentará nos próximos dias um projeto de governo.

A Liga Norte, de direita xenófoba, também se agita. Seu alvo é o Movimento 5 Estrelas, que, apesar de algumas ideias embaraçosas de esquerda, teve o lampejo de, como a Liga Norte, apresentar-se como “antissistema”. / **TRADUÇÃO DE**

ROBERTO MUNIZ

*

É CORRESPONDENTE EM PARIS

Opinião

A necessidade da reforma da Previdência

**BERNARD
APPY**

Discussões sobre a reforma da Previdência nunca são fáceis. Ninguém quer se aposentar mais tarde e, em alguns casos, com um valor menor. Mas a verdade é que, no Brasil, a reforma da Previdência é indispensável.

O custo da Previdência Social brasileira em 2016 foi de 13,1% do Produto Interno Bruto (PIB): 8,1% do PIB relativos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS, o regime do setor privado) e 5% do PIB relativos aos Regimes Próprios de Previdência (RPPS), da União, Estados e municípios. Já a arrecadação de contribuições para a Previdência foi de “apenas” 8,2% do PIB, sendo 5,7% do PIB relativos ao RGPS e 2,5% do PIB relativos aos RPPS. O resultado foi um déficit de 4,9% do PIB. E, adicionalmente, o País gastou 0,8% do PIB com benefícios assistenciais para idosos e deficientes (BPC/Loas).

O elevado dispêndio com benefícios previdenciários reduz muito o espaço para outras despesas públicas. No caso da União, por exemplo, as despesas com benefícios previdenciários (RGPS e RPPS) e assistenciais (BPC/Loas) correspondem a 56% de todas as despesas primárias e a 63% de toda a receita primária (líquida de transferências para Estados e municípios) projetadas para 2017.

Tais números já seriam preocupantes num país envelhecido. Mas são ainda mais preocupantes num país ainda jovem. No Brasil, a razão de dependência de idosos (relação entre a população com 65 anos ou mais relativamente à população entre 20 e 64 anos) é de 13%. Tomando por base o padrão mundial, países com esse perfil etário despendem cerca de 4% do PIB com Previdência. Ou seja, se as despesas previdenciárias do Brasil seguissem o padrão mundial, nosso país deveria ter um grande superávit nas contas da Previdência, e não um grande déficit.

Para agravar a situação, a população brasileira está envelhecendo muito rapidamente, em razão da enorme queda da taxa de natalidade e do aumento da expectativa de sobrevivência dos idosos. A razão de dependência de idosos deverá saltar dos atuais 13% para mais de 45% em 2060. Mantidas as regras atuais, o

valor dos benefícios do RGPS deverá passar dos atuais 8,1% do PIB para 17,2% do PIB em 2060 – há projeções piores – e o valor dos benefícios dos RPPS também deve crescer muito.

Se nada for feito, o crescimento explosivo dos benefícios previdenciários vai exigir um enorme aumento da carga tributária e, ainda assim, vai comprimir o espaço para todas as demais despesas públicas, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Trata-se de um cenário em que a apropriação crescente pelo setor público da renda gerada pelo setor privado e a incapacidade do governo em prover outros serviços tendem a restringir fortemente o crescimento do País.

Distorções. Algumas das distorções do sistema previdenciário brasileiro já foram corrigidas. Mas outras ainda persistem, e as principais são a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição em idade muito baixa (em média, 53

Se nada for feito, o explosivo crescimento dos benefícios vai exigir um enorme aumento da carga tributária

anos para as mulheres e 56 anos para os homens), a grande diferenciação nos critérios para concessão de aposentadorias entre mulheres e homens, a integralidade das pensões por morte (independentemente do número de dependentes), regras ainda muito generosas para a aposentadoria dos servidores públicos e a concessão de benefícios assistenciais (não contributivos) equivalentes aos benefícios previdenciários (contributivos).

A proposta de reforma previdenciária em discussão no Congresso Nacional, ainda que não seja a ideal, corrige várias dessas distorções e avança no sentido correto de reduzir o ritmo de crescimento das despesas previdenciárias. Pode ser impopular, mas é justificável socialmente (como procurei mostrar em meus artigos dos dias 18 de abril e 2 de maio neste espaço) e, sobretudo, é indispensável para que o Brasil possa voltar a crescer de forma sustentada.

DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA
FISCAL

COLUNA DO
ESTADÃO

ANDREZA MATAIS
MARCELO DE MORAES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Câmara deixa de lado pedidos de impeachment

Adenúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra Michel Temer forneceu o argumento perfeito para que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, colocasse de vez em banho-maria os pedidos de impeachment do presidente. Maia vinha sendo cobrado pela oposição para que tratasse dos pedidos e, agora, diz que “não tem sentido tratar disso ao mesmo tempo que já está sendo apresentada uma denúncia pela PGR”. Oficialmente, Maia diz que não está arquivando os pedidos. Na prática, ganha tempo para que eles percam força.

» **Não enrola.** Deputados da oposição se reúnem hoje para traçar a estratégia de enfrentamento aos “Rodrigos” da Câmara. Querem que Rodrigo Maia e o presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco, definam os ritos do recebimento da denúncia contra Michel Temer.

» **Do chão não passa.** Interlocutores de Temer dizem que, sem fato novo, a denúncia não vai influenciar na sua avaliação perante a população. Avaliam que o estrago, para o povo, já foi feito e superado.

» **Junto e misturado.** A nova estratégia do governo será convencer a população de que nada vai mudar após a formalização da denúncia de Janot, já que o desgaste ocorreu com a acusação de Joesley Batista.

» **Jogo decisivo.** Escaldado pelas recentes derrotas no Congresso, a ordem no Planalto para os líderes aliados na Câmara é trocar os membros da CCJ diante de qualquer hesitação.

» **Confronto.** Os tucanos acham que o Datafolha mostrou Lula atingindo seu teto em 30%. Mas acreditam que ele é o candidato a ser batido. Por isso, vão aumentar a artilharia contra o PT.

» **Assim é...** Mesmo com Marina Silva patinando nas pesquisas, a Rede festejou o empate dela com Lula no segundo turno.

» **...se lhe parece.** O mote é mostrar Marina como opção ao Fla x Flu. “Somente Marina será capaz de derrotar o ódio e unificar o País”, diz o senador Raulfe Rodrigues (Rede-AP).

GILMAR FELIX/CÂMARA DOS DEPUTADOS



» **CLICK.** Com o canto de “sou quadrilheiro, com muito orgulho, com muito amor”, a Câmara dos Deputados homenageou ontem o Dia Nacional do Quadrilheiro Junino.

» **Tropa de choque.** O troca-troca na CCJ já começou. Ontem, o Major Olímpio saiu para dar lugar a Áureo Moreira, ambos do Solidariedade. Em 13 de junho, Silas Câmara saiu da suplência para dar a vaga ao líder do PRB, Cleber Verde.

» **Dia D.** Às vésperas da escolha da lista tríplice para a sucessão de Janot, procuradores reclamavam de um clima de “cooptação e doutrinação” contra a candidata Raquel Dodge.

» **Fim de festa.** Em clima de final de governo, servidores do Palácio do Planalto já se programam para tirar suas férias e folgas a que têm direito. Há temor sobre quais os passos do próximo capítulo.

» **Sobrou.** O recuo na proposta que previa reter o FGTS para economizar o seguro-desemprego criou uma saia-justa para o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. O estudo veio do Planejamento, mas, ao falar dele publicamente, Meirelles acabou se tornando o “pai da criança”.

» **Universo paralelo.** O governo fechou o slogan do programa Avançar que pretende anunciar nos próximos dias, dentro da agenda positiva que tenta manter. “Eu avanço quando o Brasil avança” será o slogan que vai ser adotado.

COM NAIRA TRINDADE.
COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

KLEBER SALES/ESTADÃO



» **SINAIS PARTICULARES.** Marina Silva (Rede-AC), ex-ministra do Meio Ambiente

PRONTO, FALEI!



Aécio Neves (PSDB-MG)

Senador afastado

“Não apenas eu, Minas Gerais, conhece a formação de Vossa Excelência, o caráter e a idoneidade”, sobre Janot, durante sua sabatina, no Senado, em 2015.

A tradição como argumento de defesa



JOSÉ EDUARDO
FARIA

Conjugadas com o que tem sido confessado com ar de superioridade e de modo finório por empreiteiros e empresários em suas delações premiadas, revelando como corromperam políticos e compraram medidas provisórias com o objetivo de definir os marcos jurídicos das áreas em que atuam, as tentativas de anistiar parte do mundo político e colocar o Congresso como contraponto à Procuradoria-Geral da República e à Justiça Federal dão a medida do grau de deterioração das instituições. Dentre os problemas daí decorrentes, dois merecem destaque.

O primeiro diz respeito ao impacto político e jurídico de uma eventual revisão da decisão do STF que autoriza a prisão de quem foi condenado em segunda instância, obrigando-o assim a recorrer aos tribunais superiores de dentro de uma cela. Se as regras do jogo forem mudadas no desenrolar do próprio jogo para assegurar imunidade a quem se apropriou criminosamente de recursos públicos, o direito será relativizado como marco referencial, comprometendo a credibilidade das instituições judiciais – inclusive o STF. Quando regras são alteradas conforme conveniências de governantes e parlamentares envolvidos em negociações escusas com empresas incapazes de competir sem desonestidade, a coerência doutrinária do sistema jurídico se rompe. Ele perde sua identidade sistêmica. O resultado é a insegurança jurídica. No limite, uma crise do Estado de Direito.

O segundo problema está associado à percepção desse cenário por investigados e delatores. Nos últimos meses, eles alegaram que o caixa 2 faz parte dos costumes da política. Também afirmaram que essas práticas – proibidas por lei – consistiriam, culturalmente, no modelo prevalecente de financiamento de campanhas eleitorais. Um ex-ministro da Justiça declarou que “caixa 2 em campanhas é recorrente”. Em delação premiada, Emílio Odebrecht classificou como natural a captura do poder público por sua empreiteira mediante pagamento de propina. Argumento semelhante foi invocado por Joesley Batista. Essas falas evidenciam como a

corrupção prostitui mandatos, corrói a ideia de interesse público, erode a noção de direitos e leva à perda da própria concepção de Estado. Ambos prometeram que adotarão princípios éticos e códigos de conduta em seus grupos. Antes de seu depoimento, Emílio divulgou um vídeo no qual afirmava que só terão futuro as organizações que se reciclam e agirem com integridade e transparência – iniciativa que só comoveu incautos.

Quando examinada à luz da distinção feita por Max Weber entre as éticas de responsabilidade e de convicção, a ideia de que a corrupção é inerente à cultura do País peca por dois vícios. Por um lado, ao afirmar que “sempre se agiu assim”, o pessoal acusado de corromper a representação política e o poder

Para quem invoca essa ideia, não há fronteira entre o legal e o ilegal, o moral e o imoral

público se esquece de que no Estado de Direito, onde há o domínio de regras gerais, abstratas e impessoais, as relações socioeconômicas e políticas deveriam ser travadas sob a égide de uma ética de responsabilidade, com base na qual os políticos privilegiariam interesses coletivos acima de seus interesses pessoais. Ao afirmar que caixa 2 é “prática histórica e cultural”, portanto, banalizada, naturalizam a delinquência sistêmica, pondo interesses pessoais acima dos interesses coletivos com base na ética de convicção, pela qual os fins justificam quaisquer meios. Isso ficou evidente quando Emílio disse que a *Carta ao Povo Brasileiro* – ato estratégico para a vitória de Lula em 2002 – teve contribuição de sua empreiteira.

Por outro lado, quando invoca a ideia de cultura para justificar a apropriação do poder público por interesses privados, esse pessoal revela astúcia e autoconfiança. Para eles, a cultura se limita à recorrência de alguns comportamentos. Do mesmo modo que mentiras repetidas mil vezes se convertem em verdade, ilícitos praticados reiteradamente perderiam o vício da ilegalidade, tornando-se social e eticamente aceitos. Para esse pessoal, não há fronteira entre o legal e o ilegal, o moral e o imoral. Eles são incapazes de perce-

ber que a cultura – que inclui conhecimentos, crenças, símbolos, hábitos e expectativas comuns de justiça – é um conceito complexo. Além das práticas sociais aprendidas de geração em geração, ela encerra uma relação de força. A aparente diversidade de identidades valorativas e ideológicas, na dinâmica da política, oculta a dominação de alguns grupos sobre outros, ao mesmo tempo que produz e reforça desigualdades.

O momento singular que o País atravessa, em decorrência da corrosão do sistema partidário, do esfacelamento da autoridade presidencial e do escancaramento dos esquemas de captura do Estado, exige reflexão sobre o que está em jogo. Há quem aplauda a Lava Jato. Há quem a critique por excesso de judicialização, apoiando a asfixia orçamentária da PGR. Há quem afirme que a corrupção sistêmica só foi possível por causa da fraca institucionalidade política, vulnerável a pressões conjunturais. Há quem veja as eleições diretas como uma catarse política. Há quem tema que o descrédito dos políticos desestimule o eleitorado a investir em lideranças novas e capazes de repensar as funções do Estado e fortalecer a democracia representativa, tornando-a mais resistente à corrupção. São opiniões importantes. Mas o que causa receio são os desdobramentos da eventual aprovação de uma anistia irrestrita aos políticos. Mais precisamente, é o risco de que a repulsa a ela estimule aventuras moralistas em 2018, agravando a perda de substância da democracia.

Afastar esses riscos e reconstruir o poder público é um desafio complexo para uma sociedade que sempre teve dificuldade de articular o econômico e o social com o político. A política, dizia Weber, é um “esforço tenaz, que exige paixão e senso de proporções, para atravessar grossas vigas de madeira”. A mensagem é clara: ainda que esse esforço não afaste esses riscos, podendo gerar “não a floração do estio, mas uma noite polar, glacial e sombria”, não há salvação fora da política.



PROFESSOR TITULAR DA
FACULDADE DE DIREITO DA USP
E PROFESSOR DA FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS (GVLAW)

Nova Revolução Francesa: modernização do Estado

RUBENS
BARBOSA

Quando foi perguntado ao primeiro-ministro chinês e companheiro de Mao qual o significado da Revolução Francesa de 1789, Chu En-lai respondeu que era ainda muito cedo para avaliar. Como serão avaliados os resultados da eleição presidencial de maio passado, que marginalizou os partidos políticos tradicionais de direita e de esquerda e elegeu um político de 39 anos, Emmanuel Macron, à frente não de um partido, mas de um movimento, o República em Marcha, criado em 2016? Como será avaliado o resultado do segundo turno das eleições parlamentares de 18 de junho último?

Os resultados das eleições para presidente e para a Assembleia Nacional apontam para uma verdadeira revolução pelo voto, que, se bem-sucedida, poderá relançar a França como um país moderno e competitivo e terá profundos efeitos sobre a vida política e econômica do país. Os partidos políticos tradicionais, como o Comunista, o Socialista, a Frente Nacional (extrema direita) e o Republicano (conservador) foram marginalizados; o debate polarizado entre esquerda-direita ficou superado e emergiu um centro fortalecido. A sociedade civil ocupou amplo espaço, os debates passaram a se concentrar na questão da identidade do país (superando a questão do nacionalismo *versus* liberalismo) e ficou afastado o receio da saída da União Europeia, presente desde a decisão do Reino Unido. Sobretudo, foi aberta a possibilidade de discussão e aprovação de reformas modernizantes que devem levar a França a recuperar o tempo perdido e a participar com voz fortalecida das grandes questões do século 21.

Na eleição parlamentar houve uma renovação de 75% da Assembleia Nacional e o movimento República em Marcha conseguiu obter a maioria absoluta (361 sobre 577, cerca de 65% dos congressistas). Macron saiu ainda mais forte para tentar aprovar de imediato as reformas prometidas na campanha eleitoral, sem ter de negociar com os partidos tradicionais, o que era impensável até sua eleição.

Não se pode dizer que a Fran-

ça nas últimas décadas tenha sido um país que transmitia a ideia de modernização e de progresso. Ao contrário, cada vez mais conservador, os governos aumentaram os privilégios e vantagens dentro de um Estado de bem-estar social, desenvolveram políticas protecionistas, sobretudo na agricultura, e o país perdeu competitividade, ao mesmo tempo que o mundo se transformava e a Alemanha tomava a liderança política e econômica na Europa.

Qual a nova mensagem que o jovem presidente Macron defendeu nas eleições? Renovação e modernização do Estado, com mudança das regras que balizam a atuação dos diferentes grupos sociais; modificação dos métodos da política; desafio das resistências tradicionais e conservadoras do *status quo* e, sobretudo, falar a verdade para a sociedade, na defesa das reformas que pretende aprovar nos primeiros cem dias de seu governo.

No tocante à reforma política, o objetivo das ações é a restauração da confiança na vida democrática pela moralização da vida pública, com regras claras e transparentes contra a corrupção.

Na reforma do mercado de trabalho, talvez a mais difícil de implementar, o governo vai tentar flexibilizar as leis traba-

Vamos trabalhar para que algo parecido possa ocorrer aqui em outubro de 2018

lhistas para facilitar contratações e demissões (com a eliminação das multas), permitir a negociação direta entre as empresas e os trabalhadores, sem a intervenção dos sindicatos, acelerar as decisões nos processos trabalhistas e reformar o seguro-desemprego.

Na educação, entre outras áreas, são prioridades maior autonomia para os estabelecimentos de ensino, maior atenção aos primeiros anos da escolaridade e simplificação da obtenção do diploma universitário (BAC).

A reforma da previdência buscará unificar os diversos tipos de aposentadoria pública e privada, reduzindo os privilégios.

A redução do papel do Estado na economia abrirá espaço para privatizações, como no setor

de aeroportos.

Projeto de lei antiterrorismo, reforçando o poder policial e limitando o direito de culto, já foi submetido à Assembleia Nacional.

Na política externa, pelo apoio à União Europeia e pela relação mais dura com a Rússia, e à luz das incertezas causadas pela errática política externa de Donald Trump, os resultados projetam o novo presidente com um dos líderes políticos com mais força.

Apesar do respaldo recebido nas urnas, a aprovação dessas medidas não deverá ser fácil. A reforma do trabalho, em especial, deve sofrer forte oposição dos sindicatos e dos funcionários públicos, que procurarão manter as regras atuais, que tornam a empresa francesa pouco competitiva. A contestação virá das ruas, não do Parlamento.

Dentro desse movimento de reformas, é importante assinalar a emergência da chamada sociedade civil. Para se ter uma ideia do impacto dessa nova visão de governo, Macron, dos 22 cargos de nível ministerial, nomeou 11 fora dos quadros políticos tradicionais, sem experiência anterior de participação em órgãos do Estado. A grande maioria dos parlamentares eleitos pelo República em Marcha é de jovens e o número de mulheres é recorde. Todos sem nenhuma atividade política anterior.

Não posso deixar de assinalar a semelhança da agenda de reformas na França com as prioridades para a modernização do nosso país. A grande diferença é a capacidade de liderança de um grupo que teve a visão de que os partidos tradicionais estavam superados e de que é a verdade que os eleitores querem ouvir. Os candidatos não apresentaram grandes programas de governo, como se vê nas campanhas presidenciais no Brasil, mas uma agenda clara, transparente e bem definida de modernização do país. Os eleitores confirmaram a opção pelas reformas como apresentadas por Macron, dando legitimidade para sua execução.

Vamos trabalhar para que algo parecido possa ocorrer aqui em outubro de 2018.

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE)

Serenidade e responsabilidade



Diante da denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente Michel Temer, é mais que hora de as autoridades se aterem à

Constituição Federal de 1988, em humilde obediência ao princípio da legalidade. Além do fiel cumprimento do procedimento constitucional previsto para esses casos, cada um dos Poderes deve ter muito em conta sua missão institucional e sua responsabilidade pelo futuro do País. As consequências da atuação de cada um dos Poderes, em especial do Legislativo e do Judiciário, transcendem em muito o destino pessoal de Michel Temer. Está em jogo o destino do País.

Faz-se necessária tal advertência, pois, como é evidente, o cenário político atual, com suas conhecidas instabilidades, é terreno fértil para oportuni-

mos e protagonismos pouco comprometidos com o interesse nacional. Reveste-se, portanto, de especial importância a atuação serena e responsável de cada um dos Poderes.

A população está cansada de tanta corrupção e de tanta impunidade, desejando o quanto antes um País mais limpo, com ares mais puros na esfera pública e no setor privado. Longe de ser um sentimento superficial, o radical posicionamento contrário à corrupção é uma disposição firme de significativa parcela da sociedade, que norteia suas manifestações públicas e suas preferências políticas. A população, portanto, se sentiria vergonhosamente tungada se algum dos integrantes dos Poderes se utilizasse da bandeira contra a corrupção para fins pessoais ou particulares.

Seja qual for o grau de fragilidade do governo, nada justifica a manipulação da causa da moralidade e do combate à impunidade para barganhas po-

líticas. Nesse caso, haveria, além do abuso do cargo público, um vilipêndio ao sentimento da população. É hora de ser fiel aos princípios fundadores do Estado Democrático de Direito.

Longe de flertar com a impunidade, a Constituição de 1988 apresenta um nítido compromisso com a moralidade e o cumprimento da lei. Ao mesmo tempo, na difícil tarefa de atribuir equilíbrio ao ordenamento jurídico, como caminho para a prevalência do interesse público sobre questões formais, o texto constitucional assegura, em seu artigo 86, § 4.º, que o presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Mais que simples opção por uma estabilidade formal, esse dispositivo constitucional é uma decidida defesa do interesse público. Nesse sentido, a Constituição de 1988 contribui para um olhar realista sobre o que é o bem

comum e o interesse nacional. É muito mais amplo do que uma mera caça aos corruptos, como às vezes um discurso simplista deseja pintar. Certamente o interesse público inclui o combate à corrupção, mas ele não se esgota em pôr na cadeia quem cometeu crimes. É também, parece alertar a Constituição, uma economia em bons trilhos, dinamismo para gerar empregos, um saudável e seguro ambiente de negócios e tantas outras condições econômicas e sociais que afetam a vida dos cidadãos.

E no caso de haver indícios da prática de infrações penais comuns por parte do presidente da República durante o exercício do mandato, a Constituição determina que, para ele ser submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, é necessária a aprovação de dois terços da Câmara dos Deputados. Mais uma vez, a Assembleia Constituinte impôs um procedimento que vai além de uma análise

formal da questão jurídica. É tão grave para os rumos do País um processo penal contra o presidente da República que se condiciona a apreciação jurídica do Supremo a uma aprovação política, em seu sentido estrito, da Câmara dos Deputados. Sendo esse um assunto tão decisivo para os rumos do País, a Constituição não o deixa apenas nas mãos do Judiciário.

O procedimento previsto para a denúncia contra um presidente da República alerta para a gravidade dos seus efeitos. Não chega a ser uma barreira intransponível, que poderia gerar no titular do cargo um equivocado sentimento de impunidade – coisa que a Constituição claramente deseja evitar; afinal, todos são iguais perante a lei –, mas também não é terreno para aventuras ligeiras, como se não recaísse sobre os deputados a grave responsabilidade de ponderar sobre o que é melhor para o País. É hora de serenidade e responsabilidade.

Expectativas desinfladas

Inflação em queda é um dos poucos sinais de otimismo nas projeções e sondagens divulgadas nos últimos dias, mas nem essa previsão é suficiente para animar o consumidor e movimentar mais intensamente o varejo. Com as famílias ainda pouco dispostas a gastar e a se endividar, a indústria tem pouco estímulo para aumentar a produção e recompor estoques, exceto no caso das empresas mais envolvidas na exportação. Com a incerteza política aumentada a partir das novas pressões contra o presidente da República, diminuiu a confiança quanto às condições de emprego e às finanças familiares, segundo a pesquisadora Viviane Seda Bitencourt, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), coordenadora da Sondagem de Expectativas do Consumidor. O índice de confiança caiu 1,9 ponto em junho, para 82,3 pontos, e com isso se anulou o ganho observado em maio. A pouca disposição de ir às compras é evidenciada também pelo indicador da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O resultado pouco variou de maio para junho, com recuo de 101 para 100,5 pontos, número 7,4% inferior à média da série iniciada em 2001.

Mesmo a aposta na baixa da inflação tem alcance limitado, como indica a pesquisa *Focus*, conduzida semanalmente pelo Banco Central (BC) com uma centena de instituições financeiras e consultorias. A mediana das projeções captadas na

pesquisa aponta aumento de preços de 3,48% em 2017, 4,30% em 2018 e 4,25% em 2019. Os números previstos para este ano e para o próximo são menores que os da semana anterior, mas o indicado para 2019 é uma repetição.

Os economistas do mercado parecem ter pouco ou nenhum motivo para esperar nos próximos dois anos inflação muito abaixo da atual meta de 4,5%. Para eles, além disso, a taxa básica de juros, determinada pelo BC, estará em 8,5% no fim deste ano e permanecerá nesse nível até o fim de 2019, de acordo com as estimativas. Há pouca esperança, aparentemente, de um avanço maior no controle da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Talvez uma redução da meta anual para 4,25%, na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), na quinta-feira, reforce a expectativa de uma contenção maior das pressões inflacionárias. Mas convém, antes de avançar no assunto, esperar a decisão do CMN, formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do BC.

Por enquanto, a perspectiva de preços mais contidos está fortemente associada ao cenário de baixo crescimento econômico. A recessão pode ter sido superada, mas as previsões para evolução do Produto Interno Bruto (PIB) continuam muito moderadas. De fato, têm piorado. Em quatro semanas a projeção para 2017 passou de

0,49% para 0,39%. A estimativa para 2018 recuou de 2,48% para 2,10% nesse período. A estimativa para 2019 ficou em 2,50%, mesmo número apontado na semana anterior.

A expectativa quanto à produção industrial é especialmente sombria. A expansão estimada para este ano passou de 1,30% há quatro semanas para 0,55%. Para 2018, essa projeção caiu em uma semana de 2,50% para 2,30%. Se confirmadas essas previsões, a indústria continuará ainda por muito tempo operando bem abaixo do ritmo anterior à recessão. Uma das consequências será uma recuperação muito lenta de empregos formais classificados como decentes, tanto pelos salários quanto pela segurança contratual e pelos benefícios complementares.

Um quadro político mais estável, com avanço mais seguro dos ajustes e reformas, com certeza produzirá a confiança necessária para o aumento do consumo, o crescimento da produção industrial e a retomada do investimento na capacidade produtiva. Esses investimentos, tanto no setor privado quanto na infraestrutura, serão essenciais para o aumento do potencial produtivo e, portanto, para a elevação da capacidade de crescimento econômico e de criação de empregos. É ilusório apostar no descolamento duradouro entre economia e política, se faltar ao governo força para promover os ajustes, mudanças e investimentos indispensáveis.

O que dizem as pesquisas

Saiu mais uma pesquisa de intenção de voto para a Presidência da República. Faltando mais de um ano para a eleição, não se sabe nem quais serão os candidatos – os partidos têm até agosto do ano que vem para tomar essa decisão –, mas o burburinho é garantido. Como em primeiro lugar aparece o ex-presidente Lula da Silva e em alguns cenários o segundo colocado é o deputado Jair Bolsonaro, isso basta para que se gaste muita tinta para especular as razões pelas quais o chefe petista está à frente, seguido por outro populista primário. Num momento em que o País precisa de serenidade e racionalidade para debater seu futuro imediato, só interessa a Lula, alvo de cinco processos judiciais e principal responsável pela atual crise, que esse debate seja preterido pelo escarcéu em torno da possibilidade de seu retorno à Presidência.

Ora, em primeiro lugar é preciso enfatizar que Lula, aconteça o que acontecer, terá sempre em torno de 20% a 30% das intenções de voto no primeiro turno, pois é nesse intervalo que se encontra seu eleitorado cativo. Na mais recente pesquisa, feita pelo Datafolha, o petista aparece com cerca de 30% em quase todos os cenários, contra 25% no levantamento anterior, de dezembro de 2016, e a maior parte do apoio se concentra no Nordeste, seu reduto eleitoral. Portanto, não há nenhuma surpresa, mas é claro

que foi o suficiente para que Lula se jactasse de estar na dianteira “apesar da perseguição jurídica e midiática”.

A estratégia do petista é óbvia. Ele pretende constranger o Judiciário e confundir a opinião pública ao dizer que seus adversários querem vê-lo condenado para que não ganhe a próxima eleição presidencial. Para os propósitos de Lula, pouco importa se as pesquisas de intenção de voto que o colocam na frente dizem respeito a uma eleição que ainda está muito distante e apenas refletem a disposição de um eleitorado que ele sempre teve. O que interessa é ter à mão elementos que o ajudem a construir o discurso de perseguido político.

Nessa linha, o PT soltou ontem uma nota oficial em que diz que “condenar Lula, o maior líder popular na nossa história, significaria desferir um golpe mortal contra a justiça e a democracia do Brasil” e que “uma hipotética condenação de Lula teria como único objetivo afastá-lo das eleições de 2018”. Para o PT, “sem Lula, as eleições presidenciais não terão legitimidade e não passarão de uma fraude contra o povo brasileiro”.

Também interessa aos petistas reforçar a tese de que seus adversários são contrários a uma eventual antecipação das eleições presidenciais porque eles temem que Lula vença – e, mais uma vez, as pesquisas servem como ilustração dessa tese. Trata-se de uma grossa impostura. Deve-se impedir a an-

tecipação das eleições presidenciais diretas não porque Lula possa ser favorito para vencê-las, mas apenas porque a medida contrariaria a Constituição.

O mais importante é desmistificar Lula de uma vez por todas – e para isso basta usar as pesquisas eleitorais. É fato que nelas o petista aparece bem colocado, o que deixa estupefato todo brasileiro de bom senso, em razão do mal que esse senhor já causou ao País. Mas uma leitura menos superficial dos números mostra um quadro bem mais complicado para o demiurgo petista.

Antes de mais nada, Lula aparece com 45% de rejeição – e não há notícia de que um candidato que sofra tamanha ojeriza consiga se eleger. Para piorar sua situação, a maior rejeição está no Sudeste, que concentra a maioria do eleitorado. Ali, nada menos que 55% dos eleitores disseram que não pretendem votar em Lula de jeito nenhum.

Outro aspecto relevante, mas pouco destacado é que, na pesquisa espontânea – quando não é apresentado o nome de nenhum candidato –, chegam a 52% os eleitores que ainda não sabem em quem pretendem votar em 2018. E isso se dá por razões muito simples: a eleição está muito longe, ninguém sabe ainda quais serão os candidatos e há problemas mais graves para enfrentar. A bem da verdade, nem Lula está pensando em 2018. Seu único objetivo no momento é evitar a cadeia.



LORDE LANÇA
2º ÁLBUM,
'MELODRAMA',
E MOSTRA QUE
SUCESSO DO 1º
NÃO FOI CASUAL

PÁG 13

ELA
VEIO PRA
FICAR

metro

SÃO PAULO

Terça-feira,
27 de junho de 2017
Edição nº 2.563, ano 11



MÍN: 13°C
MÁX: 25°C

www.metrojornal.com.br | leitoria@metrojornal.com.br | www.facebook.com/metrojornal | @MetroJornal_SP

Janot denuncia Temer por corrupção passiva

Agora é com Fachin. Procurador-geral da República entrega acusação ao STF, na qual aponta que o presidente teria recebido R\$ 500 mil, 'por intermédio de Rodrigo Rocha Loures'; texto pede que Temer pague indenização de R\$ 10 milhões 'por danos morais coletivos' PÁG. 05



ATROPELADOR SE ENTREGA

Homem alega que via estava mal sinalizada e que acelerou porque foi atacado por skatistas PÁG. 02

José Iriovaldo Ferreira, motorista que atropelou um grupo de skatistas domingo, na rua Augusta, centro de São Paulo, se entregou à polícia | MARCELO GONÇALVES/SIGMAPRESS/FOLHAPRESS

João Doria afirma que Cracolândia reduziu a 1/3

Prefeito diz que concentração de usuários de drogas na área caiu de 1,8 mil em janeiro para 600 hoje PÁG. 03

FGTS de demitidos sem justa causa não será retido

Governo afirma que a retenção do FGTS para economizar com pagamento do seguro-desemprego foi descartada PÁG. 06

Moro condena ex-ministro Palocci a 12 anos de prisão

Segundo o juiz, ex-ministro operou 'macrocorrupção' entre o PT e a Odebrecht. Defesa recorreu PÁG. 04

Atropelador se entrega e diz que teve medo

Na rua Augusta. Motorista diz que acelerou porque achou que seria linchado pelos skatistas. Evento começou antes do previsto

O motorista que atropelou skatistas na manhã de domingo, ferindo duas pessoas, segundo a polícia, se entregou e prestou depoimento ontem no 4º DP (Consolação).

José Iriovaldo Ferreira, 55 anos, disse que se assustou com a via cheia de skatistas e acelerou após ter o carro, um EcoSport, atacado. Ele disse à polícia que estava com a mãe, de 80 anos, e um amigo no carro. Alegou que não havia bloqueio sinalizado.

No depoimento, Ferreira ainda disse que ficou com medo de parar e ser linchado. Segundo ele, o carro foi atingido pelos skatistas.

O carro chegou ontem para a perícia com vidros trincados e destruídos. Uma parte de um skate estava presa à parte de baixo do veículo e faltava um espelho.

Os skatistas atropelados celebravam o Dia Mundial do Skate, no dia 21 - por ter sido um dia útil, foi come-



Carro do atropelador foi levado à delegacia | ROGERIO DE SANTIS/FUTURA PRESS

morado no domingo.

O Go Skate Day estava previsto para começar no Masp (Museu de Arte de São Paulo) às 10h, mas, em um vídeo entregue à polícia, já é possível ver muitas pessoas descendo a rua Augusta por volta das 9h40.

De acordo com a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), o bloqueio das vias começou a ser feito às 9h do domingo, mas o trajeto foi antecipado sem auto-

rização prévia e os agentes interditaram as vias.

Um vídeo de câmera da CET mostra o carro de Ferreira parado atrás de outros e sendo atacado por skatistas, antes de começar a subir a rua, mas não fica clara a motivação dos ataques.

O motorista será indiciado por lesão corporal dolosa, colocar em risco a vida de outros e fuga do local do acidente.

☎ METRO E RÁDIO BANDEIRANTES

MP vai recorrer de prisão domiciliar de Abdelmassih

O MP-SP (Ministério Público do Estado de São Paulo) afirmou ontem que entrará com recurso contra a concessão de prisão domiciliar ao ex-médico Roger Abdelmassih, de 74 anos, condenado a 181 anos de reclusão por cometer 48 estupros contra 37 mulheres.

Na última quarta-feira, a juíza Sueli de Oliveira Armani, da 1ª Vara de Execu-

ções Criminais de Taubaté, autorizou que Abdelmassih cumpra em casa o restante da sentença, devido a problemas de saúde.

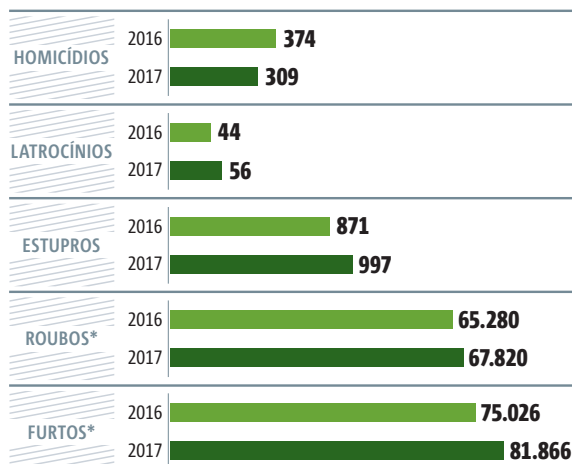
Segundo o MP, a decisão não possui "respaldo legal", já que a lei "somente permite o recolhimento de beneficiário de regime aberto em residência particular, e Abdelmassih cumpria pena em regime fechado".

O promotor de Justiça Marcelo Negrini Mattos também entrou com pedido liminar para que Abdelmassih volte para a prisão enquanto o recurso é julgado.

O réu foi para sua casa em Pinheiros (zona oeste) na última sexta-feira, após receber alta de um hospital de Taubaté (a 140km da capital). Ele está com tornozeleira eletrônica. ☎ METRO

A EVOLUÇÃO DOS CRIMES

Total de registros de janeiro a maio de cada ano, na capital



FONTE: SSP (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA)

*EXCETO DE VEÍCULOS

Violência. Na capital, furtos, roubos, estupros e latrocínios aumentam

Roubos, furtos, latrocínios e estupros cresceram neste ano na capital em relação aos cinco primeiros meses do ano passado.

Os números divulgados ontem pela Secretaria de Segurança Pública mostraram alta de 27% nos latrocínios -roubo seguido de morte. E o mês de maio, especificamente, concentrou a maior parte das ocorrências: 15 de 56 registradas no ano.

Outro aumento que chama a atenção no acumulado do ano é o de casos de estupro: uma alta de 14,5%.

Segundo o secretário de Segurança Pública, Máximo Barbosa Filho, há um componente que torna o estupro mais difícil de combater: "Cerca de 70% estupros

são cometidos entre pessoas que se conhecem, que mantêm algum tipo de relacionamento, familiar ou de amizade, vizinhança."

Furtos subiram 9,1% entre janeiro e maio na capital. Os roubos aumentaram menos, 3,9%.

Números positivos

A secretaria informou que a taxa de homicídio na capital chegou a 6,66 a cada grupo de 100 mil habitantes em maio, a menor para o período desde o início da série histórica, em 2001.

A secretaria disse ainda que, pela primeira vez em um mês de maio desde 2001, as extorsões mediante sequestro ficaram zeradas. ☎ METRO

No Itaim Paulista

Polícia acha fábrica de balões

A polícia descobriu uma fábrica clandestina de balões no Itaim Paulista (zona leste). Um funileiro de 50 anos, que estava no local, foi preso. Um balão e diversas peças e ferramentas foram apreendidos. ☎ METRO

Prevenção

Teste de sífilis será feito no Jabaquara

Para incentivar a prevenção contra a sífilis, testes gratuitos da doença poderão ser feitos a partir de 9h de hoje no terminal Jabaquara (zona sul). Também serão distribuídos preservativos e sachês de gel lubrificante. ☎ METRO

‘Cracolândia reduziu a um terço’, diz Doria

Redenção. Concentração de usuários, que era de 1,8 mil em janeiro, é hoje de no máximo 600, segundo prefeito. Polícia fez 180 prisões na região e município fez 616 internações

O prefeito João Doria (PSDB) afirmou ontem que a concentração de usuários de drogas na Cracolândia, na região da Luz, no centro, foi reduzida a um terço do que havia no começo do ano.

Segundo dados apresentados pela prefeitura em balanço das atividades na região, havia, em 1º de janeiro, 1.800 pessoas na antiga Cracolândia, entre a alameda Dino Bueno e a rua Helvétia.

Depois de migrar para a praça Princesa Isabel, o grupo se restabeleceu na alameda Cleveland, distante apenas uma esquina da antiga Cracolândia, e que reúne atualmente entre 300 e 600 pessoas, “no máximo”.

O prefeito disse que a redução é “visível” e voltou a afirmar que “fisicamente” a Cracolândia acabou. “O consumo ainda existe, foi reduzido, e o tráfico existe, foi reduzido. O que temos ali é a concentração de usuários e uma tentativa frustrada do PCC de reimplantar a Cracolândia. Não vai conseguir. Não há a menor hipótese nem mesmo de montar barracas”, afirmou Doria.

As estimativas do total de usuários de drogas na região



Movimentação na alameda Cleveland | MARLENE BERGAMO/FOLHAPRESS

são feitas a partir de drones da GCM (Guarda Civil Metropolitana), que sobrevoam a área de hora em hora, entre 6h e 19h, e produzem imagens depois analisadas por software que calcula, de forma aproximada, o volume de público. “Hoje (ontem)

de manhã, a leitura indicou 280 pessoas”, disse o secretário de Segurança Urbana, José Roberto Oliveira.

Desde a megaoperação de 21 de maio, a polícia prendeu 161 suspeitos na região, por tráfico e outros crimes, e apreendeu 260 kg de drogas,

sendo 36,5 kg de crack.

A prefeitura informou durante o balanço das atividades que realizou 616 de internações voluntárias de dependentes químicos – número que reforça a redução do público na Cracolândia, segundo o secretário da Saúde, Wilson Pollara.

A administração prometeu entregar mais duas unidades de acolhimento emergencial – nesta quinta e no próximo dia 10 –, informatizar o cadastro dos pacientes e abrir hoje serviço para orientar familiares dos usuários, chamado de Mães da Luz.



ANDRÉ
VIEIRA

METRO SÃO PAULO

CHARLES SHOLL/FUTURA PRESS



ARTHUR GUERRA ‘PROGRAMA É SUCESSO’

Coordenador diz que média de internações passou de 6 para 28 por dia

O coordenador do programa Redenção, psiquiatra Arthur Guerra, deu entrevista ontem à Rádio Bandeirantes. Leia os principais trechos.

Refluiu um pouco o Programa Redenção ou continua normal?

O programa segue com sucesso inesperado. O número de pessoas que está no fluxo tem diminuído, o número de internações e de encaminhamento para tratamento tem aumentado de forma substancial. Nós esperávamos alguns desses resultados em seis meses.

Como o sr. vê a internação compulsória, ela se justifica quando?

Em situações raríssimas, nas quais o paciente está prestes a se matar, por exemplo. Em 39 anos de profissão, eu só tive que indicar duas vezes esse tipo de internação, e os pacientes no final agradece-

ram a indicação.

Imaginando que esse enorme contingente de viciados quisesse ser voluntariamente internado, haveria lugar adequado para todos?

Nós já estamos nesse cenário. A média de internações da prefeitura era de 6 por dia. Desde que assumimos, em 28 de maio ela foi para 28 internações por dia. Esse número tem sido substancial, então a prefeitura tem buscado novos leitos de internação psiquiátrica para poder dar conta.

Como coordenador do programa Redenção, o sr. acredita no fim da Cracolândia?

Acredito, com um programa de médio para longo prazo. Para curto prazo, acho muito difícil. De curto prazo nós temos um problema médico, social e urbano e de segurança, de vendas de drogas. **METRO**

Gripe. Taxista, motorista de ônibus e pessoas de 50 a 54 anos podem ser vacinados

A campanha de vacinação contra gripe foi prorrogada até o dia 7 de julho na cidade. Novos grupos foram incluídos: população entre 50 e 54 anos, taxistas, motoristas, cobradores e profissionais de transporte rodoviário. Para serem imunizados, esses profissionais devem apresentar o crachá de identificação.

Fazem parte dos grupos prioritários de vacinação, que podem receber a pessoas com 60 anos ou mais, profissionais da saúde (pública e privada), gestantes e mulheres que tiveram filho há até 45 dias, crianças entre seis meses e cinco anos de idade, indígenas, pessoas com doenças crônicas, professores da rede pública

80,5%

do público-alvo da vacinação contra gripe foi imunizado na capital. A meta é atingir 90% até o dia 7 de julho.

e privada, funcionários do sistema prisional.

Recentemente, também foram incluídos policiais civis e militares, bombeiros, carteiros, funcionários do Poupatempo e Defesa Civil e agentes da GCM (Guarda Civil Metropolitana) e da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), além de pessoas entre 55 e 59 anos. **METRO**

Dívida. PPI espera sanção para entrar em vigor

Aprovado semana passada pelos vereadores na Câmara Municipal, o PPI (Programa de Parcelamento Incentivado), que oferece facilidades para que contribuintes quitam dívidas com a prefeitura, ainda depende de sanção e regulamentação para entrar em vigor.

A administração informou que o prazo ainda foi determinado, mas que as publicações deverão ocorrer nos próximos dias.

O PPI dará descontos de até 85% no valor dos juros para pessoas físicas e permitirá parcelamentos em até 120 vezes de débitos tributários e não tributários, como os do IPTU. **METRO**

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 ★ TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2017 ★ Nº 32.227

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 0H23 ★ R\$ 4,00

Janot acusa Temer de corrupção

Segundo denúncia, presidente recebeu, por meio de Loures, R\$ 500 mil de Joesley; ele nega e diz que não há provas

Edson Andreoli/Folhapress



O presidente Temer, ontem, no Planalto

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou o presidente Michel Temer (PMDB) sob acusação de corrupção passiva.

Segundo Janot, Temer "recebeu para si", por meio do ex-assessor Rodrigo Rocha Loures, vantagem indevida de R\$ 500 mil ofertada por Joesley Batista, da JBS, e entregue em mala. Loures também foi denunciado.

A informação de que a denúncia ligaria Temer à mala foi antecipada pela **Folha**.

É a primeira vez que um presidente brasileiro é acusado formalmente de crime no exercício do cargo.

Os deputados precisam dar o aval para o Supremo decidir se abre processo contra o presidente — são necessários os votos de ao menos 342 dos 513 parlamentares.

Se a ação penal for aberta, ele é afastado por até 180 dias e se torna réu.

Para tentar barrar a denúncia, Temer acusará Janot de querer condená-lo sem provas. Ele argumenta que o dinheiro ficou com Loures e que não é possível provar que seria o beneficiário.

Antes da denúncia, o presidente disse "que nada o destruirá" e que "não há plano B" para o país. **Poder A4**

Laudo da PF embasará nova denúncia

O relatório final da Polícia Federal entregue ao Supremo Tribunal Federal embasará nova denúncia da Procuradoria-Geral contra o presidente Michel Temer, desta vez sob acusação de obstrução de Justiça.

Com base no áudio de Joesley, a PF afirma que Temer atuou para embasará investigação da Lava Jato e deixou de comunicar as autoridades sobre suposta corrupção no Judiciário e no Ministério Público. **Poder A8**

Tratamentos de câncer são desiguais no SUS, diz estudo

Intitulado "Meu SUS é diferente do teu SUS", estudo nacional do Instituto Oncoguia aponta que, no tratamento de câncer, há hospitais públicos que oferecem terapias inferiores às recomendadas pelo Ministério da Saúde — e outros, superiores. Essa discrepância às vezes é verificada em uma mesma cidade. **Cotidiano B4**

ILUSTRADA

Retrospectiva de Toulouse-Lautrec no Masp revê tédio dos bordéis de Paris **C1**

EQUILÍBRIO

Veja dicas para cuidar do corpo e praticar esporte neste inverno **B5**

ESPORTE

Fora dos estádios, idioma é barreira na Rússia, sede da Copa de 2018 **B6**

Com apagão dos semáforos, cones se proliferam em SP

Há quase seis meses sem contrato de manutenção de semáforos, a cidade de São Paulo, sob a gestão Doria (PSDB), vive apagão constante desses equipamentos. Com isso, houve proliferação de cones e cavaletes para bloquear cruzamentos — recurso emergencial utilizado pela CET. **Cotidiano B1**



► **CONFUSÃO** Policiais e servidores municipais entram em confronto durante a votação de ajuste fiscal por vereadores de Curitiba, no Paraná; 24 pessoas ficaram feridas **Cotidiano B3**

Justiça dos EUA libera veto parcial a viajante islâmico

A Suprema Corte liberou, com restrições, o decreto que veta a entrada nos EUA de cidadãos de seis países de maioria muçulmana (Síria, Líbia, Iêmen, Irã, Somália e Sudão), enquanto analisa o caso. Donald Trump comemorou a decisão. **Mundo A13**

FALE COM A FOLHA

Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e o ombudsman fale.folha.com.br

ATMOSFERA Cotidiano B2

SP tem dia de sol forte e ar seco
Mínima 12°C Máxima 24°C

CIRCULAÇÃO
290.899 (impressos + digitais)
ABONADA
29.362.991 visitantes (únicos/mês)



BERNARDO MELLO FRANCO

Presidente passa à fase da guerra total pelo mandato

Delatado, desmentido, denunciado. Michel Temer levou 40 dias para completar a cadeia dos três Ds. Com a denúncia da Procuradoria, ele avança outra casa e passa à fase da guerra total pelo mandato. Agora, fará de tudo para tentar escapar do quarto D, de derrubado. Opinião A2

MARCELO COELHO

Papel de Temer em acordo é a questão a ser investigada

A questão a ser investigada é o papel de Temer em acordo sobre preço do gás feito entre a Petrobras e empresa do grupo JBS. Parcelas de R\$ 500 mil citadas em conversa destinavam-se ao presidente? Após passos em falso, a suspeita contra ele se consolida agora. Poder A6

Moro condena ex-ministro Palocci a 12 anos de prisão

O ex-ministro petista Antonio Palocci foi condenado nesta segunda (26), em decisão do juiz Sergio Moro, na Operação Lava Jato, a 12 anos de prisão por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Ele é acusado de ter interferido para favorecer a Odebrecht em licitação de 21 sondas da Petrobras.

Segundo a sentença, Palocci movimentou US\$ 10,2 milhões de "conta de propinas" do PT. A defesa nega a acusação e diz que recorrerá. Preso desde setembro de 2016, o ex-ministro negocia delação. Para o juiz, fala durante depoimento sobre "disposição" em colaborar souso como "ameaça". **Poder A9**

BC propõe à Lava Jato ação conjunta contra suspeitos

O Banco Central indicou a procuradores da Lava Jato disposição para compartilhar informações sigilosas de bancos sob suspeita. Poderá também lhes oferecer lugar à mesa para negociar acordos com instituições investigadas. Atualmente se discutem mudanças na medida provisória que ampliou poderes do BC para apurar irregularidades nos bancos. **Mercado A17**

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Eleitores à deriva", sobre a fragmentação das intenções de voto no país, e "Desnorteio democrata", acerca de indefinições do partido americano.

RODÍZIO Cotidiano B2

Não devem circular carros com placas cujo final seja: 3 ou 4

Seca de emendas tensiona base de Alckmin

Irritados com bloqueio orçamentário, aliados têm torpedeado projetos de interesse do governador de São Paulo

Refinanciamento de impostos é uma das medidas prejudicadas; líder do governo culpa queda de arrecadação

GABRIELA SÁ PESSOA
DE SÃO PAULO

Uma guerra fria entre deputados e governo Geraldo Alckmin (PSDB) se desenrola no silêncio dos corredores da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) há 40 dias.

Irritados com o bloqueio do pagamento de emendas pelo Palácio dos Bandeirantes, os parlamentares têm feito pressão, esvaziando sessões de projetos de interesse do governador.

Ainda que oficialmente minimizem, à boca miúda os tucanos da Casa falam em "crise", a primeira a empacar a casa nessas proporções na atual era Alckmin, desde 2011.

Para acalmar os ânimos, até o final desta semana — a última antes do recesso parlamentar — o governo planeja distribuir R\$ 1 milhão em verbas para cada um dos 94 parlamentares.

Até lá, a Assembleia precisa começar a votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem.

A falta de dinheiro estremeceu a relação do governo com seus aliados, principalmente PMDB, PSB, PRB e PSC. As duas últimas legendas anunciaram recentemente o desembarque da base e adotaram postura de neutralidade.

Segundo o Portal da Transparência, o pagamento de emendas pela Casa Civil caiu 82% em três anos.

Em 2014, o governo paulista transferiu R\$ 227,6 milhões aos municípios por indicação de parlamentares. Em 2016, foram R\$ 39,9 milhões.

Esses recursos são aplicados, por exemplo, em compra



O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), que enfrenta problemas em sua base

de ambulâncias, reformas de postos de saúde ou melhorias em entidades filantrópicas.

"Todos sofremos pressão dos prefeitos para liberar recurso. Para que serve o deputado na hora de apresentar a emenda se ela é aprovada e, na sequência, não é paga?", reclamou Jorge Caruso, líder do PMDB, na tribuna da Casa, em 13 de junho.

Às vésperas de 2018, ano eleitoral, as emendas importam para as relações do deputado em sua região.

Caruso, aliado do governo, integra o grupo que tem faltado a sessões e impedido o

quórum mínimo para votar projetos prioritários.

No papel, a base de Alckmin continua enorme, mesmo após as defecções: tem 68 em 94 parlamentares.

Mas na prática o prejuízo para o governo já se manifesta. Um dos projetos alvo é o que pretende refinarar dívidas de ICMS e IPVA, por meio do parcelamento e redução da multa. Com essa proposta, o governo prevê arrecadar R\$ 78,7 bilhões.

Líder do governo na Assembleia, Barros Munhoz (PSDB) é deputado desde 1987 e reconhece que a rebelião desta vez é "um pouco maior" do que anteriores.

Ele atribui o atraso nas emendas à queda de arrecadação —no ano passado, o caixa do governo ficou 7,5% menor do que o previsto.

"É lógico que é grave [a retenção dessas verbas], mas estamos administrando uma crise econômica", diz.

Ele afirma que o governo tenta "esticar o cobertor", embora reconheça que "nunca houve atraso tão grande como o atual".

MEIO CHEIO

Na quarta (21), antes de abrir a sessão de discussão do projeto sobre o ICMS, a Casa Civil promoveu evento com prefeitos para autorizar R\$ 7,1 milhões em emendas.

O líder petista, Alencar Santana, afirmou que se tra-

tava de compra de votos.

Responsável pela negociação com o governo, Munhoz diz que não barganha apoio e nega favorecer aliados — afirma que está "distribuindo o sofrimento" em igual proporção no Parlamento.

Campos Machado (PTB) foi um dos que conseguiram a aprovação de emendas nesta semana —R\$ 120 mil para a compra de ambulâncias em Piquete. O veterano petebista afirma que a verba não mudará sua posição —tem afirmado que não há subsídios técnicos para votar o projeto.

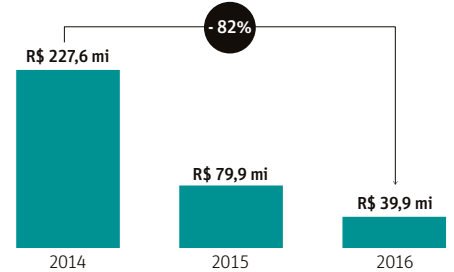
Alckmista declarado, Machado protagoniza outra queda de braço com governador na Casa. Resume assim sua posição: "Sou aliado, não alienado".

O deputado é autor de um projeto de emenda constitucional que equipara o teto salarial do Estado ao do desembargador do Tribunal de Justiça (R\$ 33 mil, correspondente ao Judiciário). Hoje, servidores do executivo não podem receber mais do que o governador (R\$ 21 mil).

O texto é outro ponto de discórdia. Até o PSDB espera que, caso entre em pauta, seja aprovado com ampla maioria. No entanto, o presidente da Casa, o tucano Cauê Marcris, afirma que não submeterá a proposta a plenário por entender que dados sobre o impacto no orçamento são "prematuros".

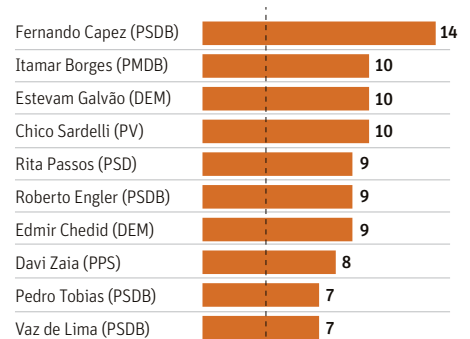
CORTES NAS VERBAS

A variação no pagamento de emendas de deputados da Alesp



CAMPEÕES DE EMENDAS EM 2016

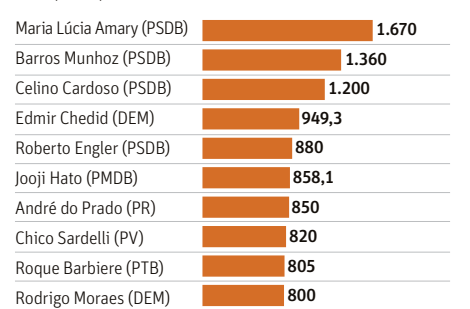
Número de emendas aprovadas



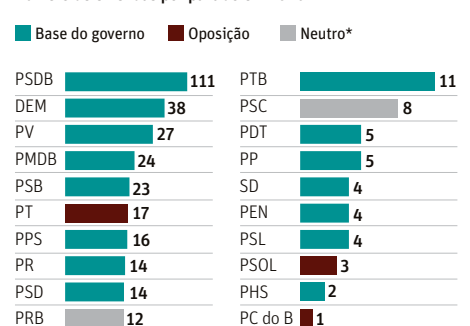
3,81 foi a média de emendas por deputado

MAIORES VALORES EM 2016

Valor por deputado, em R\$ mil



Número de emendas por partido em 2016



* Anunciaram desembarque recente da base Fonte: Secretaria da Casa Civil

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

DELATOR VENDE TUDO

Alberto Youssef está tentando vender relógios Rolex que comprou antes de ser preso e condenado na Operação Lava Jato. Eles foram apreendidos na época das investimentos e devolvidos ao doleiro depois que ele cumpriu a pena.

BRILHANTE

Youssef tem um Rolex Submariner, por exemplo, que pode ser encontrado na internet por preços que variam de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil. Ele usou o modelo numa audiência recente comandada pelo juiz Sergio Moro. Não passou despercebido.

NA PISTA

Uma das peças mais valiosas de Youssef é um Rolex Hublot Ayrton Senna. Ele faz parte de edição limitada lançada com o nome do piloto. Os modelos mais baratos custam cerca de R\$ 30 mil. Mas alguns são vendidos por até R\$ 300 mil.

ACELERA, TEMER

Há setores da base do governo que defendem a indicação imediata do novo procurador-geral da República, assim que saírem os resultados da votação da lista triplíce de categoria. O presidente Michel Temer pode escolher, entre os três mais votados, aquele que assumirá o comando do Ministério Público Federal no lugar de Rodrigo Janot a partir de setembro.

TEMER 2

A indicação rápida teria o condão de dividir a PGR, esvaziando os poderes de Janot diante do novo escolhido —que precisaria ter seu nome confirmado pelo Senado.

TEMER 3

Há ainda a possibilidade, remota, de Temer ignorar a lista triplíce e indicar outro nome para a PGR.

ACELERA, JANOT

Advogados que negociam acordos de delação premiada com a força-tarefa da Lava Jato acreditam que procuradores passaram a acelerar as conversas diante da proximidade de troca de comando na PGR. Eles teriam o temor de que o novo comandante da instituição não dê à operação o apoio irrestrito conferido por Janot.

FROM BRAZIL

O maestro Roberto Minczuk foi convidado para reger a Orquestra Filarmônica do Novo México.



Ele deve seguir dedicando a maior parte do tempo, no entanto, ao comando da Orquestra Sinfônica de São Paulo, que assumiu a convite do prefeito João Doria (PSDB-SP).

CHEQUE EM BRANCO

O prefeito João Doria encaminhando à Câmara Municipal um projeto de lei com uma autorização genérica para que a administração municipal possa vender à iniciativa privada qualquer imóvel do município com terreno de até 10 mil m², desde que não haja no local serviços de educação, cultura, saúde, esportes e assistência social. Hoje o Legislativo precisa aprovar individualmente a venda de áreas desse tamanho.

CHEQUE EM BRANCO 2

A proposta, que ainda precisa ser aprovada na Casa, faz parte do plano de desestatização da prefeitura. Se virar lei, ela permitirá que a administração coloque à venda centenas de terrenos, prédios e áreas públicas sem consultar os vereadores.

Há 81 km² de áreas públicas em São Paulo, o equivalente a cerca de 5% do território do município.

OLHA ELA AÍ

A Assembleia Legislativa de São Paulo começou a discutir a realização de uma ampla campanha publicitária para dar visibilidade ao trabalho da Casa e dos deputados. A decisão, que passa pelo presidente do Legislativo, Cauê Macris (PSDB), envolve a abertura de licitação para contratar uma agência que possa executar os anúncios.

CURTO-CIRCUITO

Uma confraternização em homenagem aos 80 anos de nascimento de Vladimir Herzog será realizada hoje no espaço Tupi or not Tupi.

Anamara Osório, Roberto Livianu e Heleno Torres palestram hoje em evento do IRelGov (Instituto de Relações Governamentais).

Bruno Feigelson, do escritório Lima Feigelson Advogados, será o presidente da Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs.

GOVERNO ENCURRELADO

Em denúncia, Janot acusa Temer de corrupção passiva

Procurador diz que peemedebista recebeu R\$ 500 mil por meio de ex-assessor

Peça acusa presidente de ludibriar cidadãos brasileiros; denúncia precisa ser autorizada por 342 deputados

**CAMILA MATTOSO
LETÍCIA CASADO
REYNALDO TUROLLO JR.
RUBENS VALENTE**
DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou o presidente Michel Temer e seu ex-assessor Rodrigo da Rocha Loures ao Supremo Tribunal Federal nesta segunda-feira (26) sob acusação de corrupção passiva.

Janot diz que que Temer “recebeu para si”, por meio de Loures, a “vantagem indevida de R\$ 500 mil ofertada” por Joesley Batista, sócio da JBS, e entregue numa mala ao ex-assessor.

“As provas carreadas aos autos são abundantes em demonstrar a prática do crime de corrupção”, afirma o procurador-geral. “[Temer] Ludibriou os cidadãos brasileiros e, sobretudo, os eleitores, que escolheram a sua chapa para o cargo político mais importante do país, confiando mais de 54 milhões de votos nas últimas eleições”, diz.

O intermediário das duas operações foi, segundo Janot, Loures, preso desde o dia 3 de junho e flagrado pela polícia correndo com a mala contendo os R\$ 500 mil.

“Em nenhum momento o destinatário final da propina era Loures. A vantagem indevida, em verdade, destinava-se a Michel Temer, a quem colaboradores e o próprio Loures se referem como ‘chefe’ ou ‘presidente’”, diz a denúncia.

A informação de que Janot ligaria na denúncia Temer à

mala com os R\$ 500 mil foi antecipada pela **Folha** no último dia 11. Janot fatiou as acusações e deve ainda fazer pelo menos mais uma denúncia contra o presidente, no caso, por obstrução de Justiça.

O ministro Edson Fachin, relator do inquérito no STF, tem de decidir agora quando enviará a acusação à Câmara, que precisa dar o aval para o Supremo julgar se abre uma ação penal contra o presidente. Para a autorização ser aprovada na Câmara são necessários os votos de pelo menos 342 dos 513 deputados.

Se a ação penal for aberta, Temer é afastado por até 180 dias e se torna réu, podendo então ser condenado ou absolvido ao seu final. A pena por corrupção passiva vai de 2 a 12 anos de prisão. O presidente nega as acusações.

É a primeira vez na história que um presidente brasileiro, no exercício do cargo, é denunciado sob acusação de um crime. Em 1992, Fernando Collor também foi alvo de acusação da PGR, mas na época estava temporariamente afastado da Presidência e aguardava julgamento final de seu processo de impeachment. Ele acabou absolvido.

Na denúncia, Janot pede ainda que Temer seja condenado a pagar pelo menos R\$ 10 milhões por danos morais à coletividade —ele declarou em 2014 patrimônio de R\$ 7,5 milhões. Já para o ex-assessor de Temer, o pagamento mínimo é de R\$ 2 milhões. Outro dos requerimentos é a perda de função pública e do mandato para os condenados.

O procurador-geral diz que o presidente recebeu os recursos “entre os meses de março a abril de 2017, com vontade livre e consciente” e “valendo-se de sua condição de

chefe do Poder Executivo e liderança política nacional”.

A PGR diz ainda que, “além do efetivo recebimento do montante espúrio mencionado”, Temer e Loures “em comumhão de esforços e unidade de desígnios, com vontade livre e consciente, ainda aceitaram a promessa de vantagem indevida no montante de R\$ 38 milhões”.

A denúncia por corrupção é baseada nas tratativas de Loures para favorecer a JBS no Cadê (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Segundo a PGR, houve “intervenção ilícita” dos denunciados. “Os crimes praticados à sorrelfa, valendo-se de seus mandatos eletivos, possuem alto grau de reprovabilidade”, diz Janot.

Temer e Loures, ressalta o procurador, “desvirtuaram as importantes funções públicas que exercem, visando, apenas, ao atendimento de seus interesses escusos”. Janot diz que Joesley Batista e Ricardo Saud, da J&F, não são alvos da denúncia em razão do acordo de delação premiada homologado pelo STF.

Em sua argumentação, Janot aponta contradições de Temer para reforçar da denúncia. O procurador-geral cita dois episódios, sendo um deles uma declaração do presidente à **Folha** dizendo que recebeu Joesley no Jaburu por causa da operação Carne Fraca. A operação, porém, aconteceu dias depois.

Questionado novamente, Temer afirmou que “se equivocou” e se “confundiu”.

O outro caso de contradição é o da utilização do jato particular do dono da JBS. Primeiro, o presidente afirmou não ter feito nenhuma viagem, mas depois disse ter se lembrado de ter usado uma aeronave particular.





A ACUSAÇÃO DE JANOT

O que diz o procurador-geral em 60 páginas de denúncia contra Temer

O QUE DIZ JANOT

PGR vê "provas abundantes": a delação da JBS, o áudio gravado por Joesley, a indicação de Loures para resolver pendências e a filmagem de Loures correndo com a mala de R\$ 500 mil

O QUE A PGR PEDE:

- > Condenação por corrupção passiva
- > Perda da função pública ou mandato eletivo
- > Indenização aos cofres públicos de ao menos R\$ 10 milhões por Temer e R\$ 2 milhões por Loures

Temer foi o destinatário real da propina de R\$ 500 mil paga em uma mala pela JBS ao ex-assessor Rodrigo Rocha Loures

O presidente também aceitou uma promessa de R\$ 38 milhões de vantagem indevida a ser pago em parcelas semanais

Em troca, Rocha Loures ajudaria a solucionar uma demanda de interesse da empresa no Cade

Procurador utiliza perícia da PF que atesta que não houve nenhuma edição nos áudios que foram gravados

Temer se contradisse em duas ocasiões: ao explicar o motivo pelo qual recebeu Joesley e a razão para ter viajado em 2011 no jatinho do empresário

O QUE ACONTECE AGORA

1º PASSO

Ministro Edson Fachin deve encaminhar denúncia para a Câmara decidir se autoriza abertura de ação penal contra o presidente

PLENÁRIO DA CÂMARA

Para haver a autorização é preciso apoio de **342 deputados** em votação aberta com chamada nominal no microfone

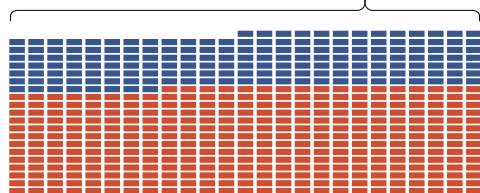
SUPREMO

Se houver aprovação, o plenário do STF decide se acolhe a denúncia

AFASTAMENTO

Se isso ocorrer, Temer vira réu e é afastado do cargo –assume interinamente Rodrigo Maia, presidente da Câmara

Total: **513** deputados



342

são necessários para autorizar o início de uma ação penal

GOVERNO ENCURRELADO

Estratégia de presidente é confrontar procurador

Discurso será de que Janot não tem provas e atua contra classe política

Antes de denúncia, Temer afirmou em discurso no Palácio do Planalto: 'Nada nos destruirá'

GUSTAVO URIBE
MARINA DIAS
BRUNO GHOSSIAN
DE BRASÍLIA

Na tentativa de barrar a denúncia contra ele, Michel Temer partirá para o enfrentamento direto com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, acusando-o de tentar condená-lo sem provas.

Em reunião na noite de segunda-feira (26), no Palácio do Planalto, o peemedebista traçou com ministros e parlamentares estratégia de reação tanto política como jurídica contra a denúncia que pode afastá-lo do cargo.

O discurso que foi estruturado e será reproduzido em defesa do presidente é de que Janot atua contra a classe política em geral e que faz conclusões que não se sustentam pelos fatos.

O principal ponto da denúncia que será contestado é a associação direta do peemedebista com a mala de R\$ 500 mil recebida da JBS pelo ex-assessor presidencial Rodrigo Rocha Loures, um dos maiores aliados do presidente.

O argumento central é que o dinheiro ficou com o ex-auxiliar presidencial e que, portanto, não é possível provar que o presidente seria o beneficiário do montante.

Com o desmembramento da denúncia e apresentação

“Nós estamos fazendo uma transição para que quem vier depois pegue um país nos trilhos

Às vezes, as pessoas tomam outros caminhos, mas vamos produzindo pelo país

a conta-gotas, o Planalto acusará o procurador-geral de atuar de maneira parcial, com o único objetivo de desgastar a imagem do presidente e prolongar a crise política, afetando a recuperação econômica do país.

Nas palavras de um assessor presidencial, o discurso será de que, por motivações pessoais, o procurador-geral prejudica o país e atua em uma cruzada política contra o peemedebista.

A conclusão em reunião no gabinete presidencial foi de que, apesar de o conteúdo da denúncia ter sido dentro do esperado, ela deprecia a imagem do presidente. Para o Planalto, é preciso avaliar o impacto dela junto à opinião pública e como ela será assimilada pela população.

Para evitar que haja contaminação política com o tema, o presidente ordenou que a resposta para a denúncia seja feita exclusivamente pela sua equipe de advogados. Ele acredita que, caso consiga barrar as denúncias no Congresso Nacional, terá condições de sobreviver à atual crise política.

O tom beligerante contra a Procuradoria-geral da República já foi adotado pelo presidente na manhã desta segunda. “Ninguém duvida, nossa agenda de modernização do Brasil é a mais ambiciosa de muito tempo. Tem sido implementada com disciplina e com sentido de missão. Não há plano B. Há de seguir adiante. Nada nos destruirá. Nada nos destruirá. Nada nos destruirá”, discursou.

A ideia do presidente é tentar barrar já na primeira quinzena de julho a denúncia contra ele. Além de abreviar prazos na Comissão de Constituição e Justiça, o Planalto pretende garantir a nomeação de um relator próximo à gestão peemedebista e um placar folgado já na comissão pela recusa da denúncia.

Além disso, o governo defende substituições entre titulares e suplentes na CJJ para garantir a presença de parlamentares combativos que defendam insistentemente o presidente em discursos e discussões.

Há dúvida sobre ritos a serem seguidos no STF

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO

O ineditismo de uma denúncia contra um presidente acusado de crimes comuns tem causado dúvidas sobre os ritos a serem seguidos pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Relator do caso na corte, o ministro Edson Fachin deverá publicar um despacho com os procedimentos que irá adotar.

A Constituição prevê que a Procuradoria-Geral da República ofereça a denúncia ao STF, que precisa enviá-la à Câmara.

Somente com autorização prévia de dois terços dos deputados (342 parlamentares) a denúncia volta ao STF para que o plenário julgue o seu recebimento. Se for aceita, o presidente torna-se réu e é afastado por 180 dias.

A principal dúvida no caso de Michel Temer é em qual momento deve-se abrir prazo para a primeira manifestação da defesa. Em geral, em ações penais que não envolvem o presidente, o Supremo abre prazo para o acusado apresentar uma defesa prévia.

No caso de Temer, Fachin

tem de decidir se dá prazo para manifestação da defesa antes de enviar a denúncia à Câmara ou depois. A Constituição não deixa claro o que deve ser feito.

A questão é importante porque, se Temer não precisar apresentar sua defesa ao Supremo agora e os deputados decidirem barrar a continuidade do processo, ele ficará sem responder tecnicamente as acusações.

O STF é o responsável por fazer o juízo técnico e jurídico do caso, enquanto o juízo da Câmara é político.

Pelo regimento interno da Câmara, o presidente da Casa notificará o acusado e, então, sua defesa terá um prazo de dez sessões da CJJ (Comissão de Constituição e Justiça) para se manifestar.

Segundo a **Folha** apurou, alguns procuradores consideram mais adequado que o STF ouça o presidente antes de enviar a denúncia à Câmara. Por outro lado, Fachin ouviu de colegas que não deveria pedir defesa prévia já “para não tumultuar” o ambiente.

Outra dúvida é se Fachin deve enviar ele mesmo a denúncia ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ou se o fará por meio da presidente da corte, a ministra Cármen Lúcia. (LETRÍCIA CASADO, REYNALDO TUROLLO JR. E FLÁVIO FERREIRA)

Ministro tucano critica defesa de FHC de redução de mandato

MARINA DIAS
GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

O discurso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em defesa do encurtamento do mandato de Michel Temer foi visto pelo Palácio do Planalto como “ato isolado” e causou forte reação do ministro Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo), escalado para responder ao colega de partido.

Responsável pela articulação política do governo, Imbassahy viu com “estranheza” as declarações do ex-presidente e disse que a proposta do tucano, que pede a convocação de eleições gerais, é impossível de ser executada.

“Vi com estranheza a manifestação de FHC. Primeiro porque ele foi muito influente na decisão do PSDB em permanecer no governo, segundo porque a proposta é de absoluta inexecutabilidade”, disse Imbassahy à **Folha**.

De acordo com o ministro, para que a tese do ex-presidente fosse colocada em prática, o Congresso teria que aprovar uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) cuja tramitação levaria meses, coincidindo com a campanha presidencial de 2018.

A opinião de Imbassahy

sobre o artigo publicado por FHC nesta segunda (26) na **Folha** encontrou eco entre outros líderes tucanos.

Em reservado, dirigentes do PSDB avaliam que o discurso do ex-presidente foi prejudicial ao partido, passando a imagem de uma sigla que “vacila” e “não sabe o que quer”. Isso porque, mesmo rachados, os tucanos decidiram há duas semanas permanecer na base do governo, contanto que as reformas trabalhista e da Previdência avançassem no Congresso.

Auxiliares de Temer, por sua vez, avaliam que o discurso de FHC é uma tentativa de o ex-presidente “lustrar sua biografia” e que o fato não deve precipitar o desembarque dos tucanos do governo.

Diante da relação cada vez mais delicada com o PSDB, a ordem no Planalto é ter cautela e não responder diretamente a FHC, para evitar que a pauta ganhe gravidade e contamine parlamentares.

O receio do Planalto é de que a defesa feita por FHC seja usada como justificativa para que os tucanos favoráveis ao desembarque votem pelo prosseguimento da denúncia contra o presidente apresentada pela Procuradoria-Geral da República ao STF nesta segunda-feira (26).

GOVERNO ENCURRALADO

PF vê obstrução de investigação por Temer

Relatório deve embasar nova denúncia da PGR, desta vez por anuência à compra de silêncio de Eduardo Cunha

Laudo pericial oficial identifica trechos que eram inaudíveis em áudio de conversa de Joesley com presidente

DE BRASÍLIA

Após acusar formalmente o presidente Michel Temer (PMDB) de corrupção passiva nesta segunda-feira (26), a PGR (Procuradoria-Geral da República) terá cinco dias para apresentar uma segunda denúncia contra ele, por obstrução de Justiça.

Este é outro crime apontado no relatório final da Polícia Federal entregue ao STF (Supremo Tribunal Federal) também nesta segunda.

No documento, a PF afirma que o presidente atuou para embarçar as investigações da Lava Jato e deixou de comunicar as autoridades sobre suposta corrupção de membros do Judiciário e do Ministério Público.

Os delegados entenderam com base na gravação feita por Joesley Batista no Palácio do Jaburu que a “única interpretação possível” é de que o presidente incentivou a continuação de pagamentos para Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ex-presidente da Câmara, para que ele ficasse em silêncio — o ex-deputado federal está preso no Paraná desde outubro de 2016.

A polícia concluiu que o mesmo crime foi cometido por Joesley e pelo ex-ministro Geddel Vieira Lima, este último por ter manifestado interesse em manter paga-



O ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures ao chegar à Polícia Federal para fazer exame de corpo de delito, no dia 14

mentos a Lucio Funaro, apontado como operador de Cunha e preso desde julho do ano passado.

Sobre Temer, a PF afirma que o presidente atuou “por embarçar investigação de infração penal praticada por organização criminosa, na medida em que incentivou a manutenção de pagamentos ilegítimos a Eduardo Cunha, pelo empresário Joesley, ao tempo que deixou de comunicar autoridades competentes de suposta corrupção da magistratura federal e do Ministério Público que lhe fora narrado pelo mesmo empre-

sário”.
No pedido de abertura de inquérito feito ao Supremo, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que Temer deu anuência para a compra de silêncio de Cunha e Funaro.

TRECHOS

Entre outros elementos, Janot se baseou em trecho do diálogo do presidente com o Joesley no Palácio do Jaburu para sustentar que houve obstrução de Justiça.

O procurador-geral afirmou que, na conversa, Temer ouviu de Joesley que o ex-pre-

sidente da Câmara estava sendo pago para ficar em silêncio e sobre o assunto respondeu: “Tem que manter isso, viu?”, o que seria um aval.

A conversa divulgada à imprensa, porém, continha trechos inaudíveis — uma perícia realizada pela PF conseguiu desvendar algumas palavras no episódio.

Após a fala de Temer, Joesley usou a expressão “todo mês”, segundo o laudo — o que indica acertos em dinheiro, de acordo com o que o empresário afirmou em seu acordo de delação premiada fechada com a PGR.

O relatório da polícia seguiu na mesma linha, com a interpretação de que o diálogo significou o incentivo da compra do silêncio.

Segundo o relatório da polícia, os membros do chamado “PMDB da Câmara” temiam que Cunha e Funaro falassem o que sabem sobre fraudes na Caixa.

Na semana passada, a polícia havia finalizado outra parte da investigação, que apontou para a prática do crime de corrupção passiva, alvo da primeira denúncia da PGR, entregue nesta segunda ao STF.

VERSÕES DA FALA

Laudo da PF contraria perito contratado

Perícia contratada por Temer:

Joesley: Tô de bem com Eduardo [Cunha]...

Temer: Tem que manter isso, viu? [inaudível]

Joesley: ... tô no meio

Laudo da perícia da PF:

Joesley: Tô de bem com Eduardo [Cunha]...

Temer: Muito bem.

Joesley: E...

Temer: Tem que manter isso, viu?

Joesley: O...

Temer: [inaudível]

Joesley: ... todo mês.

Temer: O Eduardo também, né?

Joesley: Também.

Temer: É...

Outro trecho destacado pela PF

Joesley: É o Rodrigo?

Temer: O Rodrigo.

[ruídos]

Joesley: Ah, então ótimo.

Temer: [inaudível] Pode

passar por meio dele, viu?

Joesley: [inaudível]

Temer: Da minha mais estrita confiança.

Joesley: Tá.

Temer: Vamos dizer que você não possa...

Rodolfo Buhrer - 26.set.2016/Reuters



Palocci é condenado a 12 anos de prisão na Lava Jato

Preso desde setembro, ex-ministro foi acusado de beneficiar a Odebrecht

A CONDENAÇÃO DE PALOCCI

Entenda a sentença contra o ex-ministro na Lava Jato

O QUE DIZ A ACUSAÇÃO

- 1 Palocci solicitou e coordenou o pagamento de R\$ 128 milhões em propina ao PT pela Odebrecht
- 2 O ex-ministro era identificado como "Italiano" em planilhas da empreiteira
- 3 Os recursos tinham origem em contratos da Odebrecht com a Petrobras
- 4 Parte dos valores foi destinada aos marqueteiros João Santana e Mônica Moura, por serviços na campanha de 2010

O QUE AFIRMOU MORO



“A responsabilidade de um ministro de Estado é enorme e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes”

“[A propina foi usada] para fraudar sucessivas eleições no Brasil, contaminando-as com recursos provenientes de corrupção”

“[Lavar dinheiro ilícito em campanhas levou à] contaminação da esfera política pela influência do crime, com prejuízos ao processo político democrático”

CRIMES CONDENADOS

- Corrupção passiva
- Lavagem de dinheiro

MAIS SENTENÇAS

Palocci ainda é réu em outra ação na Lava Jato, sob acusação de corrupção e lavagem na compra de um prédio para o Instituto Lula. Ela ainda está na instrução

QUEM MAIS FOI CONDENADO

Marcelo Odebrecht	12 anos, 2 meses e 20 dias*
João Santana	7 anos e 6 meses*
Mônica Moura	7 anos e 6 meses*
João Vaccari Neto	4 anos 6 meses
Renato Duque	5 anos 4 meses
Fernando Migliaccio	7 anos e 6 meses*
Hilberto Mascarenhas da Silva	7 anos e 6 meses*
Luiz Eduardo da Rocha Soares	7 anos e 6 meses*
Olívio Rodrigues	7 anos e 6 meses*
Marcelo Rodrigues	7 anos e 6 meses*
João Carlos de Medeiros Ferraz	6 anos*
Eduardo Musa	5 anos e 4 meses*

ABSOLVIDOS

Branislav Kontic	ex-assessor de Palocci
Rogério Araújo	executivo da Odebrecht

*Por serem delatores, tiveram as penas substituídas pelas estabelecidas nos acordos de colaboração

Fonte: Justiça Federal do Paraná

Para juiz, fala de petista durante depoimento sobre 'disposição' em colaborar soou como 'ameaça para terceiros'

DE CURITIBA
DE SÃO PAULO

Um dos nomes fortes dos governos do PT, o ex-ministro Antonio Palocci foi condenado nesta segunda-feira (26), em decisão do juiz Sérgio Moro, a 12 anos de prisão por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, em contratos com a Odebrecht para a construção de sondas do pré-sal.

Preso desde setembro de 2016, Palocci negocia um acordo de delação premiada, ainda em andamento. Nessa ação, foi acusado de ter interferido para favorecer a Odebrecht em uma licitação de 21 sondas da Petrobras.

Segundo a sentença, o ex-ministro movimentou e ocultou US\$ 10,2 milhões, por meio de offshores no exterior, de uma "conta de propinas" do PT para cobrir custos de campanhas do partido.

O dinheiro, diz a sentença, foi usado para "remunerar, sem registro" as campanhas dirigidas pelos marqueteiros João Santana e Mônica Moura e "fraudar sucessivas eleições no Brasil, contaminando-as com recursos provenientes de corrupção".

Palocci é descrito como o "principal administrador da conta-corrente geral de propinas" entre a Odebrecht e o PT. Segundo delatores da empreiteira, ele era identificado pelo apelido de "Italiano" e tinha uma planilha de propinas solicitadas a seu pedido. De acordo com a acusação, foram acertados, no total, cerca de R\$ 200 milhões em subornos, com um "saldo" de R\$ 130 milhões ainda a serem pagos.

"O condenado agiu enquanto ministro-chefe da Casa Civil, um dos cargos mais importantes e elevados na administração pública federal. A responsabilidade de um ministro de Estado é enorme e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes", afirma Moro, na decisão.

Na sentença, o juiz ainda retomou um argumento que abordou em evento nos Estados Unidos, em abril: a prática de caixa dois eleitoral, abastecido com recursos ilícitos, é pior do que a corrupção que visa apenas ao enriquecimento pessoal de um

agente público.

"Talvez seja esse, mais do que o enriquecimento ilícito dos agentes públicos, o elemento mais reprovável do esquema criminoso da Petrobras: a contaminação da esfera política pela influência do crime, com prejuízos ao processo político democrático."

As provas da ação tratam dos pleitos municipal de 2008 e presidencial de 2010. A decisão também cita subornos nas eleições em El Salva-

dor (2008) e no Peru (2011).

TRAJETÓRIA

Eleito pela primeira vez em 1988, como vereador em Ribeirão Preto, Palocci foi deputado estadual, deputado federal e prefeito de Ribeirão.

No governo Lula, comandou a pasta da Fazenda por três anos e foi um dos coordenadores da campanha vitoriosa de Dilma Rousseff à Presidência, em 2010, de quem foi ministro da Casa Civil.

OUTRO LADO

Advogado de ex-ministro diz que vai recorrer

DE CURITIBA

A defesa de Antonio Palocci informou que irá recorrer da sentença, e argumenta que o ex-ministro não interferiu para favorecer a Odebrecht.

"Não houve determinação direta ou intervenção do ex-ministro na licitação das sondas", afirmou à **Folha** o advogado Alessandro Silvério, que defendeu Palocci no caso.

Para o advogado, como não interferiu, o petista não tem como ser condenado por corrupção e lavagem de dinheiro, que seriam inexistentes.

A defesa argumenta que havia "política de governo" para incentivar empresas nacio-

mais a participarem das licitações do pré-sal, mas isso não significa que houve atos de corrupção a favor da Odebrecht.

"Se a atividade política está sendo considerada criminosa, essa é uma interpretação muito particular", disse.

Os defensores de João Santana e Mônica Moura, condenados por lavagem de dinheiro, afirmaram que os recursos foram recebidos "em decorrência de serviços de marketing efetivamente prestados". Delatores, eles cumprirão as penas previstas no acordo.

Já a defesa do ex-tesoureiro João Vaccari Neto disse que a decisão é "baseada exclusivamente em palavra de delator". Para o advogado Luiz Flávio Borges D'Urso, a condenação é injusta.

A Odebrecht, em nota, reafirmou o compromisso de colaborar com a Justiça.

Nas palavras de Moro, Palocci é um "homem poderoso", com "conexões com pessoas igualmente poderosas" capazes de influenciar o andamento do processo.

Em maio, o petista prestou depoimento a Moro, quando negou que tenha solicitado caixa dois à Odebrecht ou que tenha favorecido a empresa em troca de recursos ilícitos.

Na ocasião, disse que estava à disposição para apresentar "nomes, endereços e operações realizadas" de "interesse da Lava Jato".

O juiz se manifestou sobre o episódio na sentença e escreveu que as falas de Palocci, de que "teria muito a contribuir", "soaram mais como uma ameaça para que terceiros o auxiliem indevidamente para a revogação da [prisão] preventiva, do que propriamente como uma declaração sincera de que pretendia naquele momento colaborar com a Justiça".

ABSOLVIÇÕES

Na sentença, Moro absolveu Branislav Kontic, assistente do petista, e Rogério Araújo, executivo da Odebrecht — nos dois casos, por falta de provas.

A lista de condenações, porém, é maior, e inclui Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira; o casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura; o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto; e o ex-diretor da Petrobras Renato Duque. (ESTELITA HASS CARAZZAI E GABRIELA SÁ PESSOA)

Moro dá incentivo para ex-diretor delatar

Juiz estabeleceu que Renato Duque cumprirá cinco anos de prisão, mas tem de firmar acordo com Ministério Público

Determinação é inédita; atualmente, as penas de Duque somadas já chegam a 62 anos e 11 meses de detenção

DE CURITIBA

Na mesma sentença que condenou o ex-ministro Antonio Palocci, nesta segunda-feira (26), o juiz Sergio Moro concedeu um benefício ao ex-diretor da Petrobras Renato Duque: estabeleceu que, mesmo condenado, ele sairá da prisão após cinco anos em regime fechado.

O benefício, porém, está condicionado à celebração de delação premiada com o Ministério Público Federal, em negociação há meses.

A determinação, inédita, vale para todos os processos a que Duque responde na Justiça Federal do Paraná —são 13 no total. Atualmente, suas penas, somadas, chegam a 62 anos e 11 meses de prisão.

“Foi muito bom para ele, mas queremos mais e seguimos lutando”, disse à **Folha** o advogado de Duque, Antônio Figueiredo Basto.

O Ministério Público Federal informou que vai recorrer da concessão do benefício.

Para Moro, apesar da elevada culpabilidade, Duque



Geraldo Bubniak/AGB

O ex-diretor da Petrobras Renato Duque, que negocia um acordo de delação premiada

“prestou algumas informações relevantes sobre o esquema criminoso por parte de terceiros”, além de ter se comprometido a devolver € 20 milhões (quase R\$ 75 milhões) que estão em contas secretas no exterior.

Em depoimentos, Duque admitiu participação no esquema de corrupção na Petrobras e acusou o ex-presidente Lula de ter “pleno conhecimento” dos acertos ilícitos.

O benefício ao ex-diretor foi concedido com base na lei de lavagem de dinheiro, que dá liberdade ao juiz para conceder redução de pena a réus colaboradores ou confessos.

Mas ele pode ser revogado caso o acordo com a Procuradoria naufrague ou se ficar comprovado que Duque mentiu, estabeleceu Moro.

O magistrado ainda determinou que Duque apresente, em dez dias, uma declaração

de próprio punho de que abrirá mão do saldo das contas no exterior.

Na ação, Duque foi condenado a quatro anos de reclusão pelo crime de corrupção passiva. Na mesma sentença, o juiz também preservou as penas dos acordos de delação de outros réus colaboradores, como Marcelo Odebrecht e João Santana.

Duque está preso no Paraná desde março de 2015. (rc)

Especialistas criticam atitude de magistrado

MARIO CESAR CARVALHO DE SÃO PAULO

O juiz Sergio Moro errou ao condicionar um benefício ao ex-diretor da Petrobras Renato Duque ao fechamento de acordo de delação com procuradores, segundo dois especialistas ouvidos pela **Folha** —o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp e o professor de direito da USP Gustavo Badaró.

Na sentença, Moro diz que Duque cumprirá pena de cinco anos em regime fechado se celebrar o acordo e devolver € 20,6 milhões que tem na Suíça.

“O juiz não tem que se meter em delação. O acordo é uma negociação entre o Ministério Público ou a polícia e o investigado”, diz Dipp, autor de um livro digital sobre delação e incentivador do trabalho de Moro quando estava no STJ.

Há outro problema na sentença, segundo ele: antes de ser homologado pela Justiça, o acordo não tem

existência legal, é apenas uma carta de intenções.

Segundo Dipp, Moro está antecipando benefícios que ele não poderia conceder. “Os benefícios do acordo são acertados entre o Ministério Público e o investigado. O juiz não pode antecipar benefícios porque ele não sabe o que está sendo negociado. Ele promete algo que não pode entregar”.

Badaró afirma que o juiz violou a lei ao incentivar que Duque faça o acordo. “A lei veda que o juiz tome qualquer parte no acordo de colaboração. Ao oferecer um incentivo, ele violou esse vedação legal. É um exemplo claro de como o juiz Moro perde a imparcialidade em certos episódios”.

Outro erro, segundo Badaró, é que Moro proferiu uma sentença com condições, algo que não existe no Código Penal”.

Para o professor, o juiz está fazendo pressão psicológica para o réu fechar o acordo. “Isso não é papel do juiz. O acordo é um contrato entre os procuradores e o réu. Ao juiz cabe apenas aferir se o acordo não violou nenhuma lei”.

Procurado, o juiz não quis se manifestar.

Candidatos a procurador-geral fazem promessas corporativas

Pauta inclui incorporação de auxílio-moradia a inativos

NICOLA PAMPLONA DO RIO

Enquanto as atenções da população se voltam para suas opiniões a respeito do combate à corrupção, os candidatos à Procuradoria-Geral da República se comprometem com a ampliação do polêmico auxílio-moradia, em uma tentativa de angariar votos.

A eleição, nesta terça (27), escolherá três nomes para compor a lista que será apresentada ao presidente Michel Temer para a escolha do substituto de Rodrigo Janot, cujo mandato vence em setembro. Oito candidatos disputam o voto dos cerca de 1.300 procuradores federais do país.

Entre as propostas administrativas apresentadas aos eleitores, é consenso a busca por paridade de vencimentos entre ativos e inativos.

Nesse sentido, a proposta principal é incorporar aos salários o auxílio-moradia, que

garante R\$ 4.377 por mês a cada um deles desde 2014, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux garantiu o benefício a todos os membros do Judiciário.

O pagamento é feito mesmo se o procurador mora em casa própria, o que vem sendo questionado por ação que aponta um “nítido caráter remuneratório”.

Esse é justamente o argumento para estender o benefício. “O auxílio-moradia perdeu a natureza indenizatória, passando a ser uma parcela remuneratória, uma vez que está sendo concedido em caráter geral”, justifica a candidata à PGR Sandra Cureau.

De maneiras diferentes, o tema é citado nas propostas oficiais de quatro candidatos —Carlos Frederico dos Santos, Ela Wiecko, Mario Bonsaglia e Raquel Dodge.

Bonsaglia, por exemplo, já afirmou que “a paridade remuneratória, de direito e de

fato, entre ativos e inativos, (...) merece especial atenção”.

Em debate no Rio na semana passada, outros três defenderam a concessão aos aposentados. Nicolao Dino, por exemplo, diz que a perda salarial após a aposentadoria é “grave disparidade” e prometeu “instituir mecanismos para trazer o auxílio-moradia para dentro da remuneração”.

“O desnível salarial entre ativos e inativos dá mais ou menos R\$ 10 mil por mês. Não é justo que, depois de 40 anos de contribuição, se perca esse benefício”, argumenta Eitel Santiago. Questionado se não via privilégios com relação a outras carreiras, disse que “algumas têm que ganhar mais do que as outras”.

Em maio, o MPF tinha 195 inativos, com remuneração líquida média de R\$ 24.743. Se o auxílio-moradia for incorporado, o custo adicional com esses aposentados seria de R\$ 853 mil por mês.

CONHEÇA OS CANDIDATOS

Quem concorre à chefia da Procuradoria-Geral da República



Ela Wiecko
É subprocuradora-geral da República e docente na UnB. Atua no STF em matéria cível. Deixou de ser vice de Janot após participar de protesto anti-impeachment



Franklin da Costa
É subprocurador-geral da República, tendo sido procurador dos direitos do cidadão e eleitoral e professor na UnB. É tido como “outsider”



Mario Bonsaglia
É subprocurador-geral com atuação criminal no STJ e vice-presidente do Conselho Superior do Ministério Público. Em 2015, ficou em 2º lugar na lista tríplice



Raquel Dodge
É subprocuradora-geral com atuação no STJ na área criminal e é ligada a temas relacionados ao consumidor. Faz oposição a Janot e, em 2015, ficou em 3º na lista tríplice



Sandra Cureau
É subprocuradora-geral e já foi vice-procuradora-geral e vice-procuradora-geral eleitoral com atuação perante o STF e o TSE. Declara-se de oposição a Janot



Carlos Frederico Santos
É subprocurador-geral com atuação na área criminal no STJ e membro do Conselho Superior do MPF. Concorreu em 2015, quando fez oposição a Janot



Eitel Santiago Pereira
É subprocurador-geral, atua no STJ e leciona direito da UFFB. Concorreu pela última vez em 2009 e é mais conhecido entre os procuradores mais antigos



Nicolao Dino
É subprocurador-geral, vice-procurador-geral eleitoral e professor na UnB. Mais próximo de Janot, pediu cassação da chapa Dilma-Temer no TSE

Com reparo precário de semáforos, gestão Doria espalha cones por SP

Sem contrato de manutenção há seis meses, imprevisto da CET vira cenário fixo em cruzamentos

Paliativo atinge de via local a avenida grande; empresa municipal diz que fará novo acerto para resolver problema

FABRÍCIO LOBEL
DE SÃO PAULO

Há quase seis meses sem contrato de manutenção de semáforos e em meio ao apagão constante desses equipamentos, a cidade de São Paulo, sob a gestão João Doria (PSDB), teve uma proliferação de cones e cavaletes para bloquear cruzamentos.

O que seria um recurso emergencial e temporário da CET (Companhia Engenharia de Tráfego) já se consolidou no cenário fixo de ruas locais a grandes avenidas centrais, como a Rio Branco, ameaçando motoristas e pedestres.

Por lá, num trecho de apenas 700 metros, mesmo com a presença de corredor de ônibus, quatro vias transversais eram bloqueadas nos últimos dias por cones e cavaletes devido à pane semafórica.

“Por aqui, se o semáforo funcionar, os motoristas até se espantam. Estão acostumados a passar reto mesmo”, afirma Carlos Silva, 60, operador de estacionamento.

Além de inviabilizar a travessia em alguns momentos, a desordem no trânsito se espalha: motociclistas fazem manobras bruscas para desviar de cavaletes; até um carro da Polícia Civil foi visto pela reportagem subindo no

canteiro central para driblar a sinalização improvisada.

“Parece que a prefeitura prefere colocar um cone em vez de arrumar o problema”, desabafa o taxista Claudinei dos Santos, 38, diante da mesma situação perto dali, no largo do Arouche (centro).

“Vira e mexe alguém chuta o cone, joga pra lá. A gente vai e coloca ele no lugar de novo”, diz Carmelita Nunes, 32, funcionária de uma banca de jornal, sobre o cone que substitui há meses o semáforo na esquina da rua das Palmeiras com a Martim Francisco, em Santa Cecília (centro).

Até na Jacu-Pêssego (zona leste), uma das dez avenidas com mais mortes no trânsito em 2016, havia bloqueio com cones e cavaletes da CET na altura da rua São Francisco do Piauí para desviar os ônibus na última semana.

“A avenida é muito movimentada, e nesse trecho não há radares. Motorista e pedestre têm que disputar espaço para atravessar”, reclamava a empresária Helma Zaia, 42.

TROPEÇOS

A gestão Doria diz que a contratação dos serviços de manutenção dos semáforos está a caminho, mas não fixa prazo para retomar os trabalhos e diz que a situação é agravada pelo furto de cabos (leia nesta pág.). Enquanto isso, improvisa suas equipes.

O primeiro edital foi divulgado pela CET apenas em março —a cidade já vivia problemas diários com semáforos desligados desde janeiro.

O valor estimado da contratação era de R\$ 67 milhões.

O processo sofreu 13 questionamentos do Tribunal de Contas do Município e foi suspenso. Entre as falhas, a falta de detalhamento dos serviços e como eles seriam pagos.

Após mudanças na licitação, a gestão Doria organizou na última semana um pregão eletrônico. Mas uma falha no formulário de preenchimento fez com que a CET cancelasse esse pregão —e anunciasse um novo para 5 de julho.

O especialista em trânsito Luiz Carlos Mantovani Néspoli diz que a utilização de cones alerta ao motorista que “algo não está em conformidade na via” —e, por isso, é melhor do que nada. Mas eles não podem ser encarados como substitutos de semáforos.

“Não há condições humanas de garantir um marronzinho em cada um desses locais. Mas obviamente [cones e cavaletes] não substituem a necessidade do semáforo que controla o direito de passagem de cada um, organiza a fluidez e permite a travessia segura de pedestres.”

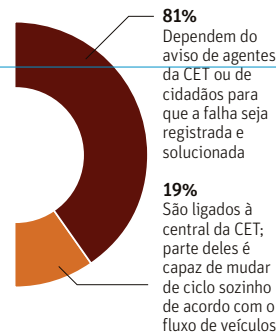
Nas ruas dos Gusmões e Vitória, os bloqueios com cones tiveram impacto até no fluxo de compradores do comércio eletrônico da região da Santa Ifigênia, no centro.

“O cliente que passaria do lado da minha loja, com o bloqueio, vai parar no meio da Santa Efigênia. Fico aqui isolado”, disse o comerciante Pedro Luiz de Lima, 57. “Isso é centro de São Paulo, mas a minha rua parece de bairro.”

SEMÁFOROS APAGADOS

Falta de manutenção prejudica sinalização na capital

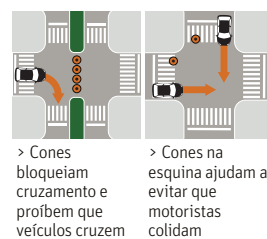
6.387 semáforos na cidade de SP



Falhas por dia Entre janeiro e março



Alguns bloqueios e desvios da CET



*Dados de até 17.mar Fonte: CET

OUTRO LADO

Rede sofre com furtos de cabos, afirma CET

DE SÃO PAULO

A CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) diz que a utilização de cones em cruzamentos de São Paulo visa alertar os motoristas e evitar acidentes.

Segundo a companhia, isso acontece, na maioria das vezes, em locais com muitos casos de roubo e furto de cabos e controladores (computadores) de semáforos, como no centro.

Nos cruzamentos de maior impacto ao sistema viário da capital paulista, a CET afirma manter presença constante de agentes.

A gestão João Doria (PSDB) disse que assumiu no começo do ano sem um contrato de manutenção da rede e que, “diante do cenário encontrado”, preparou um edital de contratação em curto espaço de tempo e com orçamento reduzido.

A companhia de trânsito afirma ainda que mantém 16 equipes próprias em trabalho 24 horas por dia para verificar as falhas “no tempo mais breve possível”.

Além da presença dos agentes, a CET disse à reportagem que conseguiu negociar com as prestadoras de serviço do último contrato a prorrogação da garantia de alguns aparelhos da cidade.

Segundo a administração, a futura licitação colocará mais equipes nas ruas. As empresas vencedoras terão até duas horas para chegar ao semáforo com defeito. O tempo de reparo do aparelho, no entanto, dependerá da gravidade do problema detectado.

Cronologia

- 2013** Haddad (PT) contrata reforma de R\$ 222 mi para 80% da rede semafórica
- Dez.2016** Fim do contrato de manutenção
- Mar.2017** Após quase três meses sem contrato, gestão Doria lança edital para manutenção
- Abr.2017** TCM (Tribunal de Contas do Município) faz questionamentos que paralisam a concorrência
- Jun.2017** Liberada pelo TCM, prefeitura abre pregão on-line para concorrência, mas uma falha técnica faz com que ela seja cancelada
- 5.jul.2017** Prefeitura realizará nova rodada do pregão para decidir quais empresas farão a manutenção

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@grupofolha.com.br

www.folha.com/tendencias

Um acerto com o futuro

ROBSON BRAGA DE ANDRADE E PEDRO WONGTSCHOWSKI

Quando decidimos lançar a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), em 2008, éramos poucos. Hoje reunimos centenas de empresas e lideranças comprometidas com o futuro, que assumem riscos, inovam e movem o Brasil.

Fizemos mais. Alcançamos parte do que nos propúnhamos no Manifesto pela Inovação de 2009. Nele, firmamos compromisso de vencer esse desafio.

É papel do setor privado ser o protagonista desse projeto. É nossa responsabilidade, pois inovação é o pilar do sucesso de cada empresa, uma exigência dos consumidores e uma alavanca para a competitividade.

Colaborando com o setor público, melhoramos nossas políticas, ganhamos foco e estimulamos uma cooperação inédita entre agências públicas, como o Inova Empresa. Criamos instrumentos, como a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e os institutos Senai de inovação, e fortalecemos a educação profissional.

Mas o quadro mudou, e muito, com a crise. Nosso plano, hoje, para empresas, sociedade e governo, é necessariamente um ajuste de contas: regras rígidas para os orçamentos futuros, compromisso com a responsabilidade fiscal, reforma trabalhista e reforma da Previdência.

São medidas para dar um rumo ao país e retomar o crescimento. Essa era uma agenda esquecida, mas sem a qual o nosso futuro será duvidoso e incerto, não nos permitindo diminuir pobreza e desigualdades.

Estamos fazendo um grande ajuste de contas com o passado. Agora, precisamos saber como será nosso acerto com o futuro. Uma nova e dramática revolução industrial bate à nossa porta. Não estaremos alheios a ela. Se nada fizermos para nos adequar às mudanças, essa revolução nos condenará ao esquecimento.

A digitalização da manufatura, a rastreabilidade dos processos, a computação em nuvem e a robótica colaborativa, entre outros processos que são a base da indústria 4.0, dão margem à integração entre o mundo real e o digital.

O redesenho do chão de fábrica, das cadeias de suprimento e da logística traz ganhos extraordinários de produtividade e permite customizar a produção, além de atender a transformações na demanda. A manufatura aditiva, a internet das coisas e a inteligência artificial potencializam tudo isso.

Nova e dramática revolução industrial bate à nossa porta. Se nada fizermos para nos adequar à mudança, seremos condenados ao esquecimento

Essas mudanças possibilitarão novos modelos de negócios e integração entre indústria e serviços. Transformarão todas as atividades econômicas e impactarão a estrutura de emprego e os requisitos de qualificação profissional. Exigirão políticas que minimizem os custos de transição.

O Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, que ocorre nesta semana em São Paulo, mostra que o setor privado brasileiro quer liderar essa modificação de atitude no Brasil, renovando os compromissos com nossas empresas e com o país.

Compromisso de se engajar na nova revolução industrial; compromisso de trazer a inovação para o plano estratégico das empresas; compromisso de difundir esses conceitos na cadeia de valor; compromisso de manter um diálogo aberto com o governo.

A revolução tecnológica que balança as estruturas de toda a economia nos coloca imensos desafios, mas traz oportunidades e possibilidade de criar novos negócios, de explorar alternativas novas e de construir novas trajetórias.

Isso requer coragem e determinação. Coragem de assumir nossas responsabilidades. Coragem de quem tem por missão aceitar riscos e inovar. Determinação de perseverar na Mobilização Empresarial pela Inovação.

ROBSON BRAGA DE ANDRADE, empresário, é presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria)

PEDRO WONGTSCHOWSKI, engenheiro químico, é vice-presidente do Conselho de Administração da Ultrapar

Diretas já é quebra de contrato

EDUARDO OINEGUE

Por estar associada a rupturas e a casuísmos praticados ao longo de nossa história, a eleição indireta tornou-se símbolo do descompromisso dos políticos brasileiros com a vontade popular.

O Marechal Deodoro, que fecharia o Congresso Nacional, prenderia políticos de oposição e censuraria a imprensa, foi eleito indiretamente em 1891, depois de proclamar a República e chefiar um governo provisório. Getúlio Vargas, que dissolveria o Parlamento, extinguiaria os partidos e instalaria no Brasil uma ditadura, também foi eleito de forma indireta em 1934.

A eleição indireta voltaria a ser empregada no ciclo militar de 1964, que depôs João Goulart e levou ao Palácio do Planalto cinco generais. E quando o Brasil achava que finalmente votaria para presidente na redemocratização, uma emenda propondo a eleição direta acabou derrotada e amargamos outra eleição indireta, que elegeu Tancredo Neves, em 1985.

Com a Constituição de 1988, a eleição indireta perdeu força. Já não pode ser utilizada, como antes, para iniciar mandatos, apenas para complementá-los. E num único caso: quando os cargos de presidente e de vice ficam vagos a partir do terceiro ano de governo. Antes disso, a sucessão se faz pela via direta.

O Brasil está mergulhado numa crise inédita. Tivemos uma presidente impedida; o vice, tornado pre-

Aceitar a emenda das diretas é anunciar que a vontade da maioria do Parlamento de hoje se sobrepõe à vontade da maioria dos eleitores de ontem

sidente, enfrenta a delação mais do que premiada dos irmãos Batista, e quase duas dezenas de governadores e uma centena de parlamentares estão envolvidos em denúncias.

Em meio ao desacerto, o que surge como solução milagrosa proposta por vozes coroadas? As diretas já.

A ideia é bem simples. O Congresso Nacional aprova uma emenda constitucional introduzindo diretas já. Em seguida, alguém pede a Temer que “adote um gesto de grandeza”, como foi dito, e renuncie. Pronto. Poderemos então escolher um novo presidente que, esse sim, representará os brasileiros.

O projeto, se é que se pode chamar isso de projeto, contém inúmeras fragilidades, a começar por duas bem objetivas. Primeira: nosso desafio não é aprovar mais uma reforma constitucional, mas operar uma revolução ética. Segunda: em todas suas manifestações, Temer tem deixado claro que não renunciará.

Mas tudo bem. Imaginemos, para efeito de raciocínio, que Temer concordasse em deixar o Planalto. Ainda assim, a emenda representaria uma dupla agressão.

Agressão à Constituição, que pre-

vê claramente a eleição indireta para este momento teórico. E, por mais paradoxal que pareça, agressão à soberania popular.

Ao votar em 2014, os eleitores firmaram um contrato, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2015 e vale até 1º de janeiro de 2019. Todas as cláusulas desse contrato estão sendo cumpridas, até aquela que derrubou a presidente por pedalada fiscal. E país sério não quebra contratos.

Aceitar a emenda das diretas é anunciar ao Brasil que a vontade da maioria do Parlamento de hoje se sobrepõe à vontade da maioria dos eleitores de ontem.

Eleição indireta não tem virtudes, nem defeitos. Tem características. No sistema parlamentarista, que muitos defendem para o Brasil, os primeiros-ministros são escolhidos indiretamente pelos parlamentares. E nos Estados Unidos a eleição também é indireta. Os eleitores escolhem delegados, e estes, o presidente.

A democracia existe para, de forma estável, garantir uma sociedade livre. E a sociedade só é livre quando os governantes estão obrigados a observar regras que não mudam ao sabor dos ventos.

Impressiona a lista de iluminados defendendo o contrário.

EDUARDO OINEGUE, jornalista, é sócio da Análise Editorial, consultor de empresas e colunista da Rádio Bandeirantes e da Band News FM. Foi redator-chefe de “Veja” e diretor de Redação da revista “Exame”

PAINEL

DANIELA LIMA

painel@grupofolha.com.br

Tudo ou nada

O Planalto vai apostar em diversas frentes para tentar desqualificar as denúncias de Rodrigo Janot contra Michel Temer. A defesa do presidente vai questionar a interpretação da PGR sobre trechos da conversa entre ele e Joesley Batista, para sustentar que, sem fatos, o procurador-geral se apoiou em ilações. Em outra ofensiva, vai levantar dúvidas sobre a perícia da PF que descartou edição no áudio. Ricardo Molina, que fez laudo para o peemedebista, será escalado para falar do assunto.

Tu o dizes Aliados de Temer também vão confrontar o grampo de Joesley Batista com entrevista que o empresário concedeu à “Época”. À publicação, disse que o presidente não tinha cerimônia para pedir dinheiro. Mesmo assim, sustentam, não falou abertamente de valores quando esteve no Jaburu.

Aguardar e conferir Aliados de Temer no Congresso marcaram conversas a partir desta quarta (28) para reavaliar a situação do presidente, já com a denúncia oferecida por Rodrigo Janot em mãos.

Álibi Na noite deste domingo (25), às vésperas da apresentação da denúncia da PGR por corrupção passiva o presidente telefonou a senadores. Pediu apoio para a reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário do Senado.

Anéis e dedos Operadores do mercado financeiro dizem que investidores aguardam o arrefecimento da crise e só esperam uma reforma da Previdência substancial em 2019. O apoio do PIB ao presidente será revisto se, para ficar no cargo, ele abrir a torneira dos gastos.

Para a plateia O presidente da OAB, Cláudio Lamacchia, cobra que o procurador Deltan Dallagnol apresente os nomes dos que o contrataram para palestras. “A sociedade tem o direito de saber quem são e quanto ele recebe por elas. O princípio da transparência vale para todos.”

O dia seguinte A projeção de Lula no último Datafolha deu fôlego aos que pregam a politização do embate com o juiz Sergio Moro. A ordem é reforçar o discurso de que não há provas para condenar o petista e que ele é alvo de perseguição. A tese colou no eleitorado lulista.



Vermelhou Ao comentar a pesquisa com aliados, Lula brincou que vive bom momento. A notícia da liderança nos cenários de primeiro turno veio logo após o Corinthians assumir distância recorde dos adversários na dianteira do Brasileiro.

Amado mestre Um grupo de deputados do PSDB desembarcou nesta segunda (26), em São Paulo, para falar com o governador Geraldo Alckmin. Eles pediram ao presidenciável atitude mais incisiva sobre a manutenção do apoio a Temer.

Bom para quem? Dirigentes do PSDB chamaram de “constrangedor” o artigo publicado por Fernando Henrique Cardoso na **Folha**. Dizem que só dois nomes seriam beneficiados por eleição antecipada: Lula e Jair Bolsonaro.

Fui! Pessoas próximas dizem que, ao pedir um gesto de “grandeza” de Temer, FHC quis deixar claro que o peemedebista não deve mais contar com ele. A ala que quer o desembarque comemorou.

» com THAIS ARBEX e JULIA CHAIB

“ **tiroteio**

O engenheiro que construiu o Titanic disse que nem Deus o afundaria. Agora resta saber quem ficará no navio naufragado do Temer.

DO DEPUTADO JULIO DELGADO (PSB-PE), sobre a fala do presidente nesta segunda (26), antes de ser denunciado, de que “nada destruirá” o governo.

“ **contraponto****Se ela dança, eu danço**

Em audiência da Comissão de Direitos Humanos, na semana passada, o senador Romário (PSB-RJ) pediu a palavra para incluir um requerimento na pauta.

— Existe um grupo com mais de 20 mil assinaturas para criminalizar o funk, e eu, como carioca nato e eterno funkeiro, faço questão de defender essa bandeira aqui.

O senador Paulo Rocha (PT-AC) não perdeu a oportunidade e perguntou:

— O senhor dança?

— Também! — respondeu Romário, aos risos.

O pedido de audiência para discutir o tema foi aprovado e inclui convites a artistas como Anitta.

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Eleitores à deriva

Pesquisa Datafolha mostra como se fragmentaram as intenções de voto entre os que optaram por Dilma ou Aécio na disputa de 2014

A disputa presidencial de 2014 mostrou um grau inédito de divisão no eleitorado do país, evidenciado pela estreita margem pela qual Dilma Rousseff (PT) superou Aécio Neves (PSDB).

Não será exagero, ainda, apontar que o pleito demarcou com razoável nitidez preferências partidárias e ideológicas dos votantes.

Em especial porque a candidata vitoriosa conduziu sua campanha, de modo tão agressivo como inconsequente, a demonizar adversários e quaisquer sugestões de reformas econômicas de teor liberal —que ela própria se viu obrigada a propor no segundo mandato que não concluiu.

É portanto particularmente esclarecedor verificar como essas duas fatias do eleitorado, dilmistas e aecistas de quase três anos atrás, contemplam agora suas opções para a corrida ao Planalto em 2018.

No primeiro grupo, menos da metade (46%) mantém a intenção de votar no PT quando o nome apresentado é o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo a mais nova pesquisa Datafolha.

O percentual cai a míseros 3% quando o candidato petista é Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo —e a legenda, devastada pelo mensalão e pela Lava Jato, não

dispõe de outras hipóteses palpáveis o bastante para serem consideradas na pesquisa.

No campo da centro-direita, a fragmentação é maior. Entre os que votaram em Aécio, hoje descartado dos cenários eleitorais plausíveis, não mais que 20% se inclinam por um tucano —e é o neófito João Doria, sucessor de Haddad, quem obtém a melhor marca.

No mesmo conjunto de entrevistados, o ultradireitista Jair Bolsonaro, do irrelevante PSC, consegue de 21% a 27% das intenções, a depender dos oponentes.

É evidente que, dada a distância do pleito, os números ainda dizem muito pouco sobre as chances de uns e outros. O que eles demonstram, com eloquência, é o impressionante esvaziamento dos principais partidos e a ausência, ao menos até aqui, de alternativas claras capazes de preencher as lacunas.

Marina Silva (Rede), derrotada nas duas últimas disputas, lidera nos cenários que excluem Lula, com até 27% entre todos os ouvidos. Declarações espontâneas de voto na ex-senadora, porém, não passam de 1% (Bolsonaro tem 8%).

O cacique petista mantém-se competitivo, com 30% das intenções gerais e liderança folgada no Norte e no Nordeste. Mas, sendo réu em cinco ações penais, a própria possibilidade de tornar-se candidato suscita dúvidas.

Ademais, os brasileiros que o rejeitam, 46% do total, compõem a parcela provavelmente mais decisiva de um eleitorado à deriva.

HÉLIO SCHWARTSMAN

Extinção KT

SÃO PAULO - A extinção dos dinossauros na passagem do Cretáceo (K) para o Terciário (T) abriu uma série de nichos ecológicos que permitiram que os mamíferos prosperassem. Minha impressão é que a Lava Jato deve desempenhar na política papel semelhante ao que teve a extinção KT sobre a biodiversidade.

A pesquisa Datafolha publicada segunda mostra Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro bem posicionados para o pleito de 2018, mas vejo-os como um par de tiranossauros que ainda perambulam pela Terra no final do Cretáceo, mas que não têm diante de si um futuro muito brilhante. Digo isso porque suas taxas de rejeição são elevadas —46% no caso de Lula e 30% no de Bolsonaro, que, entretanto, ainda é desconhecido por quase 40% do público.

Mais do que isso, o repúdio a esses dois candidatos, creio, é do tipo bem consolidado. Mesmo um bom marqueteiro teria dificuldade para torná-los palatáveis para a população que pegou raiva do PT ou que não com-

pactua com ideias de extrema direita. E, numa eleição em dois turnos como a nossa, postulantes com alta rejeição enfrentam dificuldades.

O teorema do eleitor mediano, embora de vez em quando pareça falhar, como foi o caso de Donald Trump, que venceu com um discurso radical, continua em vigor. A eleição nos EUA, vale frisar, não é em dois turnos. Na verdade, não é nem direta e, se ali vigorasse o princípio do “um homem, um voto”, Hillary Clinton teria triunfado com quase 3 milhões de sufrágios a mais que Trump. Um caso como o de Emmanuel Macron, que venceu na França justamente por ser o candidato não extremista e não metido em escândalos, me parece mais típico que o de Trump.

É claro que períodos turbulentos aumentam o risco de elegermos aventureiros, mas existe uma avenida ecológica para que surjam nomes capazes de fazer frente à dupla Lula-Bolsonaro. É preciso dar tempo para que o processo eleitoral os revele.

helio@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

Delatado, desmentido, denunciado

BRASÍLIA - Delatado, desmentido, denunciado. Michel Temer levou 40 dias para completar a cadeia dos três Ds. O ciclo se fechou nesta segunda com um fato histórico. Ele se tornou o primeiro presidente brasileiro a ser formalmente acusado de corrupção durante o exercício do cargo.

A delação de Joesley Batista veio à tona em 17 de maio. Além de acusar Temer de pedir propina, o empresário entregou uma fita em que os dois tratavam de assuntos espúrios no porão da residência oficial. Pouco depois da conversa, a polícia flagrou um assessor do presidente recebendo R\$ 500 mil em espécie. Ele devolveu o dinheiro e foi preso.

Num país mais sério, o chefe do governo não teria se mantido mais um dia no cargo. Como estamos no Brasil, Temer bateu pé e já resistiu outros 39. Ele chamou o patrocinador que frequentava sua casa de “bandido notório”, desafiou o procurador-geral da República e disse ter sido vítima de uma “armação”.

Ao se agarrar à cadeira, o presi-

dente passou ao segundo D. Passou a sofrer desmentidos em série, a cada nota oficial atropelada pelos fatos. Num dos episódios, Temer negou ter viajado com a família no jatinho de Joesley. A Aeronáutica se recusou a endossar a falsa versão, e ele foi forçado a admitir a carona.

Na sexta, foi a Polícia Federal quem desmontou o discurso do presidente. Ele repetia que a gravação da JBS era “fraudulenta”, e a perícia atestou que o áudio não foi editado.

Com a denúncia da Procuradoria, Temer avança outra casa e passa à fase da guerra total pelo mandato. Agora ele fará de tudo para tentar escapar do quarto D, de derrubado.



Depois de confundir reais com cruzeiros, Temer chamou empresários russos de “soviéticos”. A URSS acabou em 1991, e o presidente do Brasil lembra cada vez mais a personagem do filme “Adeus, Lenin!” que despertou de um coma sem saber que a Guerra Fria tinha terminado.

ALVARO COSTA E SILVA

João Saldanha, 100

RIO DE JANEIRO - João Saldanha, cujo centenário de nascimento comemora-se em 3 de julho, garantia —e ai de quem duvidasse dele!— que comeu poeira chinesa atrás de Mao Tsé-tung na Grande Marcha e no Dia D desembarcou na Normandia com o general Montgomery.

Saldanha também esteve, de 1950 a 1990, em todas as Copas do Mundo, como analista de futebol e torcedor. Contava que só perdeu a primeira, em 1930, no Uruguai, porque preferiu prestigiar uma corrida de cavalos em cancha reta, “a mais importante e célebre das fronteiras”, realizada perto do seu Alegrete (RS) natal. Também viu, em 1933, a grande vitória de Mossoró no primeiro Grande Prêmio Brasil de Turfe.

Segundo Rubem Braga, era “um cara que não perdeu o topete gaúcho e incorporou muito da malícia carioca”. Famoso no Brasil inteiro, costumava ser parado na rua. Menos no Rio. Aqui, era reconhecido, mas o sujeito fingia que não dava bola e esperava certa distância para gritar pelas suas costas: “O Botafogo não é de nada!”.

Dos múltiplos Joões —líder estudantil, dono de cartório, brigão, mitômano, comunista de carteirinha, jogador de basquete, ator de cinema, candidato a vice-prefeito, comentarista de rádio e televisão, cartola que levou Didi para General Severiano, selecionador das “feras” no Mundial do México, o Sem-Medo— destaca-se o cronista esportivo. Batucando nas pretinhas, foi, por excelência, o anti-Nelson Rodrigues. Ao hiperbólico e homérico de Nelson, Saldanha contrapunha o coloquial das esquinas. Escrevia como se estivesse conversando na roda de amigos da rua Miguel Lemos, em Copacabana.

Dicas de leitura: o recém-lançado “As Cem Melhores Crônicas” (Livros-deFutebol). Ou a nova edição de “Os Subterrâneos do Futebol” (Lacre). Meu exemplar autografado de “Meus Amigos” (Mitavai) emprestei e nunca mais vi de volta. Vida que segue.

NABIL BONDUKI

Enfrentar a desigualdade

A reportagem da **Folha** (25/6) sobre os decasségus — brasileiros descendentes de japoneses que foram trabalhar no país asiático nas “décadas perdidas” de 1980 e 1990— é muito oportuna. O drama desses emigrantes mostra que sair do país não é opção.

Catorze milhões de desempregados e autoestima em baixa (47% sentem vergonha do Brasil e só 7% aprovam o governo) explicam por que muitos pensam que a solução está no exterior. Entre 2011 e 2016, o número dos que foram trabalhar fora aumentou 130%, com tendência de crescimento.

O caso dos decasségus mostra o ônus dessa alternativa. Dos 400 mil que migraram para o Japão, metade foi forçada a voltar após a recessão de 2008 e o terremoto de 2011.

Os filhos desses emigrantes, levados ainda crianças ou nascidos lá, sofreram discriminação, bullying e desadaptação. Ao voltarem, não tinham identidade, referências culturais ou amigos. Mal sabiam ler e escrever em português.

Seus pais, após 20 anos de jornadas de até 16 horas e preconceitos, voltaram desempregados, desambientados e sem ter onde morar. Vivem dramas como alcoolismo e depressão.

Hoje, a situação é ainda mais difícil. O fluxo migratório explodiu, com refugiados de guerras e deslocados por problemas climáticos e econômicos. A intolerância e o xenofor-

bismo cresceram assustadoramente. Setenta muros cercam países receptores, como os EUA; em 2001, eram apenas 17.

Achar que nossa solução está no exterior é uma ilusão. O Brasil pode oferecer trabalho e qualidade de vida, pois é um dos países mais viáveis do mundo, com dimensão continental e posição estratégica.

O país tem baixa densidade demográfica, terra agricultável abundante, recursos naturais fartos, infraestrutura e parque produtivo estruturado. Cidadãos criativos, riqueza cultural e desenvolvimento científico e tecnológico. A maior biodiversidade do planeta, sem grandes catástrofes climáticas.

Muitos dizem que o problema são os políticos. Na verdade, nosso problema é uma elite econômica e social tosca e mesquinha, que controla o sistema político, em especial o Legislativo, para manter privilégios e uma das piores distribuições de renda do planeta.

Uma elite que acumula riqueza em vez de distribuí-la. Que deprada o ambiente para ampliar seu patrimônio. Que prefere ser rentista a investir na produção. Que sonega impostos, impedindo a garantia de direitos sociais. Que mantém privilégios no aparelho estatal e monopólio na mídia eletrônica.

A crise que atravessamos é uma oportunidade para o surgimento de um novo pacto político, que agregue parcelas expressivas da sociedade para formular um projeto de desenvolvimento capaz de alterar a secular desigualdade e dar um rumo para o país. Para tanto, a democracia é essencial.

NABIL BONDUKI escreve às terças-feiras nesta coluna.

DIÁRIO DO GRANDE ABC



Temer é o primeiro presidente da história do Brasil denunciado ao Supremo por corrupção

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, encaminhou denúncia contra o presidente Michel Temer (PMDB) ao

STF (Supremo Tribunal Federal) pelo crime de corrupção passiva. Com isso, se tornou o primeiro chefe de Nação a ser

denunciado ainda no cargo na história do País. A denúncia tem por base parte da delação premiada dos irmãos Joesley e Wesley

Batista, donos da JBS, que relataram ter o presidente consentido em receber propina em troca de vantagens à empresa. Pe-

los trâmites, a Câmara será consultada pelo Supremo para que autorize ou não a continuidade do inquérito no STF. *Política 4*

EM MAIO

Dados apontam diminuição nos números da criminalidade no Grande ABC

Segundo informações da SSP (Secretaria da Segurança Pública) do Estado, em maio deste ano houve redução nos índices de vítimas de homicídios, roubo e furto e roubo de veículos em comparação com o mesmo período de 2016. Foi registrado aumento apenas nos casos de furtos em geral, com oscilação de 0,35%. A maior queda ocorreu nos homicídios - 12,5%. *Setecidades 3*

S. Caetano veta empresa da Zona Azul de aplicar multa

Decreto que autorizava penalidade foi publicado pela administração anterior em novembro

Decreto do prefeito de São Caetano, José Auricchio Júnior (PSDB), publicado ontem revoga dispositivo que trata da aplicação de aviso de multa da Zona Azul na ci-

dade. Na prática, a decisão da administração municipal impede que funcionários da empresa que opera o sistema de estacionamento rotativo possam aplicar penalidades.

A possibilidade surgiu com decreto do ex-prefeito Paulo Pinheiro (PMDB), de novembro, que permitia colocar no para-brisa dos veículos um talão com dez cartões de

R\$ 2 - no total, R\$ 20 - a quem ultrapassasse o período de tempo autorizado de estacionamento. Se o motorista não comprasse, ficava sujeito a multa. *Política 3*



INCOERÊNCIA. Justiça indica que apenas autoridades teriam direito a multar os carros, no caso as polícias Militar e Civil, agentes de trânsito e da Guarda Civil Municipal

CONSUMIDORES

Desconto para quem paga em dinheiro está amparado em lei

O presidente Michel Temer (PMDB) sancionou, ontem, lei que concede desconto para o consumidor que pagar suas compras em dinheiro. Os comerciantes são obrigados a manter em local visível os abatimentos oferecidos. *Economia 6*



BENEFÍCIO. Consumidores devem pagar menos ao usar dinheiro na transação

SÃO BERNARDO

Secretário de Marinho adita contrato sem apoio jurídico

Então secretário de Transportes e Vias Públicas do governo do ex-prefeito Luiz Marinho (PT), Oscar José Gairo Silveira Campos ignorou reco-

mendações da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania ao prorrogar contrato para gerência do pátio de veículos de São Bernardo. *Política 4*

NÃO É GREVE GERAL

Sindicatos iniciam 'calendário de lutas' e Metrô pode aderir ao movimento na sexta

Centrais sindicais vão promover a partir de hoje paralisações e mobilizações contra reformas da Previdência e trabalhista. *Economia 6*

TRANSPORTE PÚBLICO

Licitação é suspensa pela Justiça, edital atrasa e Suzantur segue na Vila Luzita

A subconcessão de linhas de ônibus na Vila Luzita vai atrasar, pois a Justiça suspendeu licitação para estudo sobre o transporte. *Setecidades 1*

ÍNDICE

Política/Economia	4
Setecidades	4
Esportes	4
Cultura&Lazer	4
Imóveis	2
Emprego&Oportunidades	2

Nesta edição 22 páginas

EDITORIAL

Nunca antes na história

COLUNAS

QUESTÃO DE EMPREGO: Expressão corporal *Economia 6*

CENA POLÍTICA: Tabela de Doria e Paulo Serra *Política 4*

MEMÓRIA: E com vocês o Hotel Cavalão Branco *Setecidades 2*

Festival do Chocolate tem João Carlos Martins na abertura em Ribeirão

Evento volta ao calendário da cidade no dia 22 e, além do maestro, terá atrações como Tittas, Iral, Ultraje a Rigor e Inimigos da HP. *Cultura&Lazer 1*



Otávio Filho

Auricchio revoga aplicação do aviso de multa da Zona Azul

Decreto de prefeito de S.Caetano impede que agentes de concessionária executem penalidade; governo fala em legalidade

FÁBIO MARTINS
fabiomartins@dgabc.com.br

A gestão do prefeito de São Caetano, José Auricchio Júnior (PSDB), revogou ontem item que trata da aplicação de aviso de multa da Zona Azul na cidade. O decreto do tucano, formalizado nos *Atos Oficiais*, impede que a empresa detentora da concessão de exploração dos espaços de estacionamento rotativo execute essas penalidades. Isso porque, no próprio entendimento do Paço, a Justiça considera que as companhias vencedoras do processo licitatório, a rigor da lei, de acordo com decisões relacionadas ao caso, não têm competência para adotar esse tipo de medida.

“Analisando decreto de (nove) novembro do ex-prefeito Paulo Pinheiro, PMDB, em) 2016, identificamos certa incoerência em



VETADO. Agente privado não poderá mais aplicar multas na cidade

relação ao que a Justiça aponta sobre essa discussão, que indica que apenas autoridades teriam esse direito, no caso as polícias Militar e Civil, agentes de trânsito e GCM (*Guarda Civil Municipal*)”, sustentou o secretário de Mobilidade Urba-

na, Filinto de Almeida Teixeira. “Na nossa avaliação, por isso fiz essa sugestão ao prefeito, quem tem essa competência para tomar essa providência justamente são agentes públicos, e não privados.”

O edital de concorrência da



FILINTO. Debate agora é sobre devolução dos valores já pagos

Zona Azul, datado de 2015, não previa sanção, só que, no fim do ano passado, já após o período eleitoral, Pinheiro publicou novo decreto, criando uma espécie de penalidade educativa. O Executivo regulamentava, até então, procedi-

mento que permitia à empresa concessionária, por exemplo, colocar no para-brisa dos veículos um talão, com dez cartões de R\$ 2 – correspondendo, portanto, a R\$ 20 –, aqueles que ultrapassarem período de tempo delimitado. Os moto-

ristas que comprassem o bloco não receberiam a punição. Ficava facultativo. Caso contrário, seria aplicada multa.

“Temos que nos ater à legalidade”, ponderou Filinto, ao admitir que o Palácio da Cerâmica deve sofrer prejuízo com a medida. “Talvez, mas como técnico, prefiro ficar com a questão legal”, disse. A mudança na lei, segundo o secretário, não abre precedente ao motorista permanecer no local rotativo “ao seu bel-prazer”. “Objetivo da Zona Azul continuará sendo cumprido, que é promover o rodízio no espaço. O cidadão permanece tendo que respeitar o horário, deixando as multas a critério das autoridades competentes, que já possuem essa atribuição, mas que é secundária.”

Há informações de que o vereador governista Tite Campanella (PPS) entrou com representação no Ministério Público questionando a punição que era cobrada. A ação requeria providências em relação a eventual irregularidade. Com a decisão de Auricchio, não se sabe ao certo como ficarão as sanções já aplicadas anteriormente. “Esse ponto não é pacífico. Demanda outra análise, podendo os recursos serem encaminhados para um fundo por conta de credor não identificável”, concluiu Filinto.

REAJUSTE SALARIAL DO FUNCIONALISMO

Servidores rejeitam proposta do governo de Sto. André

Categoria vota contra plano do Prefeitura, que prometeu reposição da inflação durante mandato



VOTAÇÃO. Com negativa, funcionários indicam estado de greve

Em assembleia realizada ontem no anfitrião da Câmara, os servidores de Santo André rejeitaram a proposta do governo Paulo Serra (PSDB), que, a princípio, não prevê índice de reajuste salarial do funcionalismo público. Em apreciação da pauta em discussão, a categoria votou contra o texto do Paço, que alegou indisponibilidade financeira e orçamentária para conceder aumento aos vencimentos – a folha de pagamento gira hoje em torno de R\$ 50 milhões mensais. Na última agenda conjunta, a Prefeitura prometeu oferecer reposição da inflação do período durante o mandato.

Em encontro ontem com a comissão de funcionários e o

interventor do Sindserv (Sindicato dos Servidores Públicos) de Santo André, representantes do Paço asseguraram à categoria que, mesmo diante da grande crise financeira que a Prefeitura atravessa, não haverá perda real dos salários durante a gestão tucana. “A administração municipal se comprometeu a garantir durante o governo a reposição da inflação de 4,57% do presente ano, e também a apresentar um cronograma de pagamento que será elaborado e apresentado em até 60 dias”, alegou o Paço, por nota.

A categoria reivindicava o percentual de 4,57% – medido pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Am-

plio) –, mais 11% de reposição das perdas salariais de exercícios anteriores. Com a negativa – cerca de 150 pessoas participaram do pleito –, os servidores deram crivo favorável para iniciar estado de greve. “Essa proposta de apresentar estudo em dois meses não nos dá garantia. É vago, inviável. Nós tentaremos manter negociações por meio de comitê para, ao menos, conseguir a inflação”, afirmou Carlos Alberto Pavan, funcionário da GCM (Guarda Civil Municipal). Diferentemente do exercício passado, último ano do governo Carlos Grana (PT), o Paço confirmou acordo para o pagamento de 50% do 13º salário ainda neste primeiro semes-

tre. “A primeira parcela será paga de forma antecipada nesta sexta-feira, conforme demanda encaminhada pelo sindicato. Além disso, o valor da cesta básica terá um aumento de 15,57% a partir da data base de 1º de abril”, ponderou a Prefeitura.

OUTRAS PREFEITURAS

Com crise nas contas públicas municipais, além de Santo André, outras três prefeituras do Grande ABC já indicaram que não haverá reajuste aos servidores neste ano. Os governos de Diadema, Mauá e Ribeirão Pires também justificam como principal ponto problemas financeiros para congelar a folha. **FM**

APÓS GUERRA FRIA

Novo presidente do PT aguarda unir antiga e nova gerações do partido em Rio Grande da Serra

Almeida Freire tomou posse na sexta; sigla sonda Cleson e Ramon

VINICIUS BARBOSA
Especial para o Diário
viniusbarbosa@dgabc.com.br

Empossado na sexta-feira como presidente do PT em Rio Grande da Serra, Almeida Freire disse que um dos principais objetivos é unir a nova e a antiga gerações de militantes.

A legenda se dividiu nos últimos anos, principalmente entre os aliados do ex-prefeito Ramon Velásquez e o ex-vereador Claudinho da Geladeira. O clima de guerra fria provocou saídas do petismo

– como a do ex-parlamentar Cleson Alves, que concorreu ao Paço pelo PMB em 2016.

Nos bastidores da sigla é comentada a possibilidade de retorno de Cleson ao partido, bem como convencer Ramon a voltar a militar em Rio Grande – nos últimos anos, o ex-prefeito dedicou seu tempo a trabalhar em outras administrações públicas na Região Metropolitana.

Sobre o resgate do legado de Ramon, Almeida afirmou esperar pelo regresso do petista. “Eu o convidei para minha posse, porém não temos

a certeza que o ex-prefeito trabalhará junto a nós. Acreditado que ele já prestou seus serviços tanto para o PT quanto para a cidade de Rio Grande”. Sobre o convite ao retorno de Cleson, o novo mandatário declarou que nada há de concreto.

A Câmara de Rio Grande da Serra conta somente com dois vereadores petistas – Benedito Araújo e Marcelo Cabelheiro, ambos na oposição ao prefeito Gabriel Maranhão (PSDB).

O presidente do partido disse que tem acompanhado



RAMON. Afastado, trabalhou em outras gestões



CLESON. Concorreu a prefeito pelo PMB em 2016

as sessões e que os vereadores têm feito um bom trabalho de oposição. Ressaltou ainda que o atual governo deixa muito a desejar.

“A cidade possui muitos problemas, que são difíceis para serem resolvidos, porém existem outros proble-

mas que podem ter uma solução rápida e mesmo assim não são resolvidos. Parece que o prefeito Gabriel Maranhão tem problemas para trabalhar com sua gestão”, justificou Almeida.

Apesar da crise política que o PT vem passando, Al-

meida, que é militante do partido há 20 anos, está otimista e espera ajudar a sigla a ganhar espaço novamente em Rio Grande da Serra. “Temos que ouvir o que a população tem a dizer e manter a ideologia partidária de trabalhar com o povo e para o povo.”

Secretário de Marinho aditou contrato sem aval jurídico

Oscar Gameiro, de Transportes, estendeu acordo de pátio de veículo com restrições em S.Bernardo

RAPHAEL ROCHA

raphaelrocha@dgabc.com.br

Secretário de Transportes e Vias Públicas do governo de Luiz Marinho (PT) em São Bernardo, Oscar José Gameiro Silveira Campos ignorou recomendações da Procuradoria-Geral do Município e da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania ao prorrogar contrato com a Octágono Serviços, responsável pela gestão do pátio de veículos da cidade, a dois dias do encerramento da gestão petista.

O **Diário** teve acesso a documentos que mostram a movimentação, já no fim do governo, para aditar o contrato com a Octágono por mais dez anos. A companhia gerencia o pátio desde 2007, em acordo assinado na gestão de William

Dib (sem partido), no valor de R\$ 7,7 milhões. Com prorrogação, ficará na cidade até 2027.

Em setembro, Oscar encaminhou ofício à direção da Octágono dizendo que o município tinha interesse em reaver a área no Grande Alvarenga utilizada pela empresa caso não houvesse a renovação da parceria. O acordo se expiraria em março de 2017, portanto, seis meses depois dessa notificação de Oscar à empresa.

No dia 28 de dezembro, um parecer da Secretaria de Administração – então comandada por Augusto Pereira – apontou inconsistências do pedido de aditamento contratual. O questionamento principal foi sobre os valores que seriam cobrados de veículos da polícia judiciária apreendidos. A projeção era de spender, com a re-



OPERAÇÃO. Octágono gerencia serviço em S.Bernardo desde 2007

novação do convênio, R\$ 1,7 milhão ao ano.

“As justificativas apresentadas pela unidade gestora não esclareceram todo conteúdo solicitado, entretanto o senhor secretário da Pasta (*de Transportes e Vias Públicas à ocasião, Oscar Gameiro*) solicita o prosseguimento dos trâmites referentes à prorrogação contratual por mais dez anos”, concluiu a Pasta de Administração, pedindo que a Procuradoria-Geral do Município se manifestasse.

Mesmo sem a recomendação favorável, Oscar assinou o aditamento contratual com a Octágono no dia 29 de dezembro. O documento, aliás, registra erros administrativos por parte do ex-secretário de Transportes, como a citação à CLM (Comissão de Licitações

e Materiais), departamento extinto por Marinho no fim de 2009. As testemunhas da prorrogação do acordo não eram servidores públicos, o que contraria as normas de contratos públicos.

No dia 2 de março, o prefeito Orlando Morando (PSDB) assinou decreto abrindo comissão para apurar esse aditamento contratual, grupo esse que tem escutado as partes envolvidas nesse trâmite. Um dos pontos investigados também é o fato de o TCE (Tribunal de Contas do Estado) não ter sido notificado oficialmente sobre a prorrogação do contrato.

A equipe do **Diário** não localizou Oscar e os responsáveis pela Octágono. A atual administração não retornou até o fechamento desta edição.



Tabelinha de Doria e Paulo Serra

Prefeito de Santo André, Paulo Serra (PSDB) esteve na lista de convidados a disputar um torneio de futebol organizado pelo Lide (Grupo de Líderes Empresariais), no Allianz Parque, estádio do Palmeiras. Entre os políticos, os chamados foram ele e também o prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), que foi presidente do Lide. Paulo Serra, na sexta-feira, estava eufórico em poder jogar com o correligionário. Mas, chegando lá, Doria era ausência – tinha viagem marcada a Miami, nos Estados Unidos. Só que Paulo Serra garante que sua presença foi notada. Trajando um uniforme vermelho, marcou um gol, de pênalti, e seu time foi campeão da competição. Quem jogou com o tucano diz que o prefeito andreense entende um pouco de futebol.

Bastidores

Dia do fico

Ex-vereador e ex-secretário de Cultura de Santo André, Tiago Nogueira foi ao diretório do PT para afastar qualquer possibilidade de saída do petismo. Seu nome foi ventilado para reformar os quadros do PDT de olho nas eleições do ano que vem, mas ele assegura que não deixará a legenda pela qual sempre militou. “Estou há 36 anos no PT”, resume ele, que também presidiu o PT de Santo André na época das administrações de Celso Daniel.



Pé do ouvido

Chamou atenção a conversa reservada entre a secretária de Habitação de Diadema, Regina Gonçalves (PV), com o deputado federal Alex Manente (PPS), durante evento da Prefeitura no fim de semana. Dizem que a verdade foi pedir ajuda de Alex para firmar dobrada eleitoral do ano que vem, quando o popular-socialista buscará reeleição e Regina tentará voltar à Assembleia Legislativa.

Lobby

Ainda em Diadema, há uma ala dentro do Água Santa que sugeriu o nome do ex-técnico do time Márcio Ribeiro para comandar a Secretaria de Esportes após o acordo selado com o governo do prefeito Lauro Michels (PV). Por enquanto o nome colocado para assumir a Pasta é o do radialista Paulinho Correria, também presidente municipal do PEN.

Comitiva

Comitiva de vereadores de São Caetano vai para Brasília e acompanhar a abertura da Casa do Grande ABC na Capital Federal. A cerimônia está marcada para amanhã. Estão na comitiva do Legislativo Ubiratan Figueiredo (PR), Maurício Fernandes (DEM), Sidão da Padaria (PMDB), César Oliiva (PR), Edison Parra (PPS) e o presidente da Casa, Pio Miello (PMDB). “Muitos projetos poderão ser viabilizados junto aos ministérios, garantindo a chegada de recursos federais ao Grande ABC”, diz Pio.

Vila São Pedro

Na quinta-feira, a Câmara de São Bernardo recebe sessão solene para celebrar os 30 anos da Vila São Pedro. A atividade foi sugerida pelo vereador Gordo da Adega (PCdoB), que tem a maior parte de seu eleitorado no bairro. A área passa por processo de regularização após anos de luta para melhorias no espaço.

Tucanato de cara nova

O PSDB de Diadema tem novo presidente. Trata-se do empresário Mamede Rasoul Salem, dono de um mercado na região do bairro Eldorado. Apesar de origem do setor privado, Mamede é conhecido na política municipal, principalmente por sua atuação como vice-presidente administrativo do Clube Atlético Diadema.

O GLOBO

TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2017 ANO LXXV - Nº 30640

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

NO DE JUNHO oglobo.com.br

A REPÚBLICA INVESTIGADA

TEMER É DENUNCIADO

‘Não há dúvida da corrupção’

Janot apresenta ao STF primeira denúncia contra o presidente

‘Nada nos destruirá’, disse o peemedebista em solenidade

Com base na delação premiada dos donos da BRS, revelada pelo GLOBO, o procurador-geral, Rodrigo Janot, denunciou o presidente Temer e seu ex-assessor Rocha Loures ao STF pelo crime de corrupção passiva. É a primeira voz na História do país que um presidente é denunciado durante o mandato. Para Janot, a mala com R\$ 500 mil entregue a Loures por diretor da BRS era para Temer, não deixando dúvida da prática de corrupção. Agora, o relator no STF, ministro Edson Fachin, decidirá se ouve a defesa de Temer ou se envia logo o caso à Câmara, que precisa autorizar ou rejeitar a instauração da ação penal. Relatório da PF sobre o crime de obstrução de justiça diz que Temer "incriminou" pagamentos ilícitos a Eduardo Cunha. **PÁGINAS 3 e 6**



Corrupção passiva. Temer no Palácio após receber credenciais de diplomatas estrangeiros e antes de se reunir com advogados e ministros para analisar a denúncia



— Ah! aqui, tudo bem...

MIRIAM LEITÃO
Denúncia deixa o governo mais perto do fim. **PÁGINA 18**

MERVIL PEREIRA
Para Janot, Temer não honrou o cargo que ocupa. **PÁGINA 4**

ANCELMO GOIS
Pelo 'Fora, Temer', artistas criam 'Kô, Vampiro'. **PÁGINA 10**

JOSÉ CASADO
País vê fracasso de políticos eleitos após a ditadura. **PÁGINA 16**

LYDIA MEDEIROS
Temer pagará o preço da própria salvação. **PÁGINA 2**

Governo recua de reter FGTS
PÁGINA 17

Homem forte dos governos Lula e Dilma, Palocci é condenado

Mesmo em defesa para tentar acordo de delação premiada, o ex-ministro Antônio Palocci foi condenado ontem pelo juiz Sérgio Moro a 12 anos e dois meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No

processo, Palocci é acusado de repassar US\$ 10,2 milhões da Odebrecht a João Santana e Mônica Moura, marqueteiros de campanhas dos ex-presidentes Lula e Dilma. Na sentença, Moro afirma que as declarações do ex-

ministro de que teria muito a contribuir com a Lava-Jato soaram como "ameaça" para que outros o auxiliassem a sair da prisão. O ex-ministro está proibido de exercer cargo ou função pública por 24 anos. **PÁGINA 7**

Bens de Cabral vão a leilão

A Justiça autorizou o leilão da casa de Mangaratiba do ex-governador Sérgio Cabral, avaliada em R\$ 8 milhões, de uma lanterna e de três carros. **PÁGINA 8**

Controle de gastos

Meirelles não abre mão de teto no Rio

O governador Pezão espera o aval da União para mandar novo projeto de limite de gastos dos poderes para votação na Assembleia Legislativa. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que não abre mão do teto para o socorro financeiro ao estado. **PÁGINA 10**

Acordo de paz

Ato na Colômbia põe fim a guerrilha

As Farc completaram ontem o processo de deposição de suas armas e hoje vão oficializar o fim da guerrilha, durante ato com o presidente Juan Manuel Santos. Em agosto, o grupo iniciará a transição para uma formação política. **PÁGINA 22**

Nós já éramos uma ponte financeira antes de a Golden Gate Bridge ser construída.

Golden Gate Bridge, inaugurada em 1937

175 ANOS

Mais importante do que tudo que se passa é como se passa por tudo.

Construindo pontes financeiras seguras por onde atravessam gerações.

Para mais informações, consulte nossos gerentes ou ligue para: 0800 106 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h30, exceto feriados.

Safra Private Banking

Instituto Brasileiro de Seguros

Control do Regulamento Safra (0001 001 0001, de 04 de 1990) sujeito à legislação. Apresentação e performance de investimentos sujeitos a riscos de taxa / RISC. Serviço de Atendimento ao Consumidor (0800 733 0310), disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ouvidoria: 0800 22 8888 (horário de atendimento de 9h às 18h, de seg. a sáb.).

ISSA PUBLICATION SALES MATERIAL. TÍTULO: SAFA - O ÚNICO BANCO DE INVESTIMENTO E MELHORES PRÁTICAS PARA A GESTÃO DE PORTFÓLIO. A PUBLICAÇÃO DE SAFA NÃO REPRESENTA PORTFÓLIO DE INVESTIMENTO OU RECOMENDAÇÃO DE INVESTIMENTO.

ESPORTES

Brasileiro Botafogo perde para o Lanterna

Mesmo jogando no Engenhão, o time foi derrotado pelo Avai por 2 a 0 e perdeu a chance de entrar no G-4. **PÁGINA 26**

SEGUNDO CADERNO

CONTRA O GLAMOUR DA MISÉRIA

Grupo colombiano que denunciou a exploração da pobreza no cinema ganha mostra no Rio.

DESORDEM URBANA

Vista grossa oficial

Guarda Municipal admite que só reprime camelôs durante operações programadas

RENAN RODRIGUES

renan.rodrigues@oglobo.com.br

Rua Conde de Bonfim, altura da Praça Saens Peña, dez da manhã de ontem. Cerca de 20 ambulantes tomam um trecho de aproximadamente 30 metros da calçada e vendem de tudo, de bolsas a tomadas, de biscoitos a brinquedos, de meias a descascadores de legumes. Entre bancas feitas com caixotes e pedaços de plásticos estendidos no chão, quatro guardas municipais conversam entre si, alheios à gritaria do comércio irregular no ponto mais movimentado da Tijuca. Ignorando tanto uma oferta de "três biscoitos por R\$ 5" como a reclamação de um idoso contra a ocupação do espaço, os agentes adotam uma postura que conta com o respaldo da prefeitura.

— Recebemos orientação para não reprimir, só precisamos colocar alguma ordem. O mais importante é não deixar que os ambulantes atrapalhem a saída do metrô — disse um guarda municipal, sem se identificar.

A Secretaria de Ordem Pública (Seop), responsável pela repressão ao comércio irregular durante a gestão do ex-prefeito Eduardo Paes, reconhece, em nota, que a Guarda Municipal passou a agir de outra forma: "Diante da crise econômica, os órgãos de fiscalização têm atuado mais na orientação, alertando os ambulantes sobre o uso indevido do espaço público".

CONCESSÃO DE MAIS LICENÇAS

Além de não reprimir o comércio irregular, a Seop acena com a possibilidade de permitir um número maior de ambulantes nas ruas — hoje, de acordo com o órgão, 18 mil estão cadastrados na prefeitura. "A ideia é ampliar o número de licenças com base em levantamentos por regiões, fazendo com que o espaço funcione de forma ordenada", diz um outro trecho da nota. A pasta informa ainda que, em parceria com a Secretaria de Fazenda, vem elaborando um plano que estabelecerá os pontos e os tipos de mercadorias liberados para venda.

Enquanto a quantidade de camelôs cresce escorada na crise econômica — segundo o IBGE, o número de trabalhadores informais no Estado do Rio pulou de 2,6 milhões para 2,75 milhões na comparação do primeiro trimestre de 2016 para o mesmo período deste ano —, o município se mostra indeciso em relação à questão. Em janeiro, o prefeito Marcelo Crivella determinou que fiscais de atividades econômicas e agentes da Coordenadoria de Gestão do Espaço Urbano voltassem a ser subordinados à Secretaria Fazenda. No fim de abril, voltou atrás: devolveu as equipes para a Seop. No início de deste mês, outra reviravolta: ele revogou o decreto que regulamentava a mudança; ou seja, a repressão ao comércio irregular passou a ser novamente uma atribuição da Fazenda.

Questionadas sobre os motivos do troca-troca, nem a Seop nem a Secretaria de Fazenda se manifestaram. Nos corredores do Centro Administrativo São Sebastião, sede da prefeitura, o que se comenta é que há pressões políticas por

trás das decisões. Dependendo da produtividade, os rendimentos de um fiscal de rendas pode chegar a R\$ 20.700.

Presidente da Sociedade Amigos de Copacabana, Horácio Magalhães critica as mudanças da responsabilidade pela repressão ao comércio irregular. Segundo ele, não há qualquer controle sobre ambulantes no bairro, e o retorno da fiscalização para a Fazenda dificulta a articulação de operações contra a venda de produtos piratas ou sem procedência comprovada:

— O retorno dos fiscais para a Fazenda é um absurdo. O guarda municipal não pode mais apreender material, lacrar. Só o fiscal pode recolher produtos, mas ele depende do apoio da Guarda Municipal para trabalhar com segurança. É uma desorganização administrativa. Algum dia, vai ter confronto. Hoje, a prefeitura está sendo complacente com o descontrole.

De acordo com a Seop, a repressão é uma atribuição da Coordenadoria de Gestão do Espaço Urbano, que pertence à estrutura da Secretaria municipal de Fazenda, assim como a Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização, responsável pelo cadastramento dos ambulantes.

Perguntada sobre os resultados de suas ações contra o comércio irregular este ano, a Secretaria de Fazenda informou que a Coordenadoria de Gestão do Espaço Urbano já apreendeu cerca de 14 mil produtos. O órgão também destacou que tem 120 agentes atuando em conjunto com guardas municipais.

Por sua vez, a Guarda Municipal frisou, em nota, que seus agentes "são responsáveis por patrulhamento, apoio e orientação ao cidadão", e que eles só atuam em operações de repressão ao comércio irregular se forem solicitados.

Ao ser questionada se é comum a presença de seus agentes ao lado de camelôs sem licenças da prefeitura, a Guarda Municipal respondeu: "Se não houver uma operação programada e o ambulante não estiver vendendo material contrafeito ou prejudicando o ir e vir das pessoas, o guarda não o impedirá de vender".

Nas calçadas do Centro, o reflexo da mudança de postura da Guarda Municipal é percebido em vários pontos. Ambulantes tomaram longos trechos das ruas Gonçalves Dias, Ouvidor e Buenos Aires, e, na Sete de Setembro, chegam a montar bancas a menos de um metro dos trilhos do VLT.

— É inacreditável o que está acontecendo. Às vezes, os ambulantes param em cima dos trilhos, e só saem quando um bonde se aproxima. Depois, retornam — conta a aposentada Madalena Santos.

O presidente do Clube de Diretores Lojistas do Rio, Aldo Gonçalves, discorda da posição da prefeitura de afrouxar a repressão aos ambulantes ilegais por conta da crise econômica.

— Houve um aumento do comércio irregular em toda a cidade, e sabemos que muitas pessoas estão desempregadas. Mas a falta de controle urbano não resolve nada, é preciso que o poder público ajude a gerar empregos.

Embora não exista um cálculo preciso do prejuízo que o comércio irregular impõe a lojistas, Gonçalves acredita que o faturamento de um estabelecimento chega a cair 40% diante da atuação de ambulantes:

— É uma concorrência desleal, já que o ambulante não paga imposto nem comprova a forma como adquire seus produtos. Estamos vendo um fortalecimento do contrabando, e a falta de ações também favorece a venda de mercadorias roubadas. ●

Memória

VÁRIAS AÇÕES ACABARAM EM CONFRONTOS

A prefeitura do Rio tem dificuldade para reprimir o comércio ilegal nas ruas desde a década de 1990. Muitas ações de ordenamento urbano, principalmente as realizadas no Centro, acabaram em confrontos, com pedestres em pânico e lojistas fechando as portas de seus estabelecimentos com medo de depredações e invasões. Em novembro de 1998, por exemplo, dez guardas municipais que tentavam retirar barracas e apreender mercadorias na esquina da Rua Uruguaiana com a Avenida Marechal Floriano foram cercados por aproximadamente 150 camelôs, que usaram pedras e barras de ferro para atacá-los.

Um dos episódios mais graves aconteceu em setembro de 2002, quando o agente da Guarda Municipal José Augusto dos Prazeres Neto, que estava dentro de um veículo da corporação, teve o corpo incendiado por um ambulante na Uruguaiana. O homem jogou álcool nele e usou um fósforo para atear fogo. O crime ocorreu minutos depois de José Augusto ter confiscado mercadorias vendidas pelo suspeito. Em novembro do mesmo ano, o então prefeito Cesar Maia chegou a declarar que apoiaria eventuais excessos de agentes durante operações.

Em setembro de 2003, houve confusão na Avenida Rio Branco. Um morteiro foi disparado por um camelô, e, no tumulto, um ambulante acabou atacado a golpes de cassetete. Em seguida, um grupo de vendedores passou a agredir guardas municipais a socos e chutes.

Outro incidente grave, em setembro de 2014, levou à expulsão de um guarda. Durante uma operação de ordenamento no Centro, ele foi autuado em flagrante por tentativa de homicídio, porte e disparo de arma de fogo. Na ocasião, dois ambulantes foram baleados e dois guardas acabaram feridos a pedradas.

Mais recentemente, em agosto do ano passado, a Rua Uruguaiana e dois dos cinco acessos à Estação Uruguaiana do metrô tiveram que ser fechados por causa de uma confusão no camelódromo. Na ocasião, a prefeitura informou, em nota, que a confusão aconteceu "após uma ação de rotina na Rua das Andradas". Segundo a Guarda Municipal, uma equipe foi "atacada com pedras e caixotes por ambulantes não autorizados".

Meirelles diz que não abre mão de teto de gastos para poderes

Governo negocia com a União novo projeto que será enviado à Alerj

ANTÔNIO WERNECK E
BÁRBARA NASCIMENTO
granderio@oglobo.com.br

-BRASÍLIA E RIO- O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem que não vai abrir mão da exigência de um teto de gastos para os poderes do estado. Só assim, ressaltou o ministro, a União vai liberar o socorro financeiro para o Rio. Após uma reunião com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, ele lembrou que a lei que reestruturou a dívida dos estados prevê limite para as despesas por dois anos. Meirelles explicou que, na prática, a grande discussão é sobre o teto no terceiro ano do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o plano de ajuda aos estados.

No Rio, o governador Luiz Fernando Pezão explicou que o novo projeto ainda não foi enviado à Assembleia Legislativa (Alerj) porque os termos estão sendo negociados com o governo federal.

— Estamos fechando o texto com todas as exigências da Secretaria do Tesouro Nacional — afirmou Pezão ontem à noite.

Meirelles disse que a Fazenda está trabalhando para implantar “o mais rápido possível” o regime de recuperação.

— Está na hora. É preciso cumprir a determinação legal: tem que haver

uma limitação, sim, do crescimento das despesas, que, aliás, já está na lei que reestruturou a dívida dos estados e que determina o teto por dois anos. Estamos falando, na verdade, em termos práticos, do terceiro ano. Mas estamos conversando e deveremos encaminhar bem isso porque todas as demais medidas já foram aprovadas pela Alerj — disse o ministro.

PICCIANI PROMETE VOTAR PROPOSTA

O RRF prevê que estados em grave dificuldade financeira possam ficar três anos — prorrogáveis por mais três — livres do pagamento das parcelas da dívida pública, sem as punições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em troca, os estados deverão aprovar nas assembleias legislativas uma série de medidas de ajuste fiscal, entre elas a venda de ativos, a suspensão de reajustes e concursos e um teto para os gastos pelo tempo em que o regime vigorar. Apenas esta última contrapartida não foi aprovada pela Alerj.

Após chamar o governo de incompetente e defender o impeachment de Pezão, o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani, disse ontem que espera o “sinal verde” do governo federal para colocar o projeto do teto em pauta. Ele explicou que só será votado a proposta que tiver o

aval de Meirelles. Picciani afirmou que não descarta convocar sessão extraordinária para apreciar o novo texto:

— Depois que o texto chega à Alerj, tem o prazo regimental de 48 horas (para começar a tramitar). Então, pode entrar na pauta na quinta-feira de manhã, na sexta-feira ou no sábado — afirmou o presidente da Alerj.

Picciani lembrou que a minuta do projeto de limitação de gastos apresentada na semana passada trazia uma diferença grande em relação ao primeiro texto: a mudança do ano-base para fazer o cálculo do teto de 2016 para 2015.

— O teto de despesa corrente líquida aumenta muito (com o último texto). Então, eu não sei dizer se isso é um teto ou um pé-direito de cem metros de altura e, por isso, foi aceito pelos outros poderes. Foi uma grande flexibilização. Então, eu gostaria de saber se isso atende às exigências do governo federal. Se o Meirelles falar publicamente que, com esse projeto aprovado, o problema do Rio está resolvido e que o governo assina o plano de recuperação, eu imediatamente convoco os deputados para votarem. Agora, eu não posso correr o risco de convocar a assembleia para votar esse texto, e o Meirelles dizer que o texto não está valendo. Isso eu não farei — afirmou. ●

TCE diz que repassou R\$ 160 milhões ao estado

Valor consta como despesa em portal de gastos, mas foi usado em comida de presos

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) informou ontem, em nota, que parte dos recursos que aparecem como despesas do órgão de 2016, no Portal da Transparência do estado, foi repassada para o próprio governo do Rio comprar alimentos para pre-

sos do sistema penitenciário e adolescentes do Degase. Os dados constam em reportagem publicada no domingo pelo GLOBO sobre a discussão em torno da criação de um teto de gastos no estado. O levantamento dos números foi feito pelo gabinete do deputado Eliomar Coelho (PSOL). O TCE alega que, ao todo, destinou R\$ 160 milhões para o estado, via transferência intragovernamental. O empréstimo feito ao governo estadual explica, de acordo com o TCE, por que o custeio

do órgão atingiu R\$ 235 milhões no ano passado. Na verdade, descontando o valor repassado ao estado, o tribunal gastou R\$ 74,7 milhões contra R\$ 58,6 milhões em 2014, um aumento de 28%.

O TCE afirma fazer um esforço de contenção de despesas. “Estamos realizando uma revisão geral de custos neste ano de 2017 que, até o momento, resultou na economia de R\$ 6,2 milhões por ano e alcançarão o total de R\$ 8 milhões até final do processo”, informou o TCE. ●

O OUTRO NO ESPELHO

Juízes terão que pegar no pesado

Onze magistrados do Tribunal do Trabalho do Rio vão assumir funções de copeiros, auxiliares de limpeza e cobradores de ônibus, mas nome do curso, 'Vivendo o trabalho subalterno', cria polêmica

SIMONE CANDIDA

simone.candida@oglobo.com.br

A costumados a usar toga e ao tratamento de "meritíssimo", 11 juízes do Tribunal Regional do Trabalho do Rio vão deixar de lado a liturgia do cargo para viver, pelo menos por um dia, a experiência de executar tarefas normalmente desempenhadas por quem tem menos escolaridade, menor renda e pouco prestígio. Como noticiou Anselmo Gois em sua coluna, a Escola Judicial do TRT abriu inscrições para o curso "Vivendo o trabalho subalterno", em que os doutores, de forma anônima, assumirão, em agosto, as funções de jardineiros, copeiros, auxiliares de limpeza, cobradores de ônibus e operadores de caixa de supermercado.

A iniciativa inusitada provocou discussões, e o nome escolhido não caiu muito bem. Para o antropólogo Paulo Storani, o projeto é até interessante, mas foi infeliz quem o batizou:

—Trabalho é trabalho, pode ser até alternativo, não subalterno.

Mas o edital do TRT diz que o objetivo da vivência é nobre: "Suscitar nos magistrados a experiência de uma pesquisa etnográfica, em que passarão o dia atuando como trabalhadores subordinados."

O trabalho de campo, ex-



Sufoco. Motorista e trocador de ônibus enfrentam calor e ruas esburacadas

plica o edital, é uma das quatro tarefas de um projeto pedagógico que visa a melhorar a capacidade do magistrado de ouvir e se colocar no lugar do outro. O objetivo é que eles sintam na pele a realidade desses trabalhadores. A ideia, que será aplicada pela primeira vez, vinha sendo amadurecida há dois anos. Surgiu logo depois de os magistrados terem aulas com o psicólogo Fernando Braga, autor do livro "Homens invisíveis, relatos de uma humilhação social", em que relata sua experiência no período em que trabalhou como gari. Braga coordena o projeto.

Como parte do exercício, o juiz terá que se submeter às mesmas ordens e condições de trabalho de seus "colegas" e usar uniformes e os equipamentos que serão fornecidos

pelas empresas parceiras. Ninguém poderá revelar sua identidade, nem mesmo para os clientes. As experiências serão relatadas em um diário, que será submetido a um especialista. Uma empresa de ônibus, uma de limpeza e conservação e uma rede de supermercados vão participar, oferecendo as vagas de trabalho. Antes de pegar no batente, os candidatos receberão treinamento.

ROTINA DURA E SALÁRIO CURTO

Se for escalado para o cargo de cobrador em algum ônibus das zonas Norte ou Oeste ou da Baixada, o juiz terá muito o que contar — e pensar — sobre as condições de trabalho da categoria, que, segundo os próprios rodoviários, está em vias de extinção. Ontem, uma equipe do GLOBO embarcou

num ônibus que faz ligação entre São João de Meriti e Duque de Caxias (o 110), na Baixada Fluminense. Sem ar-condicionado, o veículo atravessa favelas e vias esburacadas e sem saneamento. Numa das ruas de São João de Meriti, o ônibus teve que dividir o asfalto com dois cavalos que pastavam livremente. Além disso, os congestionamentos dão nos nervos de rodoviários e passageiros.

— Na maioria dos ônibus, o próprio motorista é o cobrador. Dei sorte, ainda tenho meu emprego. Vivemos o estresse do dia a dia nas ruas e o medo de perder o emprego — reclamou um cobrador, de 60 anos, que prefere não se identificar.

Quem passar um dia como operador de caixa de supermercado também vai encarar uma jornada dura. X., de 35 anos, diz ser o para-raios de "todos os problemas que acontecem com clientes no mercado". E, com a crise, tudo piorou.

—Eles se aborrecem com alguma coisa ou com preço errado e, na saída, descontam na gente. Aguentamos muita grosseria. O segredo é fingir que não está notando e não responder — ensina ela, que sustenta a mãe, o marido desempregado e dois filhos com pouco mais de um salário-mínimo. — É um trabalho muito cansativo. Só fica quem não tem opção. ●

Poder em jogo



LYDIA MEDEIROS

A agenda de Temer

Como revelado aqui, a estratégia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que apresentou ontem a primeira denúncia contra Michel Temer, por corrupção passiva, exigirá do presidente a capacidade de resistência anunciada ontem, ao dizer que nada destruirá a ele ou a seus ministros. Janot ainda poderá denunciar Temer pelos crimes de organização criminosa, obstrução de Justiça e prevaricação. No comando de uma economia em frangalhos, Temer não governa desde a revelação de suas relações com Joesley Batista. Deve permanecer assim. O próximo semestre será inteiramente dedicado a negociar com os deputados o preço da própria salvação.

Alguém vai pagar o pato

O buraco nas contas governamentais é muito maior do que se imagina. Pelos cálculos de um grupo de economistas do Insper, de São Paulo, se aprovada a reforma da Previdência, a situação melhora, mas, ainda assim, o próximo governo precisará fazer um novo ajuste nas contas públicas de cerca de 6% do Produto Interno Bruto. Isso representa R\$ 350 bilhões em cortes de gastos ou aumento de impostos.

Ponto de vista

Veio do PSDB a única palavra de consolo a Temer nos últimos dias. Relatório do Instituto Teotônio Vilela, presidido pelo ex-senador José Aníbal, afirma que a impopularidade recorde do presidente é “mais impiedosa do que ele merece”. O texto diz que os 13 anos de petismo foram uma “devastação”, e que em 14 meses Temer conseguiu “endireitar” parte importante disso, como o controle da inflação e o teto de gastos. E conclui: “É só ao PT que interessa que Michel Temer se transforme no bode expiatório de toda a imensa crise que o país ainda atravessa.”

Disputa de paternidade

A disputa política na Bahia levou o ministro da Integração, Hélder Barbalho (PMDB), a cancelar cerimônia de entrega de tratores em Feira de Santana. Liderada pelo ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, a bancada baiana governista reclamou que o governador Rui Costa (PT) anunciou o evento, que ocorreria ontem, como um feito de sua gestão. Os equipamentos foram comprados com emendas parlamentares. O ministro disse que a nova data será acertada de acordo com a preferência dos deputados.

ENTREVISTA

JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI –
DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA



ANA PAULA PAVÃO/3-2016

Um presidente denunciado tem legitimidade para indicar um procurador-geral da República?

– Ninguém poderia prever que ele estaria investigado, e, talvez, processado, mas as instituições têm de funcionar. Constitucionalmente, cabe a ele indicar. Houve o mesmo questionamento quando a ex-presidente Dilma indicou o ministro Edson Fachin, que tem desempenho exemplar.

A Lava-Jato está consolidada? Pode haver mudanças a depender da escolha do presidente?

– A Lava-Jato será mantida com firmeza. É um trabalho institucional que ninguém que se pretenda líder do MP reverteria. Pode haver mudanças: todas para melhorar.

Há quem diga que Janot será candidato nas eleições. Deve haver tempo de impedimento para candidatura?

– Não tenho notícia de que ele será candidato. (Falar) isso é uma forma de menosprezar e dar caráter político a um trabalho técnico e impessoal. Se qualquer colega aposentado quiser se candidatar, é livre. Na ativa, membros do MP e da magistratura são os únicos impedidos de ter participação política. Há que se discutir até se é excesso de rigor. Quem deixa o MP, no dia seguinte, pode participar do debate. Levará sua história, mas, aí, é a medida de cada qual.

Com Amanda Almeida
poderemjogo@oglobo.com.br

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Acusação dura

A denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente Michel Temer tem a linguagem típica do Ministério Público, órgão de acusação. Diante da comprovação de que não houve edição da gravação da conversa com o empresário Joesley Batista e, ao contrário, novos trechos confirmam e completam o entendimento de que ocorreram, naquela noite no Palácio do Jaburu, tenebrosas transações que puseram nas mãos do então assessor Rodrigo Rocha Loures uma mala cheia de dinheiro de propina, o Ministério Público perdeu a cerimônia diante da figura do presidente que, na visão de Janot, ludibriou os brasileiros e não honrou o cargo que ocupa.

A virulência do texto corresponde à gravidade da situação, que terá agora na Câmara seu canal institucional de resolução da crise. Que pode ser o caminho tomado pelo TSE para preservar uma suposta governabilidade ou a instituição do Congresso, dando-lhe uma credibilidade que anda em falta.

Também ontem, a condenação de Antonio Palocci, ex-ministro dos governos Lula e Dilma, tem diversos significados dentro do que a Procuradoria-Geral da República estabeleceu ser o “quadrilhão”, o grande esquema de corrupção implantado nos governos petistas.

A própria condenação é um aviso para Palocci, que tem contra si ainda diversos outros processos. O juiz Sergio Moro marcou posição na sentença escrevendo que interpretou a oferta do ex-ministro, em depoimento, de colaborar com a Justiça “mais como uma ameaça para que terceiros o auxiliem indevidamente para a revogação da [prisão] preventiva, do que propriamente como uma declaração sincera de que pretendia naquele momento colaborar com a Justiça.”

A pena de 14 anos em regime fechado é um recado claro: se Palocci não admitir logo sua culpa e se dispuser a uma colaboração com a Justiça que esclareça fatos ainda nebulosos, vai ser condenado novamente em outros processos, e quanto mais demorar sua decisão, menores serão os benefícios. Pela legislação que regula as delações no âmbito das organizações criminosas, a pena proferida antes do acordo só pode ser re-

duzida em 15%. Outro ponto interessante da sentença de Moro é que ele fez uma posição que vinha adotando sobre o crime de lavagem, o que vai gerar muita discussão jurídica, mas, no primeiro momento, aumentou a pena de Palocci e pode atingir o ex-presidente Lula no caso do triplex, cuja decisão está para ser tomada.

A Procuradoria-Geral da República pediu, em alegações finais, a condenação de Lula em regime fechado na ação penal do caso triplex, acusando-o de lavagem de dinheiro e corrupção, atribuindo-o papel de ‘comandante máximo do esquema de corrupção’ identificado na Lava-Jato. Moro diz em sua sentença que “vinha adotando a posição de que poder-se-ia falar de lavagem de dinheiro apenas depois de finalizada a conduta pertinente ao crime antecedente. Assim, por exemplo, só haveria lavagem se, após o recebimento da vantagem indevida do crime de corrupção, fosse o produto submetido a novas condutas de ocultação e dissimulação”.

No entanto, diz ele, depois de vários casos julgados, revelou-se que “a sofisticação da prática criminosa tem revelado o emprego de mecanismos de ocultação e dissimulação já quando do repasse da vantagem indevida do crime de corrupção. (...) Este é o caso, por exemplo, do pagamento de propina através de transações internacionais subreptícias. Adotado esse método, a propina já chega ao destinatário, o agente público ou terceiro beneficiário, ocultado e, por vezes, já com aparência de lícita, como quando a transferência é amparada em contrato fraudulento, tornando desnecessária qualquer nova conduta de ocultação ou dissimulação”.

Da mesma maneira, se Moro considerar que o triplex do Guarujá foi reservado a Lula em pagamento a favores prestados à empreiteira OAS, como acusa o MP, também o imóvel oficializado em nome da família de Lula estaria legalizado como uma transação imobiliária normal. Outro ponto fundamental na condenação de Palocci é que Moro dá indicações, seguidas em sua sentença, de que não há dúvida de que o “italiano” das planilhas da Odebrecht era mesmo Palocci.

Da mesma maneira, o “pós-Itália” é o também ex-ministro Guido Mantega, o que, aliás, já foi confirmado até mesmo por Palocci, que jogou a responsabilidade de liberar dinheiro da “conta corrente” com a empreiteira para seu colega. Em decorrência dessas confirmações, chega-se à conclusão de que o “amigo” que aparece nas planilhas da Odebrecht era mesmo Lula, fato, aliás, confirmado pelo próprio ex-presidente da empreiteira.

Além de liberar a fila para uma decisão de Moro sobre o triplex, pois os processos que têm réus presos têm preferência, a sentença de Moro dá diversas indicações de como procederá na sentença sobre Lula. ●

▼ Os pontos-chave

1 O Ministério Público perdeu a cerimônia diante da figura do presidente Temer

2 A condenação de Palocci é um aviso para ele, que tem contra si outros processos

3 Caso Palocci não reconheça sua culpa e colabore com a Justiça, será condenado outra vez

miriamleitaoglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

O tempo de Temer

Um governo com 7% de aprovação, denunciado pelo Ministério Público por corrupção, com a base parlamentar em dispersão, tem pouca chance de concluir o mandato. O esforço do presidente Michel Temer, a partir de agora, será para evitar que o Congresso autorize o processo. Temer já não governa, apenas administra a possibilidade de permanecer no cargo.

O procurador-geral da República disse que Michel Temer se valeu da sua condição “de chefe do Poder Executivo e liderança nacional” para obter a “vantagem indevida” de R\$ 500 mil através de Rodrigo Rocha Loures. Portanto, deixou claro na denúncia que acha que o dinheiro da mala era de Temer.

De acordo com a denúncia: “Os fatos devem ser analisados no contexto da organização criminosa aqui mencionada, com especial atenção para o núcleo do PMDB da Câmara. As práticas espúrias voltadas a atender interesses privados, a partir de vultosos recursos públicos, não se restringem àqueles reportados na denúncia ora ofertada. Percebe-se que a organização criminosa não apenas esteve em operação, em passado recente, como também hoje se mantém em plena atividade”. Deixando em itálico a informação de que está “em plena atividade”.

O pior cenário aconteceu porque agora o presidente Temer terá que se mobilizar para evitar essa denúncia na Câmara. E depois haverá mais duas denúncias. Mesmo que o Congresso não entre em recesso, a Justiça entrará. Tudo ficará mais demorado e desgastante para o governo.

Há quem garanta, em Brasília, no governo ou fora dele, que o presidente Michel Temer venceu suas principais batalhas. Não é verdade. Há muitas pela frente, e Temer repete Dilma que, ao fim, já não governava, apenas tentava se manter no cargo.

Em agosto de 2015,

com apenas oito meses do segundo mandato, a ex-presidente Dilma tinha 71% de ruim e péssimo. Temer está com 69% de ruim e péssimo, mas sua situação é ainda pior porque ele enfrentará denúncias do Ministério Público, sem falar nos pedidos de impeachment.

A avaliação de um político da cúpula do legislativo é que Temer venceu o risco de uma cassação da chapa pelo TSE e do desembarque do PSDB. E que tem duas vantagens em relação a Dilma na luta para permanecer: o deputado

Rodrigo Maia não estaria trabalhando para derrubá-lo — ao contrário do que ele fez com Dilma — e há um sentimento antiPGR no Congresso, que pode ser usado para mobilizar os votos contra a abertura de processo.

Acho que o mais provável é o fim antecipado do governo. A dinâmica do apoio político tem relação com a popularidade do presidente. Um governante assim tão impopular e rejeitado produz o afastamento de aliados. Ter 172 votos nominais a favor dele é tarefa mais difícil do que parece.

Outro motivo é que o governo definha. Ele não tem os recursos políticos para manter a mínima coesão da base. A erosão fiscal torna ainda mais difícil a execução de qualquer tipo de pacote de bondade. Um dos seus pontos fortes é a equipe econômica, que só terá credibilidade se mantiver a austeridade e o compromisso com a meta fiscal. Como a meta está muito dependente de receitas extraordinárias — que exigem decisões administrativas e legislativas — há um grande risco de não cumprimento da meta. Isso colocaria o governo Temer na mesma situação do governo Dilma.

A denúncia é forte e coloca o Brasil numa situação jamais vivida que é ter um presidente processado no decorrer do mandato por crime cometido durante o exercício do poder. “Não há dúvida, portanto, que o delito perpetrado pelos imputados Michel Temer e Rodrigo Loures, em comunhão de ação e unidade de desígnios, causou abalo moral à coletividade, interesse este que não pode ficar sem reparação”, diz a denúncia de Janot.

Enfraquecido politicamente, com uma base volátil, sem recursos políticos de costurar a coalizão, com o risco de não cumprimento da meta fiscal, o presidente chegou ao dia em que foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República. Dificilmente Temer conseguirá superar tantas frentes de dificuldade para se manter no poder por mais 18 meses. Cada dia do seu governo será uma agonia. O mais incerto é o tempo de duração do seu mandato. Se a denúncia for aceita pela Câmara, ele será afastado do cargo e não voltará. ●

Os pontos-chave

1 Um presidente denunciado e com 7% de aprovação tem pouca chance de concluir mandato

2 Procurador-geral diz que presidente se valeu do cargo para receber vantagem indevida

3 Pior cenário aconteceu para Temer: as denúncias foram fatiadas, e ele terá que se defender de todas

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 19.754 • 40 PÁGINAS • R\$ 2,50

Paulinha Leon Fotografia/Divulgação



Um jeito animal de homenagear Harry Potter

Thayná Barbosa (foto) e amigas fantasiam cachorros com as roupas do famoso bruxo para comemorar os 20 anos de lançamento do primeiro livro da série — com direito a ensaio fotográfico.

PÁGINA 22



A força da música eletrônica na cidade
Produtores e DJs se redimem em coletivos para valorizar a cena alternativa e independente. **DIVERSÃO&ARTE, CAPA**

DF é vice no Mundial de vela adaptada

Ana Paula Marques, gaúcha radicada em Brasília, fica atrás apenas de espanhola em regatas e conquista o segundo lugar na competição realizada na Alemanha.

PÁGINA 15

Arquivo Pessoal



Janot denuncia Temer. Planalto arma ofensiva



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedido de abertura de ação penal contra o presidente Michel Temer no caso das delações do empresário Joesley Batista, do grupo JBS. O peemedebista se tornou o primeiro presidente do Brasil denunciado por corrupção passiva no exercício do cargo. Ele terá que se defender das acusações no Supremo, que precisa de autorização da Câmara para processá-lo. Além da perda do mandato, a PGR quer que Temer pague indenização de R\$ 10 milhões por danos morais. Também

ontem, a Polícia Federal divulgou relatório apontando indícios de que o presidente cometeu os crimes de obstrução da Justiça e formação de quadrilha, o que pode resultar em novas denúncias da PGR. Temer reuniu ministros e assessores mais próximos para definição da estratégia de defesa, com enfrentamento nas áreas jurídica e política para evitar que o pedido seja aprovado pelos deputados. "Há que seguir adiante. Portanto, nada nos destruirá. Nem a mim nem a nossos ministros", declarou o peemedebista antes da formalização da denúncia da PGR. **PÁGINAS 2 A 5**

Disputa voto a voto pela sucessão na PGR

Os subprocuradores Mário Bonsaglia e Raquel Dodge aparecem como favoritos na eleição para um dos cargos de maior visibilidade da República. **PÁGINA 5 E EIXO CAPITAL, 18**

Minervino Junior/CB/D'A Press



A informalidade salva o brasileiro

Enquanto o comércio formal fecha as portas e o desemprego aumenta no país, os camelôs entopem as calçadas da cidade. Segundo eles, apesar da falta de regularização, é mais fácil ser ambulante para fugir dos gastos com impostos. Governo assegura que faz fiscalização diária. **PÁGINA 19**

Arthur Menescal/Esp. CB/D'A Press



11 mil vagas no setor de educação

Apesar da crise que atormenta o país, as instituições de ensino estão contratando. As oportunidades estão espalhadas por todo o país, segundo o Sistema Nacional de Empregos. No DF, há pelo menos 250 postos disponíveis. A contadora Débora Cruz entrou numa vaga provisória e foi fofetivada. **PÁGINA 7**



Maratona está no sangue

Estudo espanhol mostra que existe uma predisposição genética para o bom desempenho em provas de longa distância: características do DNA podem influenciar os danos musculares durante corridas. **PÁGINA 14**

Desconto na venda à vista

Governo sanciona Lei que permite ao comércio diferenciar preços no cartão de crédito e nos pagamentos em dinheiro. Consumidores, porém, estão desconfiados. **PÁGINA 8**

Atrás da origem de 634kg de cocaína

Polícia Federal prendeu pilotos do avião que carregava a droga. Detidos dizem que saíram da Bolívia. Informação de que decolaram de fazenda do Grupo Amaggi não foi confirmada. **PÁGINA 6**

Distritais compram briga com o Buriti

Deputados derrubam lei anti-homofobia assinada pelo governador Rodrigo Rollemberg. Chefe do Executivo entra na Justiça para manter a regulamentação. Confronto lembra caso do aumento de passagens de ônibus no início do ano. **PÁGINA 17**



Todos os olhos na PGR

Eleição de hoje definirá a lista tríplice para a sucessão de Janot, escolha que pode ter influência na Lava-Jato e nas investigações sobre Temer

» LUJANA MELODY BRASIL
ESPECIAL PARA O CORREIO

Alçada nos últimos anos a um dos cargos mais poderosos do país, a chefia do Ministério Público Federal muda a partir de hoje. Os três nomes mais votados pelos procuradores, em eleição que termina no início da noite, vão formar a lista de candidatos à sucessão do atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Interlocutores da Procuradoria-Geral da República têm sinalizado que essa é uma disputa sem precedentes na história do órgão, tendo em vista as divisões políticas resultantes do destaque conquistado por Janot em vários processos, principalmente nas recentes acusações envolvendo o presidente da República, Michel Temer, justamente quem nomeará o futuro chefe da PGR. Os subprocuradores Raquel Dodge e Mario Bonsaglia são os mais cotados ao cargo. Nicolao Dino e Sandra Cureau também disputam uma vaga na lista tríplice que será enviada ao Palácio do Planalto.

Os oito candidatos participaram dos debates promovidos em cinco capitais pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), que organiza o pleito. Todos os postulantes concordaram nos encontros que, havendo indícios de crimes praticados pelo presidente Michel Temer no exercício do mandato, cabe ao procurador-geral da República instaurar a investigação.

Mesmo assim, há candidatos que têm maior simpatia do Planalto e dos caciques do PMDB, partido de Temer. Raquel Dodge é certa como um dos nomes da lista. Isso porque ela tem um perfil mais moderado, ao contrário de Janot, e tem feito críticas ao que classifica de excessos nas investigações da Lava-Jato. Dodge está na disputa desde 2005, recebeu 402 votos em 2015. Outro nome que se tornou favorito no Planalto e entre aliados de Temer é o de Mario Bonsaglia, que, assim como Dodge, é considerado aberto ao diálogo.

Por sua vez, Nicolao Dino é o nome preferido de Rodrigo Janot e daqueles que apoiam o atual procurador-geral da República. Dino, que é também vice-procurador-geral eleitoral, defendeu que havia "elementos robustos" para a cassação da chapa Dilma-Temer na ocasião do julgamento do TSE. Os subprocuradores Carlos Frederico, que fez oposição a Janot na última eleição, Franklin Costa e Eitel Santiago são considerados surpresas na disputa deste ano.

A decisão de qual dos três nomes da lista vai comandar o órgão ficará nas mãos de Michel Temer, o que tem preocupado o Ministério Público sobre possíveis interferências nos rumos da Operação Lava-Jato. Isso porque, ao longo de seus dois mandatos, a forma como Janot conduziu os processos ampliou críticas de dezenas de políticos investigados pela Polícia Federal e pelo MP.

Michel Temer não é obrigado a escolher o primeiro nome da lista. É possível, inclusive, que o presidente descarte as opções da lista tríplice e nomeie alguém de sua preferência. Por outro lado, essa atitude romperia a tradição das eleições da PGR, ocorridas nas gestões dos presidentes Lula e Dilma, de nomear o mais votado para o cargo.

Em março, Temer chegou a declarar que analisaria a lista, mas que não havia previsão constitucional que o obrigasse a segui-la. No entanto, de acordo com o presidente da ANPR, José Robalinho, o peemedebista garantiu que vai respeitar a escolha dos procuradores. "Eu confio na palavra do presidente. A lista tríplice do MPF existe há uma década, é um processo consolidado no país."

E Robalinho acrescentou: "O presidente tem o crivo para escolher um dos três candidatos indicados pelos procuradores. Ainda que o nome com mais votos indique maior representatividade em meio à categoria, não é uma expectativa que, obrigatoriamente o primeiro nome da lista seja o indicado à sucessão". (Colaborou Renato Souza)

Dia de votação

Confira como será a eleição da lista tríplice para procurador-geral da República

- 1** Procuradores ativos ou aposentados do MPF vão escolher três nomes entre os oito candidatos para compor a lista final
- 2** A votação será secreta, facultativa e eletrônica, feita em computadores registrados pelos MPFs de todo o país; o sistema foi desenvolvido pela própria PGR
- 3** Definida a lista tríplice, ela segue para a análise do presidente Michel Temer, que nomeará o sucessor de Rodrigo Janot
- 4** Não há prazo determinado para que Temer faça a nomeação
- 5** Se a tradição for seguida, o primeiro nome da lista comandará a PGR depois de Janot

Os candidatos

- Carlos Frederico Santos
- Eia Wierck
- Eitel Santiago
- Franklin Rodrigues da Costa
- Mario Luiz Bonsaglia
- Nicolao Dino
- Raquel Dodge
- Sandra Cureau

Minervino Junior/CS/OA Press



Os candidatos participaram de debates em Brasília e em outras cinco capitais: campanha sem ataques

CONJUNTURA / Presidente Temer sanciona legislação que permite cobrança de valor diferenciado conforme o meio de pagamento. A expectativa do governo é de que a medida assegure desconto para quem pagar com dinheiro à vista. Consumidores discordam

Lei garante preços diferentes

» RODOLFO COSTA
» ANDRESSA PAULINO*

Cobrar preços diferentes para quem paga com dinheiro, cheque ou cartão de crédito agora é lei. O presidente da República, Michel Temer, sancionou ontem a medida que possibilita a cobrança diferenciada para bens e serviços comercializados conforme o meio de pagamento. Há anos, tais transações já eram feitas no mercado. Mas, agora, com uma legislação, as operações estão respaldadas com segurança jurídica.

Embora tenha sido anunciada ontem com pompas no Palácio do Planalto e direito a muitos elogios tecidos por varejistas e pelo governo federal, a medida é pouco eficiente na avaliação de consumidores como a psicóloga Josi Soares, 32 anos. “Não tenho desconto nas lojas em que costumo comprar. Às vezes, não tem diferença se eu parcelar ou comprar no débito”, lamentou.

Nos incomuns casos em que se observa alguma diferenciação de preço, o desconto é baixo, avalia Josi, de 2% a 5%. “Acaba que não faz muita diferença ao bolso”, disse. A inócua eficiência da medida acaba por favorecer a utilização de outros meios de pagamento, como o cartão de crédito, criticou a aposentada Maria Erilene Pereira, 55. “O desconto é tão pouco que, muitas das vezes, pago no cartão para ganhar milhas aéreas”, justificou.

Para outros consumidores, a principal dúvida é se a medida vai gerar efetiva mudança nos preços. Para alguns consumidores, há uma insegurança de que os lojistas possam fazer alguma maquiagem nos valores, de forma que aumente o custo em pagamento com crédito e mantenha o mesmo valor no pagamento em espécie, não gerando, assim, desconto real.

Foi o que sugeriu o analista Elbio Moreira, 30, para quem a diferenciação vai encarecer alguns produtos em determinados comércios. “As lojas vão aumentar o valor dos produtos a prazo. O que antes eu podia dividir e parcelar em 12 meses, com o preço do produto à vista, com a lei, isso não será mais possível”, reclamou.

Repassse

Apesar da preocupação dos consumidores, os varejistas asseguraram que a diferenciação será praticada. Foi o que afirmou o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Honório Pinheiro. “Não temos dúvida de que o varejo vai repassar. Isso faz parte da cultura do povo brasileiro (pedir desconto pagando à vista)”, disse.

O governo também mantém a confiança de que a diferenciação será aplicada. Temer acredita que a medida promove justiça social, no momento em que possibilita uma redução de preços em pagamentos à vista. O chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas da Fazenda, João Manoel Mello, declarou que a medida ajudará a reduzir custos e que os cortes serão repassados.

“Duvido que haverá um efeito de represamento e aumento de preço médio. Vai fazer cair o preço médio e derrubar mais ainda o valor para quem pagar à vista”, disse. Mello, no entanto, negou que a Fazenda fará um acompanhamento da efetiva aplicação da redução de custos em pagamentos à vista. “Se houver alguma razão anticompetitiva, tem o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para tomar quaisquer providências relevantes. O acompanhamento será feito pelas forças de mercado.”

VISÃO DO CORREIO

Investir em infraestrutura

A gestão de uma nova política de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), deixando para trás a equivocada opção de priorizar os campeões nacionais — empresas escolhidas a dedo e sem critérios suficientemente claros para receber recursos maciços a juros subsidiados —, merece todo o apoio dos setores produtivos nacionais. Muito tempo se perdeu no processo de inflar grupos próximos ao poder central em detrimento da infraestrutura do país que, depois de anos de desgovernos petistas, se encontra, em muitos aspectos, completamente deteriorada.

No atual cenário de recessão econômica, com sua face mais perversa representada pelos 14 milhões de trabalhadores sem emprego formal, nada melhor para o país do que a retomada de um amplo programa de concessões nos setores de energia, transportes e, principalmente, saneamento. Com isso, abre-se nova janela de oportunidades para o Brasil finalmente deixar a crise no passado, com a criação de propulsores da economia e a consequente geração de empregos, tirando da penúria milhões de brasileiros.

O maior potencial transformador do programa diz respeito ao saneamento, já que o Brasil apresenta índices inaceitáveis de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e de fornecimento de água tratada. De acordo com dados oficiais, dos 68 milhões de domicílios no país, 16% não dispõem de acesso à água encanada, 41% não contam com coleta de esgoto e 63% não têm o esgoto tratado. Números que assustam, especialmente pelo impacto que causam na área de saúde. A busca pela universalização desses serviços deve ser prioridade de Estado, não de governos,

visando sempre o bem-estar social da população.

O setor de transportes é outro nó na infraestrutura nacional que não pode mais esperar para ser desatado. Avanços significativos são esperados em transporte e logística com a relevante lista de concessões de aeroportos, terminais portuários e rodovias, principalmente por meio da concessão da emblemática Ferrovia Norte-Sul, cujas obras se arrastam há longo tempo, assim como a Fiol (Bahia) e a Ferrogrão (entre Mato Grosso e Pará), em fase de projeto. O mais importante é que o novo modelo tem tudo para ser concretizado, depois das idas e vindas no governo de Dilma Rousseff, e os projetos devem atrair investidores nacionais e internacionais.

O Brasil tem urgência em transpor o desafio do escoamento dos grãos do Centro-Oeste e outras regiões produtoras e além de proporcionar a solução deste problema, o programa viabilizará um salutar ambiente de competição entre os diversos corredores logísticos. O que o país não pode aceitar são os índices do ranking de competitividade revelados no último Fórum Econômico, no qual se encontra na 114ª posição em infraestrutura portuária, na 111ª em qualidade de rodovias, na 95ª em infraestrutura aeroportuária e na 93ª em infraestrutura ferroviária.

O que se espera é que a acertada guinada na política de alocação de recursos do BNDES, deixando de lado a megalomania de governos passados, propicie a efetiva recuperação da infraestrutura nacional para que a economia possa reencontrar seu caminho de crescimento. A real função do BNDES é disponibilizar os investimentos para que os demais agentes econômicos possam fazer sua parte no desenvolvimento da nação.



LEONARDO MEIRELES
leonardomeireles.df@abr.com.br

Legislando em causa própria

Há factoides e factoides. Alguns servem só para desviar a atenção de assuntos principais. Outros são importantes para mostrar o respeito por certos assuntos, apesar de a aplicação não ser prática. Assim ocorreu com a lei que pune a homofobia no Distrito Federal, assinada na sexta-feira pelo governador Rodrigo Rollemberg. Não era constitucional, mas movia o olhar do Poder Executivo para o problema da violência contra essa camada da população. A decisão da Câmara Legislativa de derrubar a regulamentação do Buriti faz exatamente o oposto: fecha os olhos para uma situação preocupante que machuca e mata pessoas.

Em nome de quê? Em nome de quem? O projeto de decreto legislativo vem de deputados que se autointitulam bancada evangélica. E eles citam os fiéis para basear a decisão. Assim votaram Bispo Renato (PR), Celina Leão (PPS), Cristiano Araújo (PSD), Delmaso (Podemos), Júlio César (PRB), Rafael Prudente (PMDB), Raimundo Ribeiro (PPS), Sandra Faraj (SD) e Wellington Luiz (PMDB) — muitos deles citados em casos de corrupção, como o da CPI da Saúde, mas isso não vem ao caso.

O revoltante nessa história é que eles podem até ter sido eleitos com os votos dessa camada da população, mas não estão na CLDF para defender esse ou aquele setor. Os senhores e as senhoras parlamentares têm que defender a população do Distrito Federal.

Cada lésbica, gay, bissexual e transexual (para resumir) que é assassinado(a) por ser lésbica, gay, bissexual e transexual, cada um deles que morre por causa da homofobia faz parte da população do DF. Cada pessoa machucada por sua condição sexual é de responsabilidade dos distritais também. Ora, mas se a lei assinada por Rollemberg não era constitucional, qual a diferença? A diferença é se importar. É olhar com amor e preocupação para um LGBT da mesma forma com que se olha para um evangélico — como se não existissem evangélicos gays...

A cada decisão desse tipo, o respeito da população pelos integrantes da CLDF diminui. E o apelido de "Casa dos Horrores" se justifica mais e mais. A repulsa dos eleitores com deputados e deputadas cresce na medida em que eles e elas legislam em causa própria.

**Correio
Econômico**por **Antonio Temóteo** / antoniotemoteo.df@dabr.com.br — **Interino**

Turbulência à vista

Diante da instabilidade política, os gestores de fundos de ações e multimercados têm adotado uma postura conservadora para se protegerem na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Sem a perspectiva de aprovação da reforma da Previdência e as incertezas diante do avanço da reforma trabalhista no Senado Federal, o mercado já avalia que as mudanças para a concessão de aposentadorias só serão apreciadas pelo Congresso Nacional em 2019, após a escolha do próximo presidente da República.

Ontem, a bolsa encerrou o pregão com alta de 1,80%, aos 62.188 pontos. A valorização das ações foi influenciada positivamente pelo recuo do dólar, que registrou queda de 1,1%, vendido a R\$ 3,302. A elevação do preço do petróleo e a tranquilidade no mercado internacional favoreceram a melhora dos ativos. Apesar disso, os próximos dias serão de tensão. Analistas e gestores estão apreensivos em relação à votação de hoje da reforma trabalhista na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Uma eventual derrota do governo será prova

Analistas e gestores estão apreensivos em relação à votação de hoje da reforma trabalhista na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Uma eventual derrota do governo será prova de que o país não conseguirá reequilibrar as contas públicas e, para isso, terá de aumentar impostos

de que o país não conseguirá reequilibrar as contas públicas e, para isso, terá de aumentar impostos.

Os investidores ainda esperam os desdobramentos da denúncia que a Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o presidente da República, Michel Temer. Caberá ao Congresso decidir se o chefe do Executivo será réu nas ações propostas pelo procurador Rodrigo Janot, que acusa Temer de corrupção passiva. Caberá ao ministro do STF Edson Fachin decidir quando enviará a denúncia à Câmara dos Deputados. Para a autorização ser aprovada, são necessários 342 votos. Se a ação penal for aberta, Temer se tornará réu.

No pedido de abertura de inquérito feito ao Supremo, Janot afirmou que Temer deu anuência para

a compra de silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha e seu operador, Lucio Funaro, ambos presos. Entre outros elementos, Janot se baseou em parte de um diálogo do presidente com

tos, Janot se baseou em parte de um diálogo do presidente com o empresário Joesley Batista, no Palácio do Jaburu, para sustentar que houve obstrução de Justiça.

Na avaliação do economista-chefe da Opus Investimentos, José Márcio Camargo, o mercado já precificava a denúncia de Janot. Entretanto, os elementos que embasam a acusação podem ou não influenciar o mercado. “Se não ficar provado crime, acredito que os danos serão reduzidos”, pondera.

Outro analista ouvido reservadamente comenta que a tendência é de que a bolsa abra em queda já que outras duas denúncias contra Temer devem ser encaminhadas por Janot ao STF. Com isso, a Câmara seria obrigada a fazer três votações para decidir se o presidente será réu. Com isso, o Congresso pode ficar paralisado. “A possibilidade de que isso ocorra frustraria o andamento de votações importantes. A tendência de paralisia é grande”, diz.

Desdobramentos

O diretor de Renda Variável da Franklin Templeton Investimentos, Frederico Sampaio, explica que com juros baixos ao redor do mundo e as sinalizações dos bancos centrais das principais economias de que as taxas continuarão nesses patamares, os investidores estão mais tolerantes em relação aos riscos assumidos em países emergentes. “O cenário externo continua favorável e somente uma piora do ambiente internacional afetará o mercado brasileiro”, diz.

Na visão dele, os gestores têm adotado uma postura mais conservadora diante da volatilidade no mercado interno. Sampaio explica que a possibilidade de o país registrar o terceiro ano de recessão aumenta enquanto a crise política não é resolvida. Por outro lado, o diretor da Franklin Templeton avalia que a fraqueza da atividade econômica mantém a porta aberta para que o Banco Central (BC) corte os juros em um ponto percentual. “O BC sinaliza queda de 0,75 ponto, mas a manutenção do ritmo se justifica com a expectativa de que o Produto Interno Bruto (PIB) ficará próximo de zero em 2017”, ressalta.

Com a escalada dos riscos para a recuperação das contas públicas, Sampaio avalia que o eventual fatiamento da reforma da previdência e a aprovação da idade mínima seriam uma vitória para o país. Ele alerta, entretanto, que tanto o Congresso quanto a população não podem se dar por satisfeitos se somente essa proposta for aprovada. “A reforma precisa ser ampla e tem que ser feita”, afirma.

Contas

» O Tribunal de Contas da União (TCU) apreciará em sessão extraordinária, convocada para amanhã, às 10h30, as contas de 2016 do presidente da República, Michel Temer. O processo é relatado pelo ministro Bruno Dantas e a tendência é de que seja aprovado pelo colegiado. O chefe do Executivo terá fortes dores de cabeça com a denúncia de corrupção passiva oferecida ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra ele.

Patrocínio

» Com um rombo de R\$ 4 bilhões acumulado nos últimos dois anos, os Correios decidiram destinar R\$ 600 mil em patrocínio para a festa dos Bois Garantido e Caprichoso, em Parintins (AM). Além disso, uma denúncia foi encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF) para investigar outro contrato de patrocínio, no valor de R\$ 3 milhões. A denúncia aponta que a empresa que realiza o evento, a Colecionar, da Federação Brasileira de Filatelia (Febraf), não possui a habilitação necessária para receber os recursos.



BRASÍLIA-DF

por **Denise Rothenburg** » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Loures e o resto

Entre os argumentos dos deputados que trabalham votos pró-Temer na CCJ está o fato de Rodrigo Rocha Loures não apresentar nada contra o presidente. Loures é considerado no meio político o único capaz de provocar um "fato novo" e, por tabela, a queda do atual governo.

O que move os tucanos

Em suas conversas mais reservadas, os tucanos têm revelado a certeza de que o PMDB, ainda que Michel Temer sobreviva, não apoiará o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, à Presidência da República e nem o prefeito paulistano, João Dória. O acordo do partido era com o senador Aécio Neves, que saiu da fila.

Sai pra lá!

O PT ligado a Valdemar da Costa Neto não quer Jair Bolsonaro no partido, porque não deseja apostar no incerto para 2018. Ainda que Bolsonaro se apresente bem nas pesquisas, os parlamentares acreditam que o deputado é meio Bussomanno: vai bem até um pedaço, mas não leva.

O Hezbollah e o PCC

Relatório apresentado em maio pela Foundation for the Defense of Democracies acendeu o alerta vermelho por aqui. O instituto, com sede nos Estados Unidos e diversas pesquisas sobre democracia, política e terrorismo, aponta o mercado ilegal de tabaco na América Latina como fonte adicional de renda do Hezbollah e o PCC, como parceiro comercial do grupo.

Contágio eleitoral

O maior receio do Planalto hoje é o Supremo Tribunal Federal (STF) demorar a enviar a denúncia de Rodrigo Janot contra Michel Temer para a Câmara dos Deputados, a ponto de comprometer a intenção do governo em resolver essa "pendência" antes do recesso de julho. Porém, se ficar para agosto por causa da pausa no Judiciário, vai atravessar o calendário político de preparação para o período eleitoral. Isso, obviamente, gera mais dificuldades para tirar o presidente da enrascada provocada pela delação de Joesley Batista. Arrisca, inclusive, desacelerar ainda mais a economia.

Por essas e outras, essa semana começará um movimento para que o STF não entre em recesso sem encaminhar tudo para o Congresso. Nas conversas políticas, há quem diga que não dá para os "togados" e os parlamentares saírem de férias deixando o país em suspense.



Reprodução da internet



CURTIDAS

De véspera! O prefeito de São Paulo, João Dória (foto), desembarca amanhã em Brasília para uma rodada de conversas com o empresariado local. Talvez por isso, aliados de Geraldo Alckmin digam desde já que o governador é o candidato natural à Presidência da República no ano que vem.

De antevéspera! No PT, a ordem é fazer a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva como se a condenação do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e os casos envolvendo o ex-presidente fossem assuntos de Marte. Ninguém vai entregar os pontos.

Por falar em entregar os pontos... No governo de Michel Temer, a disposição de permanecer no Planalto é semelhante ao ânimo de Lula em se manter candidato.

A culpa é do Eduardo! Em conversas reservadas, peemedebistas debitam na conta de Eduardo Cunha o fato de Rodrigo Maia (DEM-RJ) ser o nome para substituir Michel Temer. É que estava tudo pronto para que Maia fosse líder do governo na Câmara. Cunha insistiu em André Moura, do PSC. Rodrigo terminou acima de Moura, de Eduardo e pronto para assumir o Planalto.

Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, terça-feira, 27 de junho de 2017

Nº 23.966

Preço banca: R\$ 2,30

Dívida pública sobe 0,26% em maio para R\$ 3,25 trilhões

Palocci é condenado a 12 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro

Página 4

STF recebe relatório final e perícia da PF em gravação entre Joesley e Temer

Página 4

Supremo dos EUA reabilita partes do veto migratório de Trump

A Suprema Corte dos Estados Unidos concedeu nesta segunda-feira (26) uma vitória ao presidente Donald Trump, ao admitir o trâmite ao veto migratório destinado a proibir a entrada de refugiados e cidadãos de seis países de maioria muçulmana. Com a decisão dos juízes, o governo poderá negar a entrada de indivíduos que não tenham familiares em território americano ou que não tenham obtido previamente um posto de trabalho no país. A informação é da agência EFE.

Concretamente, em um documento de 13 páginas, o Supremo determinou que Trump poderá proibir o acesso de estrangeiros "que não tenham nenhuma relação genuína com uma pessoa ou uma entidade dos EUA".

Página 3

Plano de saúde é a terceira conquista mais desejada pelos brasileiros



Foto: Divulgação

Plano de saúde

O plano de saúde é a terceira conquista mais desejada pelos brasileiros, perdendo apenas

para educação e casa própria, segundo pesquisa do Ibope, feita a pedido do Instituto de Estudos de

Saúde Suplementar (IESS). O benefício também é fator decisivo na hora de aceitar ou não um emprego.

Em relação à pesquisa anterior, do ano de 2015, cresceu a proporção de brasileiros que classificam o plano de saúde como um dos bens mais importantes para se ter. Entre a população que não contava com o benefício há dois anos, 53% tinham essa percepção, sendo que o percentual subiu para 57%. O total de brasileiros não beneficiários que classificam o plano de saúde como o bem mais importante subiu de 13% em 2015, para 16% este ano.

Entre os brasileiros que já contam com o benefício, ele é o terceiro bem mais desejado, de acordo com 67% dos entrevistados.

Página 4

A Dívida Pública Federal – que inclui o endividamento interno e externo do Brasil – aumentou em maio. O estoque da dívida subiu 0,26%, passando de R\$ 3,244 trilhões, em abril, para R\$ 3,253 trilhões, em maio, informou nesta segunda-feira, (26) a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

A Dívida Pública

Mobiliária Federal interna (DPMFi), que é a parte da dívida pública que pode ser paga em reais, teve seu estoque ampliado em 0,22%, ao passar de R\$ 3,123 trilhões para R\$ 3,130 trilhões, devido aos gastos com juros, no valor de R\$ 25,67 bilhões, compensados pelo resgate líquido, no valor de R\$ 18,74 bilhões.

Página 3

Petrobras gasta cerca de US\$ 6 bilhões a mais com juros que concorrentes

Página 5

Mercado financeiro reduz projeção de crescimento da economia para 0,39%

Página 5

Estado tem 3.417 oportunidades de emprego pelo programa Emprega SP

Página 2

Gilmar Mendes diz que não se sente constrangido em relatar inquérito de Aécio

Página 4

Bélgica investe 7 mi de euros em software para rastrear jihadistas

A Bélgica irá adquirir por 6,8 milhões de euros em software para conseguir identificar terroristas que navegam por páginas na internet de conteúdo jihadista, informaram nesta segunda-feira (26) vários jornais do país. A informação é da Agência EFE.

Página 3

Previsão do Tempo

Terça: Dia de sol com algumas nuvens e nevoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

24° C
12° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	3,29
Venda:	3,30
Turismo	
Compra:	3,28
Venda:	3,48
EURO	
Compra:	3,68
Venda:	3,69
OURO	
Compra:	120,93
Venda:	152,60

Esporte

No Azerbaijão, Daniel Ricciardo vence a melhor corrida do ano

Desde os treinos, já estava claro que esta não seria uma corrida como outra qualquer. O número de pilotos encontrando os muros do circuito de Baku era quase alarmante. Um deles foi Daniel Ricciardo, da Red Bull, que perdeu a chance de disputar a pole position, ou pelo menos uma boa posição de largada, ao ser traído em uma das curvas do traçado.

Pois é. Quem diria que Ricciardo, saindo apenas em décimo lugar, seria o vencedor do GP do Azerbaijão, disputado no último domingo.

Página 6



Ricciardo vence no Azerbaijão

Valentino Rossi dá show na Holanda e volta ao lugar mais alto do pódio



Foto: MotoGP

Valentino vence em Assen

Sensacional!!! É a palavra que resume o final de semana do mundial de motovelocidade em Assen, Holanda. As provas das três categorias foram eletrizantes do início ao fim. Os mais de 100 mil espectadores puderam testemunhar a mais longa carreira vitoriosa no mundial de velocidade, em todas as categorias. Com 38 anos de idade e uma vitória após 20 anos e 313 dias de carreira, Valentino Rossi é agora o piloto com a carreira vitoriosa mais longa da história do mundial.

Página 6

Rotax Max Rookie: Thiago Oliveira vence e conquista Torneio de Inverno

O piloto Thiago Lopez Oliveira (Oficina Box100/Oka Blindagens/Mega Kart/Kartzoom) continua em grande forma. No último final de semana ele venceu pela segunda vez consecutiva na Copa São Paulo de Kart Gran-

ja Viana, desta vez pela terceira etapa do certame e última do Torneio de Inverno na classe Rookie da categoria Rotax Max, que ele conquistou para a fábrica Mega Kart e equipe Kartzoom.

Página 6

Brasil terá nove duplas em busca de medalhas no segundo Major do ano



Foto: Getty Image

Bárbara Seixas

O segundo Major Series da temporada 2017 do Circuito Mundial de vôlei de praia terá a presença de nove duplas brasileiras em busca de medalhas. A eta-

pa de Porec, na Croácia, acontece de terça-feira (27) a domingo (02.07) e distribuirá 600 mil dólares em prêmios aos atletas.

Página 6

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (SP)

Amanhã, o vereador Tuma (PSDB) e o advogado professor-doutor (Direito) Ricardo Sayeg vão outorgar à professora-doutora (Direito) e reitora (PUC - SP) Maria Amélia Andrey o Prêmio Capitalismo Humanista.

PREFEITURA (SP)

Sempre subindo - hoje única verdade real das 'pesquisas' - Doria (PSDB) segue com agenda de quem tá, no mínimo, construindo sua candidatura ao governo (SP) e a única novidade Tucana pra Presidência.

ASSEMBLÉIA (SP)

Ex-presidente Capez (PSDB) começa a decolar sua candidatura à Câmara Federal em 2018. Outra candidatura que também decolou, só que pela reeleição, é a de Caio França, filho do vice-governador paulista.

GOVERNO (SP)

Alckmin (PSDB) teria - caso as prévias ou a convenção partidárias fosse hoje - a maioria dos votos mineiros e quase 100% dos votos paulistas. Por isso, trabalha pra maiorias no Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

CONGRESSO

Senadores e deputados federais não vão correr o risco de rasgar a Constituição da República, votando uma emenda constitucional por 'Diretas Já', porque sabem que a Justiça Eleitoral vai cumprir a agenda 2018.

PRESIDÊNCIA

Recomprando sua base de sustentação, o governo espera ter quase o dobro dos 172 votos que precisa - na Câmara dos Deputados - pra que pelo menos 342 votos não autorizem o Supremo a 'impedir' Temer.

JUSTIÇAS

Cada condenação - agora de Palocci e a de Lula pronta - via Lava do juiz Moro também é vitória de vazamentos pra que parte da imprensa (revistas) possam seguir furando a outra. Ora Veja, ora Isto É, ora Época.

PARTIDOS

PT com o ex-Presidente Lula e PSDB com o ex-Presidente FHC seguem propondo diretas-já; via 'impedimento' ou renúncia de Temer (PMDB) com emenda constitucional. A chance é a mesma do São Paulo ser campeão.

HISTÓRIAS

Hoje, qualquer 'pesquisa' - como por exemplo a que rolou via Datafolha dizendo que Lula tá no 2º turno em 2018 - tem tanta 'credibilidade' quanto Moro ser 'candidato' contra o condenado por ele em 1ª instância.

EDITOR

O jornalista Cesar Neto publica esta coluna diária de política desde 1992. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política de São Paulo (Brasil).

cesar.neto@mais.com

Estado tem 3.417 oportunidades de emprego pelo programa Emprega SP

O programa Emprega São Paulo/Mais Emprego oferece, nesta semana, 3.417 oportunidades em todo o Estado. A agência de empregos pública e gratuita é gerenciada pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego. As funções mais ofertadas são para atendente de lanchone-

te, operador de telemarketing receptivo, auxiliar de limpeza, operador de linha de produção e vendedor.

Outro projeto coordenado pela SERT, o Aprendiz Paulista, que promove a vivência e insere os alunos dos cursos técnicos do Centro Paula Souza (por meio das ETECs) no mercado de trabalho, divulga 127 oportunidades

nesta semana.

SP gera mais de 17 mil novos empregos em maio, aponta Caged

Para ter acesso às iniciativas do Governo do estado na área, basta acessar o portal Emprega São Paulo, criar login, senha e informar os dados solicitados. Outra opção é comparecer a um

Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) com RG CPF, PIS e Carteira de Trabalho.

Desde a implantação do Emprega São Paulo, em agosto de 2008, o programa recolocou no mercado de trabalho mais de 700 mil trabalhadores. O sistema conta com um banco de 3,5 milhões de currículos cadastrados.

Estação Quitaúna da CPTM recebe obras de modernização

A Linha 8-Diamante da CPTM (Júlio Preste-Itapevi) recebeu na manhã desta segunda-feira (26) a primeira de três estações que ganharam itens de modernização e acessibilidade. A Estação Quitaúna foi entregue à população pelo governador Geraldo Alckmin, com muitas modificações e itens para dar mais mobilidade para cadeirantes e pessoas com outras defi-

ciências.

“São R\$ 20 milhões em investimentos. Uma estação de trem importantíssima, agora com toda a acessibilidade para pessoas com deficiência, elevadores, câmaras de vídeo, segurança e ampliação do local”, disse Alckmin.

Este ano, serão entregues ainda as estações Jardim Ceval e Jardim Belval. Com muitas

modificações, a estação Quitaúna recebeu piso e rotas táteis, comunicação em Braille e sanitários para pessoas com cadeiras de rodas. Os banheiros comuns também foram reformados.

As bilheterias receberam blindagem, entre outros itens que foram acrescentados para dar mais conforto e segurança aos passageiros, como a instalação de câmeras internas de seguran-

ça e equipamentos de prevenção de incêndios.

Os passageiros serão beneficiados ainda com a ampliação das coberturas das plataformas, que ganharam forro e fechamentos metálico, e a modernização das instalações elétricas, com gerador e nova luminárias. No entorno, a estação recebeu obras de paisagismo e urbanismo e passarela externa para pedestres.

Parceria com Hospital Sírio-Libanês desenvolve sistema eletrônico para acompanhamento de usuários

A Prefeitura de São Paulo, em parceria com a Diretoria de Estratégias e Projetos do Hospital Sírio-Libanês, vai desenvolver e disponibilizar um sistema eletrônico que permita acompanhar a trajetória de usuários de drogas que estejam em atendimento ou tenham passado por unidades voltadas para tratamento de dependência química da gestão municipal, como os Cen-

tros de Atenção Psicossocial (CAPS). O sistema faz parte do Projeto Redenção, que visa promover o atendimento individualizado aos usuários de drogas.

É um sistema multidisciplinar que visa agregar informações médicas, sociais, familiares, entre outras. Os dados relevantes para continuidade do tratamento e reinserção social dos dependentes serão coletados

por meio dos agentes comunitários de saúde, agentes sociais que fazem abordagem nas ruas, atendimentos nos hospitais e clínicas, bem como nos Centros de Acolhimento e demais programas sociais.

O objetivo é auxiliar a administração municipal a organizar um modelo de atendimento aos dependentes químicos que possibilite saber a trajetória e dar

acompanhamento efetivo dos usuários. A equipe do Sírio-Libanês contribui também na elaboração das diretrizes e do planejamento do programa. “Ter o Sírio [como parceiro] é um alento, um reforço na capacidade da prefeitura de enfrentar esse problema tão grande”, disse o secretário municipal de Saúde, Wilson Pollara. (Prefeitura do Estado de São Paulo)

Prefeitura de SP divulga principais diretrizes do projeto Redenção

A Prefeitura de São Paulo divulgou nesta segunda-feira (26) as principais diretrizes do projeto Redenção, entre elas tratar o paciente com dependência química em sua integralidade, durante e após a desintoxicação, e disponibilizar equipes de abordagem e acolhimento no território, permanentemente. O documento prevê ainda, a cada paciente abordado, o Projeto Assistencial Singular, ou tratamento de acordo com as especificidades da fisiopatologia de cada indivíduo, através de política de redução de danos e/ou promoção de abstinência.

As diretrizes preveem ações programáticas, como criar rede de moradias monitoradas no município e uma rede de residências terapêuticas para a continuidade do tratamento. Também serão utilizadas para esta finalidade as comunidades terapêuticas, em conjunto com o governo do Estado, para dar apoio a dependentes químicos desintoxicados e sem comorbididades. Depois disso, poderá ser feito o encaminhamento de ex-usuários para o programa Trabalho Novo, para reinserção social.

Respondem pelas diretrizes as secretarias municipais da Saúde; Assistência e Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Cidadania (Assistência Social e Cidadania); Urbanismo e Licenciamento, Habitação, Prefeituras Regionais e Prefeitura Regional da Sé (urbanismo e zeladoria); e Segurança Urbana.

Diretrizes do Programa REDENÇÃO:

1 - SAÚDE (MEDICINAL)

1.1 - CADASTRAMENTO: abordagem contínua, de caráter não impositivo

1.2 - PRESENÇA E PRON- TIDÃO: disponibilidade de equipes de saúde no território, 24 horas

1.3 - ATENDIMENTO INTEGRAL: tratar o paciente em sua integralidade, durante e

após a desintoxicação

1.4 - INTERNAÇÃO: disponibilizar vagas para desintoxicação; promover a regulação de leitos em conjunto com o Governo do Estado

1.5 - CONTINUIDADE: seguimento via prontuário eletrônico na abordagem e nos atendimentos ambulatoriais, hospitalares e residenciais

1.6 - SINGULARIDADE: cada paciente abordado em Projeto Assistencial Singular; Tratamento de acordo com as especificidades da fisiopatologia de cada indivíduo, através de política de redução de danos e/ou promoção de abstinência

1.7 - EFETIVIDADE DE RESULTADOS: medição regular dos resultados das ações;

1.8 - PREVENÇÃO: campanhas de prevenção através da mídia e em escolas, além de treinamento na rede de UBS para orientar famílias a tratar a drogadição ainda no início

Ações Programáticas:

Criar rede de residências terapêuticas para dependentes químicos

Criar rede de moradias monitoradas no município

Capacitar equipes de abordagem

Disponibilizar novas vagas para desintoxicação

Instalar posto avançado do CAPS AD no território

Disponibilizar novos leitos de internação (470 até julho)

Reclassificar o CAPS da Sé (II para III)

Realizar a transição dos usuários dos hotéis do Programa DBA para a nova dinâmica de atendimento

2. ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (SOCIAL)

2.1 - PRESENÇA E PRON- TIDÃO: disponibilidade das equipes de abordagem e acolhimento no território, permanentemente;

2.2 - ACOLHIMENTO: fortalecer a rede emergencial de acolhimento: ATENDE 1, 2 e 3

2.3 - RESGATE DADIGNI- DADE: oferta de serviços que permitam melhora da autoestima do usuário

2.4 - COMUNIDADE TER- RAPÊUTICA: ação conjunta com o governo do Estado para dar apoio a dependentes químicos desintoxicados e sem comorbididades;

2.5 - REINSERÇÃO SOCI- AL: encaminhamento de ex-usuários para o Trabalho Novo, com geração de empregos.

2.6 - ARTICULAÇÃO COM FAMÍLIAS: articular rede de apoio familiar aos dependentes, em especial após o tratamento.

2.7 - CRIANÇA E ADOLES- CENTE: articulação com Conselho Tutelar e demais entidades para dar atenção especial às crianças e adolescentes

Ações Programáticas:

Acompanhar os usuários nas cenas de uso e encaminhá-los para acolhimento;

Operar a rede emergencial de acolhimento através do programa ATENDE;

Manter a relação de transparência e comunicação com a sociedade civil, Ministério Público e Justiça;

Criar o Programa Mães da Luz, a ser conduzido pela Secretaria de Direitos Humanos de Cidadania;

Digitalizar cadastro de usuários e disponibilizar acesso restrito às famílias e entidades;

Implementar o Balcão dos Direitos Humanos no território para atender eventuais denúncias e encaminhar casos de abusos e abandonos de crianças e adolescentes;

3. URBANÍSTICO E ZELADORIA (OPERACIONAL)

3.1 - REVITALIZAÇÃO: promover a recuperação urbana da região pelo adensamento populacional (PPP do Centro), da construção de equipamentos públicos e requalificação de logradouros públicos

3.2 - HABITAÇÃO: atender famílias da região em conformidade com a política habitacional do Município

3.3 - INCLUSÃO SOCIAL: destinação de parte das moradias para habitação social

3.4 - INTEGRAÇÃO: promover a integração da região da Luz ao Bom Retiro

3.5 - ZELADORIA: Limpeza regular do território da cena de uso e fiscalização de comércio e imóveis da região

Ações Programáticas:

Implantar Programa Centro Aberto

Ampliar a PPP do Centro, em parceria com o Governo do Estado

Requalificar os espaços públicos e privados

Implantar Conexões Urbanas

Realizar concessão do Terminal Princesa Isabel

Elaboração do PIU Campos Elíseos

Cadastramento de todas as famílias residentes na área atendida pelo Projeto;

4. SEGURANÇA PÚBLICA (POLICIAL)

4.1 - Ações contínuas de policiamento preventivo com a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar

4.2 - Combate contínuo ao tráfico por meio da Polícia Civil

4.3 - Apoio às equipes de saúde e assistência social

4.4 - Apoio às ações de zeladoria urbana, principalmente os programas de limpeza

Ações Programáticas:

Policiamento preventivo com efetivo de GCMS e viaturas

Monitoramento eletrônico via programas DronePol e CityCâmeras

Segurança às unidades emergenciais de atendimento – ATENDE

Proteção de imóveis já interditados



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

CLIPPING

DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

DEPUTADO CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE

DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
1º SECRETÁRIO

DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO
2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE

Secretário Geral de Administração
Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato

Gráfica:
Patrícia Yamamoto

Serviço de Fotomicrografia:
Julio Cesar Miranda Silva
Miguel Roberto Mahfuz

SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias
Cláudia Valéria P. Neves
Márcia M. Yamamoto
Sérgio Kazuo Tanaka
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA
ADILSON ROSSI
AFONSO LOBATO
ALDO DEMARCHI
ALENCAR SANTANA BRAGA
ANA DO CARMO
ANALICE FERNANDES
ANDRÉ DO PRADO
ANDRÉ SOARES
ANTONIO SALIM CURIATI
BARBA
BARROS MUNHOZ
BETH SAHÃO
CAIO FRANÇA
CAMPOS MACHADO
CARLÃO PIGNATARI
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CARLOS CEZAR
CARLOS GIANNAZI
CARLOS NEDER
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO
CAUÊ MACRIS
CÉLIA LEÃO
CELINO CARDOSO
CELSO GIGLIO
CHICO SARDELLI
CLELIA GOMES
CORONEL CAMILO
CORONEL TELHADA
DAVI ZAIA
DELEGADO OLIM
ED THOMAS
EDMIR CHEDID
EDSON GIRIBONI
ÊNIO TATTO
ESTEVAM GALVÃO
FELICIANO FILHO
FERNANDO CAPEZ
FERNANDO CURY
GERALDO CRUZ
GIL LANCASTER
GILENO
GILMACI SANTOS
GILMAR GIMENES
HELIO NISHIMOTO
ITAMAR BORGES
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO
JOOJI HATO
JORGE CARUSO
JORGE WILSON
JOSÉ AMÉRICO
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.
JOSÉ ZICO PRADO
LECI BRANDÃO
LEO OLIVEIRA
LUIZ CARLOS GONDIM
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
LUIZ TURCO
MÁRCIA LIA
MÁRCIO CAMARGO
MARCO ANTONIO VINHOLI
MARCOS DAMASIO
MARCOS MARTINS
MARCOS ZERBINI
MARIA LUCIA AMARY
MARTA COSTA
MILTON LEITE FILHO
MILTON VIEIRA
ORLANDO BOLÇONE
PASTOR CELSO NASCIMENTO
PASTOR CEZINHA
PAULO CORREA JR
PEDRO KAKÁ
PEDRO TOBIAS
PROFESSOR AURIEL
RAFAEL SILVA
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
RAUL MARCELO
REINALDO ALGUZ
RICARDO MADALENA
RITA PASSOS
ROBERTO ENGLER
ROBERTO MASSAFERA
ROBERTO MORAIS
ROBERTO TRÍPOLI
RODRIGO MORAES
ROGÉRIO NOGUEIRA
ROQUE BARBIERE
SEBASTIÃO SANTOS
ULYSSES TASSINARI
VAZ DE LIMA
WELLINGTON MOURA
WELSON GASPARINI

